



JESUÍTAS BRASIL

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Nº 491 | Ano XVI
22/08/2016

ISSN 1981-8769
(impresso)
ISSN 1981-8793
(online)

SUS por um fio

De sistema público e
universal de saúde a
simples negócio

Jairnilson Silva Paim: *A macropolítica de saúde pública*

Simone Paulon: *A dignificação do “patinho feio” da Saúde*

Cristiani Machado: *Quando o Estado não resolve sua equação*

Maria Izabel Noll:
Getúlio e Lula: aproximações,
distanciamentos, ganhos e
limites de duas Eras

Róber Iturriet Avila:
Transição ecológica
como caminho para
estancar a crise econômica

Moisés Sbardelotto:
Católicos em rede: de
ouvintes a produtores
da palavra de fé

SUS por um fio. De sistema público e universal de saúde a simples negócio

O Sistema Único de Saúde - SUS tem sido amplamente debatido e defendido nas páginas impressas e eletrônicas do Instituto Humanitas Unisinos - IHU. A este tema foram dedicadas inúmeras entrevistas e artigos. A revista IHU On-Line desta semana volta ao tema pois, se é verdade que o SUS sempre tem vivido em crises, nenhuma é de tal gravidade com a atual.

No debate promovido pela presente edição participam:

Jairnilson Silva Paim, professor de Política de Saúde do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia - UFBA;

Simone Paulon, psicóloga e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS;

Cristiani Machado, pesquisadora e docente da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz - ENSP/Fiocruz;

Carlos Ocké-Reis, economista, doutor em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e pós-doutor pela Yale School of Management (New Haven, EUA);

José Antonio Sestelo, dentista e vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - Abrasco;

Rosa Maria Marques, professora titular do Departamento de Economia e do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP;

Áquilas Mendes, professor de Economia da Saúde na Universidade de São Paulo - USP e

Júlio de Matos, diretor Geral e de Relações Institucionais da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

Na semana em que ocorre o aniversário da morte de Getúlio Vargas, **Maria Izabel Noll**, graduada em História e mestra em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e doutora em Ciência Política pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, proferirá na próxima quinta-

-feira, 25 de agosto, a conferência "Getúlio Vargas e o positivismo", que também é o tema da entrevista publicada nesta edição.

Preparando o IV Colóquio Internacional IHU 'Políticas Públicas, Financeirização e Crise Sistêmica', a ser realizado nos dias 13 e 14 de setembro, o Prof. Dr. **Róber Iturriet Avila**, professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos e pesquisador da Fundação de Economia e Estatística - FEE, apresentará e debaterá na próxima terça-feira, 23 de setembro, o livro de **Gaël Giraud**, "Ilusão financeira: dos subprimes à transição ecológica" (São Paulo: Loyola, 2015). Giraud é jesuíta e economista francês, que participará do Colóquio. "Transição ecológica como caminho para estancar a crise econômica" é o título da resenha do livro de G. Giraud elaborada pelo economista e professor da Unisinos.

No próximo dia 1º de setembro, **Moisés Sbardelotto**, doutor em Comunicação, proferirá a conferência "E o Verbo se fez rede": religiosidades em reconstrução no ambiente digital. Na entrevista publicada nesta edição, ele analisa como os atravessamentos do processo de midiaticização, a partir das redes sociais, modificam a relação entre Igreja Católica e seus fiéis.

Por sua vez, **Cybeli Moraes**, jornalista, mestra e doutora em Comunicação, que reflete sobre caminhos para a formação cidadã através dos meios e veículos de comunicação e o conceito de comunicação para a cidadania.

Também pode ser lida nessa edição a entrevista com a psicóloga e psicanalista **Diana Corso** e o artigo "A Governança global do poder realmente existente", de **Bruno Lima Rocha**, professor de Relações Internacionais da Unisinos.

A todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana!

Imagem da capa: George Hodan/Public Domain

IHU ON-LINE

A IHU On-Line é a revista do Instituto Humanitas Unisinos - IHU. Esta publicação pode ser acessada às segundas-feiras no sítio www.ihu.unisinos.br e no endereço www.ihuonline.unisinos.br.

A versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8 horas, na Unisinos. O conteúdo da IHU On-Line é copyleft.

Diretor de Redação

Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br)

Coordenador de Comunicação - IHU

Ricardo Machado - MTB 15.598/RS (ricardom@unisinos.br)

Jornalistas

João Flores da Cunha - MTB 18.241/RS (joaoflores@unisinos.br)

João Vitor Santos - MTB 13.051/RS (joavovs@unisinos.br)

Márcia Junges - MTB 9.447/RS (mjunges@unisinos.br)

Patrícia Fachin - MTB 13.062/RS (prfachin@unisinos.br)

Vitor Necchi - MTB 7.466/RS (vnecchi@unisinos.br)

Revisão

Carla Bigliardi

Projeto Gráfico

Ricardo Machado

Editoração

Rafael Tarcísio Forneck

Atualização diária do sítio

Inácio Neutzling, César Sanson, Patrícia Fachin, Cristina Guerini, Evelyn Zilch, Fernanda Forner, Matheus Freitas e Luísa Boésio.

Colaboração

Jonas Jorge da Silva, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR.



Instituto Humanitas Unisinos - IHU

Av. Unisinos, 950
São Leopoldo / RS
CEP: 93022-750

Telefone: 51 3591 1122 | Ramal 4128

e-mail: humanitas@unisinos.br

Diretor: Inácio Neutzling

Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br)

Sumário

Destaques da Semana

- 6 Destaques On-Line
- 8 Linha do Tempo

Tema de Capa

- 12 Baú da IHU On-Line
- 13 Jairnilson Paim: A macropolítica de saúde pública
- 18 Simone Paulon: A dignificação do “patinho feio” da Saúde
- 23 Cristiani Machado: Quando o Estado não resolve sua equação
- 27 Carlos Octávio Ocké-Reis: Parasitismo do privado no público
- 31 José Antonio Sestelo: A inanição de um organismo desidratado
- 36 Rosa Marques: Quando o público e o universal são sufocados pelo capital
- 39 Áquilas Mendes: O capital soberano e as súditas políticas públicas
- 45 Júlio de Matos: A saúde como palanque

IHU em Revista

- 50 Agenda de Eventos
- 51 Róber Iturriet Avila: Transição ecológica como caminho para estancar a crise econômica
- 58 Maria Izabel Noll: Getúlio e Lula: aproximações, distanciamentos, ganhos e limites de duas Eras
- 64 Moisés Sbardelotto: Católicos em rede: de ouvintes a produtores da palavra de fé
- 74 Cybeli Moraes: Comunicação cidadã: de fonte à mídia
- 76 Bruno Lima Rocha: A Governança global do poder realmente existente
- 78 Diana Corso: Um olhar infantil sobre o diferente
- 82 Publicações: Dirce Koga - Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão
- 83 Retrovisor



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

WWW

ihu.unisinos.br



fb.com/InstitutoHumanitasUnisinos



instagram.com/_ihu



youtube.com/ihucomunica



twitter.com/_ihu

IHU ON-LINE



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Destques da Semana

Destques On-Line

Confira as entrevistas publicadas entre os dias 15-08-2016 e 19-08-2016 no sítio do IHU

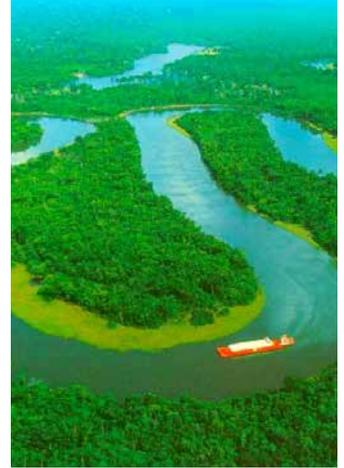
Desenvolvimento: Amazônia não é uma tábula rasa

Entrevista especial com Daniela Alarcon, doutoranda em Antropologia Social pelo Museu Nacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, mestra em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília - UnB, com especialização em Estudos Comparados sobre as Américas, e graduada em Comunicação Social pela Universidade de São Paulo - US.

Publicada em 19-08-2016.

Disponível em <http://bit.ly/2bjfNat>

Apesar de o Ibama ter cancelado o processo de licenciamento da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, alegando inviabilidade ambiental, outros empreendimentos continuam em curso na região, compondo o grupo de projetos de infraestrutura e rotas logísticas na bacia do Tapajós. Entre eles, destaca-se a construção da hidrovía Teles Pires-Juruena-Tapajós, que “é voltada para o escoamento de commodities e surge do interesse do setor do agronegócio de encurtar as rotas logísticas existentes nesse processo e, assim, reduzir os seus custos”, informa Daniela Alarcon à IHU On-Line.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

“O Brasil precisa de uma revolução no que tange ao saneamento ambiental”

Entrevista especial com Fernando Rosado Spilki, graduado em Medicina Veterinária e doutor em Genética e Biologia Molecular, área de Microbiologia, pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, professor na Universidade Feevale, Novo Hamburgo, RS.

Publicada em 18-08-2016

Disponível em <http://bit.ly/2aZISKh>

Quando se trata de analisar a qualidade da água que consumimos, “a inclusão de novos parâmetros, especialmente microbiológicos, é prioritária para lidar com os atuais desafios de proteção à saúde pública”, defende Fernando Rosado Spilki, professor de Microbiologia, em entrevista à IHU On-Line. Na entrevista, concedida por e-mail, garante que investimentos complexos e rigorosos em análises microbiológicas da água trariam vantagens em curto e médio prazo, entre elas, a “redução dos índices de atendimento e hospitalização por doenças veiculadas pela água”, como as gastroenterites virais.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

As periferias de Porto Alegre: Suas pertencças, redes e astúcias. Bases para compreender seus saberes e dinâmicas éticas

Entrevista especial com Leandro Pinheiro, professor na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, com estágio realizado na Universidad Complutense de Madrid.

Publicada em 17-08-2016

Disponível em <http://bit.ly/2bl9HU8>

Na entrevista, Pinheiro descreve a situação de algumas das periferias da capital gaúcha e comenta que, segundo os moradores, na última década houve melhorias nas condições de vida da população. "Porém, na maioria das vezes, não parecem associar as mudanças a lutas e conquistas, ou distingui-las como bandeira de um grupo partidário ou outro. Figuras pessoais têm proeminência em suas interpretações sobre a política, com destaque aos nomes de Lula e Dilma, e, ainda assim, estes são passíveis de questionamento quando o cenário socioeconômico sinaliza para a retração das ainda incipientes conquistas", relata.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

Olimpíadas Rio 2016: várias questões não foram respondidas

Entrevista especial com Orlando Alves dos Santos Junior, professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR da UFRJ e pesquisador da Rede Observatório das Metrôpoles. É autor e organizador de mais de dez livros, dentre os quais citamos As Metrôpoles e a Questão Social Brasileira (São Paulo: Revan, 2007).

Publicada em 16-08-2016.

Disponível em <http://bit.ly/2b3Hjsc>

A crítica de que os Jogos Olímpicos se transformaram em "um grande negócio" tem sido recorrente entre muitos especialistas que analisam os impactos financeiros e sociais que esse tipo de evento tem causado às cidades-sedes. Mas o que é mais "grave", diz. Na entrevista, Santos Junior afirma que os recursos financeiros envolvidos na realização do evento são oriundos de grandes companhias, empreiteiras e corporações que, "mesmo com sede nacional, hoje não podem mais ser chamadas de empresas nacionais, no sentido de que seu capital não tem pátria" e são o "principal instrumento de financeirização".



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

Os algoritmos e a política. Nem bons ou ruins, os algoritmos também não são neutros

Entrevista especial com André Pasti, graduado e mestre em Geografia pela Universidade de Campinas - Unicamp e atualmente cursa doutorado em Geografia Humana na Universidade de São Paulo - USP. Leciona no Colégio Técnico de Campinas - Cotuca, da Unicamp, e Marina Pita, jornalista graduada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP e integra o Conselho Diretor do Intervezes.

Publicada em 15-08-2016

Disponível em <http://bit.ly/2bib8EQ>

"À medida que cresce a importância econômica e política da internet, cresce, também, a disputa por seu controle", e por isso, "empresas, governos e a sociedade civil disputam as diretrizes que definirão o futuro da Web", dizem André Pasti e Marina Pita. Na entrevista, concedida por e-mail, os entrevistados também comentam o uso que empresas e governos têm feito dos algoritmos, "conjuntos de regras e procedimentos lógicos definidos por programação", para "influenciar e determinar comportamentos e culturas".



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

Linha do Tempo

A IHU On-Line apresenta seis notícias publicadas no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU que tiveram destaque ao longo da semana

Católicos e esquerda radical, uma convergência de lutas? Artigo de Gaël Brustier

“Bergoglio-Laclau: convergência de lutas? Entre o “pós-marxismo” e o “populismo de esquerda”, por um lado, e a teologia do povo, de outro, entrelaçaram-se relações, antecipando as aproximações atuais”. A opinião é do cientista político francês Gaël Brustier, membro do Observatório de Radicalidades Políticas da Fundação Jean-Jaurès. O artigo foi publicado no sítio Slate.fr, 16-08-2016.

Leia o artigo completo em <http://bit.ly/2b76hWr>.

As críticas à cobertura machista da participação das atletas olímpicas

Quando se referem às competidoras de elite nos Jogos Olímpicos, os discursos jornalísticos se inclinam mais a destacar ou avaliar sua beleza, sexualizar a visão sobre seus corpos e não valorizar seus méritos. A cobertura destes Jogos Olímpicos destaca que quando falam de esportistas mulheres e de suas conquistas, os meios de comunicação não fazem o mesmo que quando falam de esportistas varões. “A cobertura dos meios de comunicação esportivos é majoritariamente machista, homofóbico e esconde conquistas, resultados, marcas, abusos, violências, destrato, falta de apoio que as mulheres vivem no esporte. Graças a estes Jogos isso foi evidenciado. Seria bom que dure e se siga com o mesmo olhar sobre as coberturas”, destaca a especialista em Esporte e Gênero, Marta Antúnez.

A reportagem é de Sonia Santoro, publicada por Página/12, 16-08-2016.

Leia reportagem completa em <http://bit.ly/2aZF9v3>.

Políticas invisíveis, redistribuição perversa e “politização”... pela direita

“O “estado submerso” é o conjunto de políticas públicas que funcionam através de incentivos, subsídios ou repasses a organizações privadas. Nos últimos trinta anos, o discurso político tem sido invadido por uma filosofia pública conservadora, que defende as virtudes do governo mínimo. Ironicamente, no entanto, a mudança mais dramática ao longo deste período foi o florescimento das políticas do estado submerso. Os governos - nos três níveis - estão inseridos em toda a vida diária, da saúde à casa própria, da educação ao transporte. Mas permanecem invisíveis porque operam indiretamente, através de atores privados”, escreve Reginaldo Moraes, professor de Ciência Política da Unicamp, doutor em filosofia e autor de “O Peso do Estado na Pátria do Mercado” (2013), em artigo publicado por Jornal GGN, 14-08-2016.

Leia reportagem completa em <http://bit.ly/2b3uLCN>.



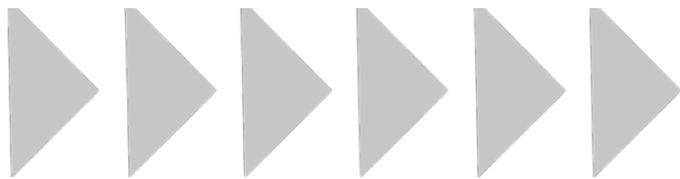
Prof. Dr. Gaël Giraud

Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS – França

13 e 14 de setembro de 2016

ihu.unisinos.br





“O deus Dinheiro, o primeiro terrorismo”, segundo o Papa Francisco. Entrevista com Rémi Brague

Ao retornar, no dia 01 de agosto, da Jornada Mundial da Juventude em Cracóvia, marcada pelo assassinato do padre francês Jacques Hamel em sua igreja de Saint-Etienne-du-Rouvray, o Papa Francisco declarou no avião: “No centro da economia mundial está o deus Dinheiro, e não a pessoa, o homem e a mulher; este é o primeiro terrorismo”. Esta declaração lapidar merece alguns esclarecimentos. Nós conversamos com Rémi Brague, filósofo e cristão, especialista no pensamento medieval árabe e judeu. A entrevista é de Caroline Brizard e publicada por Le Nouvel Observateur, 15-08-2016.

Leia a entrevista completa em <http://bit.ly/2bmljaq>.

Leigos e famílias: três nomeações e um novo dicastério

Na semana em que o Papa Francisco faz uma importante mudança na Cúria Romana, com a criação de um novo dicastério e três importantes nomeações, podem ser lidos os artigos de Luigi Accatoli, jornalista italiano especializado na cobertura dos assuntos relacionados com a Igreja Católica e de Andrea Grillo, teólogo leigo italiano.

Leia texto completo em <http://bit.ly/2bwssZx>.

‘O saneamento básico passou a ser um novo ambiente de negócios’

No momento da atual crise política brasileira, o governo interino de Michel Temer parece recuperar o discurso (e a prática) da privatização, de forma ainda mais ampliada, atingindo diretamente as políticas sociais. A bola da vez é a política de saneamento básico, que deve integrar um pacote de concessões proposto pela União como parte do Programa de Parcerias de Investimento (PPI) - o novo nome, mais palatável, que a privatização ganhou no governo interino. Depois de anunciar no seu programa antecipado de governo, o ‘Ponte para o futuro’, que promoveria amplas “concessões” e “parcerias” com a iniciativa privada para “complementar a oferta de serviços públicos”, a imprensa começou a noticiar, aqui e ali, o ‘potencial’ dessa área para o ‘avanço’ do setor privado e o consequente desenvolvimento econômico do país.

Leia a entrevista completa em <http://bit.ly/2b6BUAo>.



Getúlio Vargas e o positivismo

Profa. Dra. Maria Izabel Noll – UFRGS

25 de agosto

17h30min às 19h | Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

ihu.unisinos.br



ECOFEIRA UNISINOS



TODAS AS
QUARTAS

Saiba mais em:
ihu.unisinos.br



HORÁRIO
11h às 19h

Conheça o projeto

TENDA VIVA
TENDAVIVA.STRIKINGLY.COM



CCIAS
CENTRO DE CIDADANIA E AÇÃO SOCIAL
UNISINOS



UNISINOS

IHU ON-LINE



INSTITUT
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Tema de Capa

Baú da IHU On-Line

Confira alguns textos sobre o SUS já publicados pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU:

- Crise do SUS: desafios são estruturais e conjunturais. Entrevista especial com Eugênio Vilaça Mendes, publicada na Notícias do Dia de 26-01-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2bIKtQL>.
- SUS: "Brasil nunca investiu para viabilizar plenamente o acesso à saúde". Entrevista especial com Gerson Salvador de Oliveira e Pedro Carneiro, publicada na Notícias do Dia de 24-11-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2bJxKxK>.
- A contaminação do SUS pela fragilidade da atenção básica e má formação de médicos. Entrevista especial com José Gomes Temporão, publicada na Notícias do Dia de 21-01-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2bYTXv9>.
- "Sem crescimento econômico e sem aumento de produtividade, mudanças sociais não são sustentáveis". Entrevista especial com Luiz Carlos Prado, publicada na Notícias do Dia de 20-11-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2bbVlFe>.
- Ricardo Barros segue firme na privatização da Saúde e o desmonte do SUS. Reportagem da Rede Brasil Atual - RBA, reproduzida nas Notícias do Dia de 22-08-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU disponível em <http://bit.ly/2bILubt>.
- O plano B ao SUS. Reportagem de EPSJV/Fiocruz, reproduzida nas Notícias do Dia de 17-08-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU disponível em <http://bit.ly/2bupz6M>.
- Plano de Saúde Acessível ou o desmonte do SUS? Nota do Projeto Direitos Sociais e Saúde: Fortalecendo a cidadania e a incidência política, reproduzida nas Notícias do Dia de 15-08-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2bYTXeB>.
- Terror Fiscal e Desmonte do SUS: uma ameaça à democratização da saúde. Artigo de Carlos Octávio Ocké-Reis, economista e técnico de planejamento e pesquisa do IPEA, e Francisco R. Funcia, economista e mestre em economia política pela PUC-SP, publicado por Plataforma Política Social e reproduzido nas Notícias do Dia de 16-08-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2bINVL5>.

Leia mais em ihu.unisinos.br/noticias.

ObservaSinôS

OBSERVATÓRIO DA REALIDADE E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
DO VALE DO RIO DOS SINOS

II Apresentação de trabalhos para publicação

**11 de abril a 04 de
setembro de 2016**

Confira as informações aqui:



A macropolítica de saúde pública

Para compreender o SUS, segundo Jairnilson Paim, é preciso encará-lo para além de uma política pública, algo maior, que abarca uma série de políticas e ações que buscam bem-estar social

Por João Vitor Santos

O mestre em Medicina e doutor em Saúde Pública Jairnilson Silva Paim considera que, para se mergulhar no conceito e de fato entender as questões de fundo acerca do Sistema Único de Saúde - SUS, é preciso entender a lógica desse sistema. Como a maioria dos especialistas ouvidos pela **IHU On-Line**, entende que é uma forma de abordar a saúde pública que emerge das bases e tem sua materialidade na Constituição de 1988. Embora forjado como uma política pública de saúde no Brasil, o SUS, no entendimento de Paim, “não se restringe a uma política pública, enquanto resposta social do Estado aos problemas e necessidades de saúde da população”. Isso porque, na perspectiva de Paim, dentro do SUS há inúmeras políticas públicas para a proteção da saúde. “No limite, poderia compreendê-lo como uma macropolítica pública de saúde”, conclui.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, o doutor em Medicina ainda recupera a Reforma Sanitária, movimento que inspira a constituição do SUS. “A Reforma Sanitária Brasileira representa uma reforma social voltada para a questão da saúde, o que implica acionar intervenções sobre problemas e a atenção às necessidades de saúde de toda a população”, explica. É dela que emana essa visão

de universalidade de políticas sociais e econômicas que se constituem num sistema de saúde público, universal, integral e democrático. Visão que também é alvo de ataques desde sua concepção. “A Reforma Sanitária Brasileira - RSB é um processo e, como tal, sofre as vicissitudes das conjunturas”, aponta. “Com o SUS não é diferente. Como um dos filhos diletos da RSB, o SUS sempre tem vivido em crises, mas não com a gravidade da atual”, prossegue, ao relacionar a história com o atual momento de ameaças ao SUS.

Jairnilson Silva Paim é mestre em Medicina, doutor em Saúde Pública. Atualmente, é professor de Política de Saúde do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia - UFBA e coordenador do Observatório de Análise Política em Saúde. Entre suas publicações estão *Reforma Sanitária Brasileira: contribuição para compreensão e crítica* (Salvador: Edufba/Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008), *O que é o SUS* (Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009), *Desafios da Saúde Coletiva no Século XXI* (Salvador: EDUFBA, 2006), *Saúde Coletiva: Teoria e Prática* (Rio de Janeiro: MEDBOOK, 2013) e a *Crise da saúde pública e a utopia da Saúde Coletiva* (Salvador: Casa da Qualidade, 2000).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como compreender o Sistema Único de Saúde - SUS enquanto política pública de Saúde? O que o distingue de outros sistemas públicos de saúde no mundo?

Jairnilson Silva Paim - Entendo o SUS para além de uma política

pública. É parte de uma totalidade concreta e complexa, resultado de múltiplas determinações. Seus determinantes históricos lhe conferem certa especificidade em relação a outros sistemas públicos de saúde do mundo, e as relações sociais que lhe atravessam (políticas,

econômicas, ideológicas e culturais) ilustram as articulações entre a saúde e a estrutura da sociedade brasileira, especialmente no que se refere ao papel do Estado na garantia dos direitos sociais.

Na medida em que o SUS encontra-se inscrito na Constitui-

ção da República, respaldado em leis, dispendo de instituições permanentes e de regras explícitas, ele não se restringe a uma política pública, enquanto resposta social do Estado aos problemas e necessidades de saúde da população. Na realidade, no seu interior são gestadas inúmeras políticas públicas de grande importância para a vida e para a proteção da saúde do nosso povo. No limite, poderia compreendê-lo como uma macropolítica pública de saúde.

Um sistema que emerge

Ele se distingue, fundamentalmente, de outros sistemas públicos de saúde porque não se originou do Estado, nem de governos, nem de partidos, nem de organismos internacionais. Nasceu na sociedade civil, nas lutas de estudantes, segmentos populares, sindicatos, profissionais de saúde e setores da academia, envolvendo professores, intelectuais e pesquisadores. Essas lutas contra a ditadura nos anos 70 e 80 confluíram para a proposta da Reforma Sanitária Brasileira¹, defendendo a democratização da saúde, do Estado, da sociedade e da cultura. Assim, chegaram à Constituinte de 1987-1988 e, progressivamente, ao Estado no Legislativo, no Executivo e depois no Judiciário. As suas diretrizes voltadas para a integralidade da atenção, para a participação social e para a descentralização, numa complexa federação, diferem de outros sistemas públicos como o inglês, o canadense, o francês, o cubano e o alemão.

1 Reforma Sanitária: o movimento da Reforma Sanitária nasceu no contexto da luta contra a ditadura, no início da década de 1970. A expressão foi usada para se referir ao conjunto de ideias que se tinha em relação às mudanças e transformações necessárias na área da saúde. Essas mudanças não abarcavam apenas o sistema, mas todo o setor da saúde, em busca da melhoria das condições de vida da população. As propostas da Reforma Sanitária resultaram na universalidade do direito à saúde, oficializado com a Constituição Federal de 1988 e a criação do Sistema Único de Saúde – SUS. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line - Dentro da perspectiva histórica em saúde coletiva no Brasil, o que representa a criação do SUS?

Jairnilson Silva Paim - O SUS, ancorado na Constituição Cidadã, representava, no interior da Seguridade Social, a possibilidade de construir um Estado de Bem-Estar no Brasil com o reconhecimento do direito à saúde inerente à condição de cidadania. Isto significava um atraso de mais de quatro décadas em relação ao *Welfare State*² europeu, quando considerado o Relatório Beveridge³, mas, ao mesmo tempo, um grande avanço em comparação ao assistencialismo (sistema de proteção social residual baseado na filantropia privada ou estatal) e ao seguro social (medicina previdenciária que teve origem nas caixas, seguidas dos institutos de aposentadorias e pensões, do INPS⁴ e do INAMPS⁵), quando o direito à saúde não era reconhecido.

2 Welfare State: expressão em inglês que significa “estado de bem-estar” e abrange as noções de Estado de bem-estar social e de políticas públicas, ou seja, o conjunto de benefícios socioeconômicos que um governo proporciona aos seus súditos. (Nota da **IHU On-Line**)

3 Relatório Beveridge: elaborado pelo economista e reformista social britânico William Henry Beveridge (1879-1963) em 1942, o Report on Social Insurance and Allied Services, famoso Plano Beveridge, visa libertar o homem da necessidade. Propôs, assim, que todas as pessoas em idade de trabalhar deveriam pagar uma contribuição semanal ao Estado. Esse dinheiro seria posteriormente usado como subsídio para doentes, desempregados, reformados e viúvas. Os subsídios deveriam então tornar-se um direito dos cidadãos, em troca de contribuições, em vez de pensões dadas pelo Estado. Segundo Beveridge, este sistema permitiria um nível de vida mínimo, abaixo do qual ninguém deveria viver. Instituiu um modelo de segurança no rendimento, contra todo o risco que ameaça o rendimento regular dos indivíduos. (Nota da **IHU On-Line**)

4 Instituto Nacional de Previdência Social – INPS: foi um órgão público previdenciário federal brasileiro criado em 1966 a partir da fusão dos Institutos de Aposentadoria e Pensões existentes na época. No Brasil, hoje, a Previdência Social é administrada pelo Ministério da Previdência Social e as políticas referentes a essa área são executadas pela autarquia federal denominada Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. (Nota da **IHU On-Line**)

5 Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS: foi uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social (hoje

Exceto Chile, que teve o seu Serviço Nacional de Saúde criado cinco anos após o NHS do Reino Unido (mas destruído pela Ditadura de Pinochet), Cuba após a Revolução de 1959 e Costa Rica com um abrangente e bem estruturado sistema de saúde, os países da América Latina e Caribe, de um modo geral, apresentam sistemas de saúde segmentados, calcados no modelo de seguro social (não de seguridade social ou beveridgeano), com forte tendência privatizante como os casos da Colômbia e do Chile. Desse modo, o SUS é reconhecido como uma referência para muitos colegas e companheiros latino-americanos, tal como se tem manifestado a Associação Latino-americana de Medicina Social e Saúde Coletiva - Alames, e para países como Argentina, República Dominicana, Venezuela, Equador e, mais recentemente, Colômbia.

Para mim, o problema maior não foi o SUS, assim como a seguridade social, ser estabelecido tardiamente no Brasil. A grande questão foi não ter sido implementado pelos governos de acordo com a Constituição, a legislação e as demais normas, nem ter contado com uma base de sustentação política e social que incluísse a classe trabalhadora, setores populares e a classe média levando em conta princípios de solidariedade semelhantes aos que vicejaram na Europa do período pós-guerra.

IHU On-Line - Como o senhor compreende a Reforma Sanitária Brasileira? Como o SUS se articula com ela? E como pensar em Reforma em “tempos de crises”?

Jairnilson Silva Paim - A Reforma Sanitária Brasileira - RSB representa uma reforma social voltada para a questão da saúde, o que implica

Ministério da Previdência Social), e foi criado pelo regime militar em 1974 pelo desmembramento do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que hoje é o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). O Instituto tinha a finalidade de prestar atendimento médico/dentário aos que contribuíam com a previdência social, ou seja, somente aos contribuintes de toda forma e seus dependentes. (Nota da **IHU On-Line**)

acionar intervenções sobre problemas e a atenção às necessidades de saúde de toda a população. Isso tudo sem discriminação ou preconceitos, através de políticas sociais e econômicas e de um sistema único de saúde, público, universal, integral e democrático.

A RSB sempre viveu “tempos de crises”. Para além de uma proposta ou projeto, a Reforma Sanitária é um processo e, como tal, sofre as vicissitudes das conjunturas, com avanços e recuos, na dependência da correlação de forças e da atuação política dos sujeitos e do movimento sanitário. E com o SUS não é diferente. Como um dos filhos diletos da RSB, o SUS sempre tem vivido em crises, mas não com a gravidade da atual.

IHU On-Line - Em que medida é possível afirmar que a universalidade do SUS é um instrumento para redução de desigualdades no país? Hoje, quais as ameaças a essa universalidade e o que representaria a restrição desse princípio do SUS?

Jairnilson Silva Paim - Os princípios da universalidade e da igualdade que sustentam o SUS contribuem, por si mesmos, para a redução das desigualdades de saúde e sociais, pois desde a sua implantação o SUS incluiu mais de um terço da população brasileira, urbana e rural, que não estava vinculada ao mercado formal de trabalho (carteira de trabalho assinada e, portanto, dispondo do cartão do INAMPS) nem tinha poder de compra de serviços no mercado, via planos de saúde ou da medicina liberal.

Além disso, o fato de a Lei Orgânica da Saúde sugerir o uso da epidemiologia no planejamento de saúde possibilita identificar grupos populacionais mais vulneráveis ou com maior risco de adoecer ou morrer, favorecendo a equidade, pois pode orientar a atuação do SUS para a população que mais precisa de determinados serviços, sem, contudo, deixar de ser igualitário. E, também, o fato de o SUS ser democrático cria espaços para

mobilização em torno de políticas afirmativas e de reconhecimento de outros direitos e identidades, como o caso das lutas das mulheres, dos negros, grupos LGBT, índios, população do campo, trabalhadores sem terra e sem teto, população em situação de rua etc.

Ameaças

As ameaças à universalidade se fazem pelas vias ideológica, política e econômica. No primeiro caso quando a mídia, políticos, gestores, economistas, profissionais de saúde e segmentos da classe média defendem um SUS pobre para pobres, ou quando se difunde a concepção de Cobertura Universal em Saúde como alternativa aos sistemas públicos e universais de saúde. No segundo caso, quando os poderes Legislativo e Executivo se articulam para aprovar a autorização do capital estrangeiro na saúde, para adotarem as terceirizações ou mesmo para estimularem o crescimento de planos privados de saúde com a adesão dos funcionários públicos ou pela tentativa de obrigatoriedade de planos de saúde para todos os trabalhadores ou pela defesa da expansão de “planos populares”.

Quanto à via econômica de restrição à universalidade, já é bem conhecida: trata-se, sobretudo, do subfinanciamento crônico, acrescido presentemente da manutenção da Desvinculação das Receitas da União - DRU, associada à Desvinculação das Receitas dos Estados - DRE e à Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM, e da PEC 241⁶, que congela os gastos

6 A Proposta de Emenda Constitucional - PEC 241, de autoria do Executivo, na gestão do governo interino de Michel Temer, estabelece um limite para os gastos públicos e prevê o congelamento de gastos públicos por 20 anos. Conforme especialistas no setor de Saúde, pode resultar na redução de 12 bilhões de reais em repasses para a área, nos próximos dois anos. Para saber mais sobre a PEC 241, acesse a entrevista com Grazielle David, intitulada *PEC 241/16: Uma afronta à saúde, aos direitos sociais e à Constituição*, publicada nas Notícias do Dia de 11-07-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2aZEQgl>. (Nota da **IHU On-Line**)

com saúde e educação por 20 anos (uma geração!!!!), enquanto a população cresce, envelhece e muda o seu perfil epidemiológico com destaque para doenças crônicas, transtornos mentais, acidentes e violências.

Além das mortes, doenças e sofrimentos que serão produzidos com a quebra da universalidade, isto significa rasgar a Constituição no que diz respeito aos direitos sociais e de saúde e à promoção da cidadania. Se esses parlamentares que hoje ocupam o Congresso Nacional aproveitarem nos próximos meses esta PEC 241, ameaçando a vida e a saúde de milhões de brasileiros e brasileiras por duas décadas, certamente serão julgados pela História como perpetradores de um crime de lesa-pátria.

IHU On-Line - Que avaliação o senhor faz do sistema de financiamento que irriga o SUS, desde a União, passando por Estados e Municípios? E como avalia a gestão, articulada entre esses três entes?

Jairnilson Silva Paim - Inúmeros estudos e pesquisas realizados no Brasil indicam que o financiamento do SUS é insuficiente, desigual e injusto. Decorre em parte da estrutura tributária brasileira regressiva que penaliza os mais pobres através dos impostos indiretos, poupando os ricos dos impostos diretos sobre a renda, o patrimônio, a herança, enfim sobre as grandes fortunas. Aquele pato ridículo que anda desfilando na frente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp esconde da população brasileira e da mídia o fato de que quem paga mais imposto no Brasil proporcionalmente é o povo, não são os empresários, não é o capital.

Por outro lado, quem mais arrecada impostos e contribuições é a União (governo federal). Apesar de os municípios arrecadarem menos tributos que a União é sobre eles que recaem as maiores responsabilidades em relação ao SUS. O governo federal desde o início do século vem reduzindo relativamente

a sua participação no financiamento do SUS, obrigando que os municípios, especialmente, contribuam mais com o financiamento, comprometendo mais de 20% do seu orçamento com a saúde, enquanto o seu piso fixado em lei é de 15%.

No que se refere à gestão, o que me parece mais preocupante, além da falta da profissionalização e de qualificação dos gestores (com as devidas exceções) é a descontinuidade administrativa decorrente da vulnerabilidade do SUS aos interesses político-partidários, quando cargos de confiança e contratos de trabalhadores de saúde são utilizados como moedas de troca para o clientelismo e o favoritismo políticos mais rasteiras. Há muito que defendo um SUS blindado desses interesses mesquinhos e uma carreira de Estado para seus trabalhadores, a exemplo daquelas asseguradas para o Judiciário, Ministério Público, Forças Armadas e Itamaraty. Sem negligenciar a relevância dos servidores dessas instituições, penso que aqueles que cuidam da vida e da saúde dos brasileiros deveriam ser tratados pelo Estado com igual distinção!

IHU On-Line - Como o senhor lê as manifestações de 2013, em especial a pauta que reivindica mais atenção à saúde? O que essa pauta revela em termos de limites do SUS? E como avalia as “reações” do governo a essa pauta?

Jairnilson Silva Paim - De um modo geral, vejo como positivas as manifestações de 2013. A participação política dos cidadãos e cidadãs revigora e redefine a democracia. Não sou ingênuo, porém. É possível identificar pelo menos dois momentos naquelas manifestações: o primeiro quando a juventude ocupou as ruas defendendo o direito à cidade, à mobilidade urbana, transporte e serviços públicos de qualidade, com destaque para a saúde e educação. O segundo, quando foram introduzidas outras pautas mediante a indução de setores da mídia e outros segmentos da população manifestaram a sua oposição aos governos e hostili-

zaram partidos políticos, especialmente de esquerda.

Orientei uma dissertação de mestrado, publicada no ano passado por uma revista eletrônica da Fiocruz, que descreve os fatos apoiados em muitas evidências no sentido de identificar certos interesses de classe e político-ideológicos nessas manifestações. Outros estudos têm sido publicados em livros e revistas reiterando esses achados, havendo também aqueles que exibem outras interpretações. Mesmo que considere equivocado reivindicar “hospital padrão Fifa”, sobretudo considerando as denúncias de corrupção envolvendo parte de seus dirigentes, entendi nesses cartazes uma ironia diante de governos que investiram bilhões na Copa para a alegria de empreiteiras e, especialmente, a defesa de um sistema de saúde digno e de qualidade.

Resposta do governo

Lamentavelmente, a resposta do governo federal foi minimalista, reduzindo a demanda por direitos e serviços públicos de qualidade para todos ao Programa Mais Médicos⁷. Enquanto os manifestantes demandavam mais saúde, mais educação, mais transporte gratuito e de qualidade, enfim, mais direitos, o Governo não conseguiu ousar nas medidas necessárias ao atendimento daquela pauta que significariam, em última análise, a concretização de princípios e proposições da Constituição Cidadã.

IHU On-Line - Como o senhor vê a relação da categoria médica com planos de saúde, muitas vezes tidos como cooperados de planos privados? Em que medida

⁷ **Mais Médicos**: programa de Estado lançado em 2013, cujo objetivo é suprir a carência de médicos nos municípios do interior do país e nas periferias das grandes cidades do Brasil. O formato da “importação” de médicos de outros países foi alvo de duras críticas de associações representativas da categoria, sociedade civil, estudantes da área da saúde e inclusive do Ministério Público do Trabalho. Confira as publicações do Instituto Humanitas Unisinos – IHU acerca do tema em <http://bit.ly/2aVtcTh>. (Nota da **IHU On-Line**)

essa relação repercute em crises e tensões entre médicos e o SUS?

Jairnilson Silva Paim - Não tenho estudado, ultimamente, o papel da categoria médica nas políticas de saúde face ao SUS e ao mercado de planos privados, embora alguns pesquisadores do Observatório de Análise Política em Saúde⁸ que co-ordenem estejam realizando algumas investigações nessa perspectiva. Portanto, não me sinto muito confortável em responder essas perguntas. Posso adiantar apenas que os médicos, independentemente da remuneração que recebem dos planos ou do SUS, percebem certo constrangimento da sua autonomia relativa enquanto profissional de saúde diante das restrições impostas pelas operadoras para a redução dos custos da atenção (diante da progressiva implantação do racionamento, racionalização e atenção gerenciada ou *managed care*) e das limitações concretas à sua prática nos serviços públicos diante de condições de trabalho insatisfatórias e da infraestrutura deficiente das unidades de saúde ambulatoriais e hospitalares.

IHU On-Line - Que ameaças o sistema privado de saúde traz ao SUS? É possível o convívio desse modelo baseado no lucro e mercantilização com uma política de saúde universalizada?

Jairnilson Silva Paim - A Constituição assegura que a saúde é livre à iniciativa privada, mas também determina que a saúde é questão de relevância pública. Isto pode ser interpretado como possibilidade de existência da iniciativa privada, porém sob o primado do interesse público. Aliás, a legislação define o caráter complementar dos serviços privados por referência ao SUS.

Entretanto, com o subfinanciamento público de um lado e o estímulo, subsídios e sub-regulação do setor privado, de outro, o país estabeleceu uma relação público-privado espúria na saúde, com a presença de promiscuidade entre

⁸ O endereço do observatório é analisepoliticaensaude.org. (Nota da **IHU On-Line**)

os entes em prejuízo do interesse público. Embora para os meus valores considere repugnante obter lucros e favorecer a mercantilização diante da dor, do sofrimento, da doença e da ameaça de morte, entendo que o Estado capitalista tende a favorecer a acumulação do capital onde houver espaço para tal e, conseqüentemente, apresente-se como normal a privatização da saúde. Mas se pretendemos ser uma nação civilizada não podemos desconhecer certos pactos e as leis, lembrando que o princípio da dignidade humana está na frente de privilégios, do direito à propriedade e da iniciativa privada.

Enfim, entendo que as ameaças do sistema privado ao SUS passam pela dominação dos interesses do capital, pela omissão deliberada do Estado, pela conviência de políticos e gestores, bem como pela fragilidade das instâncias de participação social em saúde.

IHU On-Line - Certa vez, o senhor declarou que o capital financeiro está matando a saúde. Mas como isso ocorre? Em que medida o governo petista de Lula e Dilma permitiram o avanço desse capital sobre a saúde? Como reverter esse quadro e assegurar o SUS como política de saúde de financiamento público?

Jairnilson Silva Paim - Não só o capital financeiro. O capital, enquanto relação, é patogênico. Os estudos sobre a determinação social do processo saúde-doença assim apontam. Mas o Estado democrático de direito pode, legitimamente, estabelecer limites e condições para a acumulação capitalista, seja em função da proteção ao ambiente, seja em defesa

da saúde e da vida dos trabalhadores e da população em geral. É isto que ocorre nos países capitalistas avançados, sobretudo do Norte. O *Welfare State* foi um exemplo desta possibilidade, embora também se encontre ameaçado desde Margaret Thatcher⁹ e Ronald Reagan¹⁰, e especialmente após a crise de 2008.

Os governos Lula e Dilma, não obstante certas conquistas em termos de políticas sociais, nem sequer esforçaram-se para cumprir o pacto social estabelecido em 1988 pela Constituição, muito menos para conter o avanço do capital na saúde. Satisfizeram-se com políticas racionalizadoras e focalizadas

⁹ **Margaret Hilda Thatcher** (1925-2013): política britânica, primeira-ministra do Reino Unido de 1979 a 1990. Ao liderar o governo do Reino Unido, Thatcher estava determinada a reverter o que via como o declínio nacional de seu país. Suas políticas econômicas foram centradas na desregulamentação do setor financeiro, na flexibilização do mercado de trabalho e na privatização das empresas estatais. Sua popularidade esteve baixa em meio à recessão econômica iniciada com a Crise do petróleo de 1979. No entanto, uma rápida recuperação econômica, além da vitória britânica na Guerra das Malvinas, fez ressurgir o apoio necessário para sua reeleição em 1983. Devido ao fato de Thatcher ter sobrevivido a uma tentativa de assassinato em 1984, de sua dura oposição aos sindicatos e de sua forte crítica à União Soviética, foi alcunhada de “Dama de Ferro”. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁰ **Ronald Reagan** (1911-2004): ator norte-americano formado em economia e sociologia. Foi eleito governador da Califórnia em 1966, e se reelegeu em 1970 com uma margem de um milhão de votos. Conquistou a indicação à presidência pelo Partido Republicano em 1980, e os eleitores, incomodados com a inflação e com os americanos mantidos há um ano como reféns no Irã, o conduziram à Casa Branca. Antes de ocupar a presidência, passou 28 anos atuando como ator em 55 filmes que não entraram para a história, mas que lhe deram fama e popularidade. Sua carreira no cinema terminou em 1964, em *The Killers*, único filme em que atuou como vilão. (Nota da **IHU On-Line**)

nos mais pobres, estimulando o capital na saúde e deixando-o correr solto a ponto de indicarem para integrar as diretorias colegiadas das agências reguladoras (inclusive as da saúde) representantes das operadoras de planos de saúde e de outros setores “regulados”. Foram coniventes, deixando a raposa tomar conta do galinheiro.

Não vejo viabilidade na reversão desse quadro e, particularmente, na garantia do financiamento público adequado ao SUS sem uma grande mobilização democrática e popular capaz de incluir este tema na agenda do Estado.

IHU On-Line - Como avalia os movimentos do governo interino de Michel Temer com relação ao SUS?

Jairnilson Silva Paim - Um desastre total! Até a grande mídia, normalmente solidária ao capital, à privatização da saúde e à redução dos gastos públicos tem apontado, em apenas três meses de interinidade, o desmonte do SUS, os retrocessos nas políticas públicas, a montagem de uma bomba-relógio que deve explodir o que restar do SUS nos próximos vinte anos através da PEC 241, enfim, a dilaceração da Constituição da República. Basta ler a Revista Radis¹¹ da Fiocruz e visitar os sites do Centro Brasileiro de Estudos em Saúde Cebes¹² e da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - Abrasco¹³ para se perceber que não estou exagerando. ■

¹¹ Revista da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. O endereço eletrônico é ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis. (Nota da **IHU On-Line**)

¹² O endereço é cebes.org.br. (Nota da **IHU On-Line**)

¹³ O endereço é abrasco.org.br. (Nota da **IHU On-Line**)

LEIA MAIS...

- “O maior desafio do Sistema Único de Saúde hoje, no Brasil, é político”. Entrevista com Jairnilson Paim, publicada por **IHU On-Line** número 376, de 17-10-2011, disponível em <http://bit.ly/2aERZyE>.
- *A necessidade de avançar na democratização da saúde*. Entrevista com Jairnilson Paim, publicada por **IHU On-Line** número 233, de 28-07-2007, disponível em <http://bit.ly/2b9ma0m>.

A dignificação do “patinho feio” da Saúde

Simone Paulon destaca que é pela perspectiva do SUS que demandas como as do movimento antimanicomial passam a ser discutidas e efetivadas. Para ela, são lógicas que retiram a saúde mental das sombras

Por João Vitor Santos

Se num ranking de investimentos em políticas públicas a área da saúde não está entre os melhores colocados, imagine a saúde mental. A psicóloga Simone Mainieri Paulon, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, destaca que essa subárea é historicamente depreciada em detrimento de outras. “A saúde mental é considerada o ‘patinho feio’ dos segmentos da saúde para muitos gestores públicos, infelizmente”, lamenta. Entretanto, ressalta que essa lógica vem sendo subvertida dentro do bojo das conquistas com a implantação do SUS, pois constitui uma espécie de inclusão democrática de quem busca tratamentos através das redes de atenção psicológica.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Simone ainda analisa que “não se faz política pública apenas com boas propostas e entre o preconizado e o realizado de fato há uma larga distância”. Por isso defende não só a manutenção do SUS como um todo, mas a ampliação e correções de políticas que compreendem o sistema, especialmente relacionados à saúde mental. “É preciso ressaltar que temos uma boa legislação”, pondera. No entanto, aponta:

“melhorar a atenção em saúde mental hoje no Brasil, não tenho qualquer dúvida, significa ampliar investimentos nesta incipiente e fundamental Rede que garante o cuidado sem exclusão, inserido na comunidade, o cuidado em liberdade”.

Simone Mainieri Paulon é psicóloga, doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, atua junto ao laboratório de políticas públicas do Departamento de Psicologia Social e Institucional, ao Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social e ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Atuou como consultora da Política Nacional de Humanização do SUS e, atualmente, coordena o grupo INTERVIR - Pesquisa-Intervenção em Saúde Mental, Políticas Públicas e Cuidado em Rede. Entre suas publicações, estão *Saúde Mental na Atenção Básica: a territorialização do Cuidado* (Porto Alegre: Editora Sulina, 2013), *CADERNOS HumanizaSUS de Saúde Mental* (Vitória: EDUFS, 2014) e *Nietzsche Psicólogo: A Clínica à luz da filosofia trágica* (Porto Alegre: Sulina, 2014).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como compreender a lógica que inspira o SUS para além das consultas médicas, atendimentos de urgência e emergência, enquanto política pública de saúde?

Simone Mainieri Paulon - O SUS, como mais antiga e estruturada das políticas públicas brasileiras, pode ser definido como certo modelo do que as ciências políticas e sociais têm definido por política pública.

Autores como Celina Souza¹, Soraya

¹ **Celina Souza:** possui graduação em Direito pela Universidade Federal da Bahia, mestrado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro e doutorado em Ciência Política pela London

Cortes², Gilberto Hochman³ sustentam um conceito atual de política pública que se aproxima em muito do que o movimento sanitário logrou inscrever na carta magna⁴ para a política pública de saúde brasileira.

Tais autores afirmam que política pública, para além de uma política de Estado, são as transformações sociais, gerenciadas a partir de segmentos estatais, que resultam do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder dos diversos atores sociais, expressando decisões coletivas. É uma compreensão interessante que inclui a sociedade civil, os técnicos e diversos grupos de interesses naquilo que de fato resulta das instruções e normativas que emanam do Estado. Por isso, é possível afirmar-se que a criação do Sistema Único de Saúde - SUS significa o mais importante movimento de inclusão social empreendido pela via constitucional brasileira. Ao inscre-

School of Economics and Political Science. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Estado e Governo, atuando principalmente nos seguintes temas: federalismo, federalismo fiscal, descentralização, governos subnacionais e políticas públicas. (Nota da **IHU On-Line**)

2 Soraya Vargas Cortes: possui doutorado em Social Policy and Administration – London School of Economics and Political Science, em 1995. Atualmente é professora do Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Pesquisadora do CNPQ, é Diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS e é Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia. (Nota da **IHU On-Line**)

3 Gilberto Hochman: graduado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas, é mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ e doutor em Ciência Política pela mesma instituição, com estágio doutoral no Boston College (EUA). É pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz e professor do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde (COC/Fiocruz). (Nota da **IHU On-Line**)

4 Carta de 88 – Carta Magna: é a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, promulgada em 5 de outubro de 1988. É a lei fundamental e suprema do Brasil, servindo de parâmetro a todas as demais normativas. Pode ser considerada a sétima ou a oitava constituição do Brasil (dependendo de se considerar ou não a Emenda Constitucional nº 1 como um texto constitucional) e a sexta ou sétima constituição Brasileira em um século de república. (Nota da **IHU On-Line**)

ver a saúde nos termos descritos no artigo 196 de nossa Constituição, o movimento sanitarista cravou o que alguns autores avaliam como espécie de bandeira socialista ou “ilha não mercantil” num estado neoliberal, pois este capítulo constitucional representa uma afirmação política de compromisso do Estado brasileiro para com os direitos dos seus cidadãos.

E não é um dever qualquer e de prestar serviços de qualquer espécie para cidadãos de menor valor, como uma lógica hierarquizante típica do capitalismo financeiro nos faria supor. É um dever de ofertar atendimento integral em saúde, a todo cidadão brasileiro, de forma resolutiva, utilizando as melhores tecnologias e instrumentos a que se tenha acesso e, ainda (o que

“ A criação do SUS significa o mais importante movimento de inclusão social empreendido pela via constitucional brasileira

não é um detalhe), com participação popular. Isto significa uma imensa transformação na perspectiva privatista, mercantilista e hospitalocêntrica com que a saúde historicamente foi tratada em nosso país, e por isso o SUS é um empreendimento tão arrojado, tão desafiador à gestão pública, quanto atacado por interesses elitistas e corporativos marcantes de uma cultura oligárquica.

O objeto das críticas

É justamente esta dimensão pública da política, que se expressa e se concretiza no SUS como obra coletiva, generosa e inclusiva, que

faz dele processo inconcluso e alvo de acirradas críticas. Mas neste ponto é fundamental que se separe o joio do trigo e se diferencie a crítica construtiva, originada nas fragilidades reais apontadas por esta “obra aberta” que o SUS de fato é, das críticas genéricas destinadas a qualquer bom efeito produzido pelo Estado quando veem o argumento do Estado mínimo ameaçado.

No primeiro grupo, porque de críticos para desconstruir qualquer empreendimento público a grande imprensa está cheia, temos um dos mais reconhecidos sanitaristas brasileiros, Gastão de Wagner Campos⁵. Ao levantar o que considerava ser os principais impasses na implantação do SUS, a obstaculizarem seu pleno fortalecimento, Campos aponta a questão dramática do subfinanciamento, baixa capacidade de gestão integrada entre instâncias diversas, cobertura e qualidade de atenção primária aquém do esperado e, principalmente, um certo descrédito por parte dos atores da reforma sanitária⁶ quanto à capacidade para sustentação da grandiosidade desta política pública.

5 Gastão de Wagner Campos: médico pela Universidade de Brasília, com mestrado em Medicina Preventiva pela Universidade de São Paulo, doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas e residência médica pelo Hospital das Forças Armadas em Brasília. Atualmente é professor titular da Universidade Estadual de Campinas, Membro de corpo editorial da Trabalho, Educação e Saúde e Membro de corpo editorial da Revista Ciência & Saúde Coletiva. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Saúde Pública. Atuando principalmente nos seguintes temas: anti-Taylor, democracia em instituições, gestão de instituições. (Nota da **IHU On-Line**)

6 Reforma Sanitária: o movimento da Reforma Sanitária nasceu no contexto da luta contra a ditadura, no início da década de 1970. A expressão foi usada para se referir ao conjunto de ideias que se tinha em relação às mudanças e transformações necessárias na área da saúde. Essas mudanças não abarcavam apenas o sistema, mas todo o setor de saúde, em busca da melhoria das condições de vida da população. As propostas da Reforma Sanitária resultaram na universalidade do direito à saúde, oficializado com a Constituição Federal de 1988 e a criação do Sistema Único de Saúde – SUS. (Nota da **IHU On-Line**)

E conclui: “a defesa do SUS e o sucesso do SUS dependem da força com que a sociedade brasileira coloque a vida das pessoas acima de todas as outras racionalidades, e ainda compreenda que as políticas públicas podem se constituir em um meio poderoso para a efetiva defesa da vida.” É esta dimensão abrangente, de produção de um comum, de um capital social construído e forjado no calor das lutas sociais que o SUS representa. E é tudo isto que está sob ameaça quando um gestor público coloca em questão, por exemplo, “o tamanho exagerado do SUS”.

Reações

O barulho que esta declaração causou, a chacoalhada nos movimentos sociais e onda de tags nas redes e passeatas dizendo “#NAO-MEXACOMOSUS” são um indicativo de que há segmentos da população brasileira atenta às conquistas democráticas arduamente forçadas para que se alcançasse um estado de direito e uma reforma sanitária que viabilizou o SUS. As reações alarmadas às declarações oficiais recentes de que princípios básicos do SUS estão sendo questionados fazem crer que este povo não quer só curar feridas. Quer bons hospitais, bons serviços de saúde, medicação e cobertura de saúde da família, sim, mas quer, também e principalmente, defender os direitos garantidos na Constituição cidadã que não lhes serão sequestrados sem resistência.

IHU On-Line - Qual sua avaliação quanto ao sistema de saúde mental presente no SUS? Quais os avanços e limites desse sistema posto e como pensar em melhorar a atenção à saúde mental?

Simone Mainieri Paulon - A Reforma Psiquiátrica brasileira⁷ é

7 Reforma Psiquiátrica: tem por objetivo construir um novo estatuto social para o doente mental, que lhe garanta cidadania, o respeito a seus direitos e sua individualidade, promovendo sua contratualidade (resgate da capacidade do indivíduo de participar do universo das trocas sociais, de bens, palavras e afetos) e sua cidadania, inclusos aí não só

outra das conquistas significativas do processo de democratização do Estado, desencadeado a partir dos anos 1980 com a lenta abertura política que levou ao final da ditadura militar no país. Assim como a reforma sanitária, movimento em boa parte paralelo e mutuamente reforçadores um do outro, originasse das lutas de trabalhadores e usuários por melhorias na atenção em saúde mental. Assim, encontra no movimento antimanicomial⁸ e na psiquiatria democrática italiana⁹ alavancas importantes para chegar a seu marco principal, com a aprovação da Lei 10.216 no ano de 2001¹⁰.

O principal avanço firmado em Lei, mas já largamente recomendado em inúmeras instruções e normativas internacionais - incluindo a carta de Alma Ata¹¹ da qual o

seus direitos como seus deveres como cidadão. (Nota da **IHU On-Line**)

8 Movimento Antimanicomial: também conhecido como Luta Antimanicomial, compõe as diretrizes da Reforma Psiquiátrica. Refere-se a um processo organizado de transformação dos Serviços Psiquiátricos, derivado de uma série de eventos políticos nacionais e internacionais. Na sua origem, esse movimento está ligado à Reforma Sanitária Brasileira da qual resultou a criação do Sistema Único de Saúde - SUS; está ligado também à experiência de desinstitucionalização da Psiquiatria desenvolvidas em Gorizia e em Trieste, na Itália, por Franco Basaglia nos anos 60. (Nota a **IHU On-Line**)

9 Psiquiatria democrática italiana: reforma no sistema de saúde mental italiana que tem como referência Franco Basaglia (1924-1980), psiquiatra italiano. Nos anos 60, ele dirigiu o hospital psiquiátrico de Gorizia, onde juntamente com outros psiquiátricos começou a promover uma série de mudanças práticas e conceituais, expostas no livro “A Instituição Negada” (1968). Em 1973 o Serviço Hospitalar de Trieste, dirigido por Basaglia, foi considerado pela Organização Mundial de Saúde como referência mundial para reformulação da assistência à saúde mental. A lei nº 180, ano de 1978 (Lei Basaglia) estabeleceu a abolição dos hospitais psiquiátricos (manicômios) na Itália e está vigente até o presente momento. (Nota da **IHU On-Line**)

10 Lei nº 10.216 de 6 de abril de 2001: também conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica instituiu um novo modelo de tratamento aos transtornos mentais no Brasil. (Nota da **IHU On-Line**)

11 Declaração de Alma-Ata: foi formulada por ocasião da Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, reunida em Alma-Ata, na República do Cazaquistão (ex-República socialista soviética), entre 6 e 12 de setembro de 1978, dirigindo-se a todos os governos, na busca da promoção de saúde

Brasil é signatário - é a priorização do tratamento em meio comunitário, contando com as redes e recursos que o sujeito em sofrimento psíquico grave possa contar em seu território, e a extinção progressiva dos grandes hospícios. A Lei Paulo Delgado¹², que instituiu a Reforma Psiquiátrica em âmbito nacional, foi fruto de amplo debate com a sociedade e respondeu e, desta forma, atendeu a demandas históricas de segmentos de trabalhadores que vinham lutando contra as violações de direitos praticadas nas instituições manicômiais, assim como pelo elementar direito ao cuidado em liberdade.

Uma rede que se constitui

Uma ampla rede de serviços para atender diferentes necessidades de diferentes usuários em seus momentos singulares de vida e sofrimento foi estruturada a partir daí, incluindo os Centros de Atenção Psicossociais, Residenciais Terapêuticos, Programas de Geração de Renda, de “Volta pra Casa” (auxílio financeiro para apoiar os primeiros anos de desospitalização), Consultórios na Rua, Centros de Convivência e, o que é fundamental e um dos mais graves “furos” de nossa rede atual, leitos em hospital geral. Nossa rede, em sua concepção e mesmo em alguns municípios exemplares, é considerada uma das mais completas e bem elaboradas do mundo para dar conta do cuidado territorializado tal como preconizado pelos organismos internacionais e inscrito na legislação nacional.

Patinho feio da Saúde

Entretanto, como acontece com o SUS em geral, não se faz política pública apenas com boas propostas, e entre o preconizado e o

a todos os povos do mundo. (Nota da **IHU On-Line**)

12 É uma espécie de apelido da Lei da Reforma Psiquiátrica, que refere o deputado Paulo Delgado (PT/MG), que propõe a regulamentação dos direitos da pessoa com transtornos mentais e a extinção progressiva dos manicômios no país. (Nota da **IHU On-Line**)

realizado de fato, na maioria dos municípios brasileiros, há uma larga distância. E se a saúde no Brasil já é uma das políticas com pior investimento (apesar de seu 7º Produto Interno Bruto - PIB, Brasil é 72º no ranking da Organização Mundial da Saúde - OMS de gasto per capita em saúde no mundo), a saúde mental é considerada o “patinho feio” dos segmentos da saúde para muitos gestores públicos, infelizmente. Ainda assim, é preciso ressaltar que temos uma boa legislação. Graças a ela, desde 2006 a pirâmide de investimentos públicos despendidos entre hospitais e outros serviços da rede foi invertida e hoje já se utiliza mais, dos poucos recursos que chegam à saúde mental, para qualificar a rede de atenção psicossocial - RAPS¹³ - do que para os custosos e tenebrosos hospícios que dominavam a área no século passado.

Melhorar a atenção em saúde mental hoje no Brasil, eu não tenho qualquer dúvida, significa ampliar investimentos nesta incipiente e fundamental Rede que garante o cuidado sem exclusão, inserido na comunidade, o cuidado em liberdade. Para isto é preciso investimento público, revisão das distribuições orçamentárias em todas esferas de governo, revisar as formações de base de várias profissões da saúde, mas também investimentos na cultura. Afinal, para que se aprenda a conviver com a loucura, não basta derrubarmos muros físicos de hospícios. É preciso desinstitucionalizar o louco em cada um de nós e os medos que nos assolam de qualquer evidência de que ele não esteja tão “encarcerado” quanto muitos gostariam.

IHU On-Line - A partir dos dados revelados em suas pesquisas, qual a importância de equipes de atenção básica na área de saúde mental? E que conexões se

13 Rede de Atenção Psicossocial – RAPS: prevista na portaria GM/MS nº 3.088/2011, preconiza o atendimento a pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas. (Nota da **IHU On-Line**)

dão entre outras políticas públicas, além da saúde, em centros psicossociais?

Simone Mainieri Paulon - Como processo de transformações culturais, subjetivas, afetivas, além de administrativas, jurídicas e organizacionais, a desinstitucionalização da loucura requer uma capacidade de convívio com a diferença da qual as sociedades contemporâneas estão cada vez mais refratárias. A loucura representa a diferença radical e, como tal, já foi tratada de modos muito diversos em períodos da história da humanidade, como Foucault¹⁴ bem demonstrou em sua tese. Neste sentido, o avanço necessário para que se aprofunde o processo de reforma psiquiátrica em curso no Brasil é a “desespecialização” do trato com o sofrimento psíquico. É isso que pode permitir que a atenção primária se responsabilize mais pelo acompanhamento também de usuários com estes problemas.

Isto não significa negação da necessidade de que determinados casos, em determinados momentos da vida das pessoas com transtornos mentais, recebam a devida atenção especializada por técnicos com formação específica para isto. Mas o que acontece hoje está muito distante disso. As Unidades Básicas de Saúde - UBS¹⁵ não se sentem

14 Michel Foucault (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Em várias edições, a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>; edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon203>; edição 364, de 06-06-2011, intitulada *‘História da loucura’ e o discurso racional em debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon364>; edição 343, *O (des)governo biopolítico da vida humana*, de 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>, e edição 344, *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon344>. Confira ainda a edição nº 13 dos **Cadernos IHU em formação**, disponível em <http://bit.ly/ihuem13>, **Michel Foucault**. (Nota da **IHU On-Line**)

15 Unidade Básica de Saúde – UBS: é o contato preferencial dos usuários, a principal porta de entrada e centro de comunicação

preparadas para atender o que, não raro, denominam por “pacientes psiquiátricos” (nomenclatura *per se* definidora da concepção que carregam de sofrimento psíquico como doença e caso que só um tipo de expert pode dar conta). Estamos finalizando a terceira pesquisa junto a equipes de saúde da família quanto ao modo como lidam com problemas relativos à saúde mental e os trabalhadores vêm apontando constante medo de lidar com este tema, concepções altamente conservadoras da loucura associada à periculosidade, desconhecimento da legislação e mesmo dos recursos mínimos que a comunidade pode oferecer em benefício dos usuários e, principalmente, uma compreensão de que são casos que não lhes dizem respeito já que não são da “área psi”.

Já assisti coordenadores de UBS encaminharem ao Centro de Apoio Psicossocial - CAPS¹⁶ pessoas que chegam ao acolhimento da unidade “porque estão chorando muito”. Esta é uma expressão entre

com toda a Rede de Atenção à Saúde. É instalada perto de onde as pessoas moram, trabalham, estudam e vivem e, com isso, desempenha um papel central na garantia de acesso à população a uma atenção à saúde de qualidade. Na UBS, é possível receber atendimentos básicos e gratuitos em Pediatria, Ginecologia, Clínica Geral, Enfermagem e Odontologia. Os principais serviços oferecidos são consultas médicas, inalações, injeções, curativos, vacinas, coleta de exames laboratoriais, tratamento odontológico, encaminhamentos para especialidades e fornecimento de medicação básica. A atenção primária é constituída pelas unidades básicas de saúde (UBS) e Equipes de Atenção Básica, enquanto o nível intermediário de atenção fica a encargo do SAMU 192 (Serviço de Atendimento Móvel as Urgências), das Unidades de Pronto Atendimento (UPA), e o atendimento de média e alta complexidade é feito nos hospitais. (Nota da **IHU On-Line**)

16 Centros de Atenção Psicossocial – CAPS: são instituições brasileiras que visam à substituição dos hospitais psiquiátricos – antigos hospícios ou manicômios – e de seus métodos para cuidar de afecções psiquiátricas. Os CAPS, instituídos juntamente com os Núcleos de Assistência Psicossocial – NAPS, são unidades de saúde locais/regionalizadas que contam com uma população adscrita definida pelo nível local e que oferecem atendimento de cuidados intermediários entre o regime ambulatorial e a internação hospitalar, por equipe multiprofissional, constituindo-se também em porta de entrada da rede de serviços para as ações relativas à saúde mental. (Nota da **IHU On-Line**)

tantas do estigma e rejeição que, ainda hoje, cercam este tipo de adoecimento. Entendo que a criação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF¹⁷, através das práticas de matriciamento, da educação permanente em saúde, está se desenvolvendo e começa a modificar este cenário. Isto pode ajudar a que se avance com os processos de desinstitucionalização da loucura nos territórios de vida das pessoas, como dizia acima.

Nossas pesquisas, que também são sempre intervenção, são um indicativo da imensa demanda que há entre os trabalhadores para que isto avance neste sentido. Quando ofertamos rodas de conversa, momentos de formação, qualquer espaço em que o tema da saúde mental vá ser posto em debate, temos tido uma receptividade impressionante dos grupos. Como diz um título de um filme italiano de que gosto muito que conta a história de uma cooperativa de loucos após a extinção dos hospícios em seu país, isto é sinal de que "Se può fare"¹⁸. (Dá pra fazer)¹⁸.

IHU On-Line - Como funcionam os centros psicossociais e as engrenagens que a fazem girar enquanto política pública? Como os avalia? É possível conceber uma

17 Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF: foram criados pelo Ministério da Saúde em 2008 com o objetivo de apoiar a consolidação da Atenção Básica no Brasil, ampliando sua abrangência e resolubilidade. São equipes multiprofissionais que devem trabalhar de forma integrada às equipes de Saúde da Família, apoiando-as e compartilhando saberes. A lógica do trabalho deve ser o apoio matricial. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁸ A entrevistada se refere ao filme *Se può fare*, de 2008, dirigido por Giulio Manfredonia. O filme está disponível no site da Rede HumanizaSUS, em <http://bit.ly/2aLZIJU>. (Nota da **IHU On-Line**)

estrutura como essa num outro modelo de gestão em saúde, essencialmente saúde mental, que não fosse público?

Simone Mainieri Paulon - Não acredito que este seja um modelo possível fora do contexto do SUS, não na forma como estão pensa-

“
O SUS é um empreendimento tão arrojado, tão desafiador à gestão pública, quanto atacado por interesses elitistas e corporativos marcantes de uma cultura oligárquica

dos os equipamentos da RAPS para a população e cultura brasileiras. Mas, o que está na base desta Rede em construção é um modelo de atenção que está em transição: de um modelo tutelar - praticado em instituições totais que não estão apenas nos manicômios, haja vista a proliferação de Comunidades Terapêuticas para "tratamento" de drogadição baseado no princípio da abstinência e exclusão - a um modelo psicossocial - orientado por projetos terapêuticos singulares, feitos em conjunto por equipes interdisciplinares e incluindo o usuário com familiares, se possível, pautado pelo cuidado em liberdade.

Este segundo modelo de atenção não dispensa totalmente eventuais internações, desde que sejam feitas para crises eventuais em hospitais gerais. No entanto, a atenção psicossocial exclui necessariamente as clínicas e hospitais especializados. Isto porque entende que a exclusão é sempre prejudicial, daí a "gritaria" em torno da necessidade de manutenção destas instituições que são sempre muito lucrativas ao setor privado.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Simone Mainieri Paulon - Sim. Preciso acrescentar um ponto contingencial acerca do ocorrido em Arroio dos Ratos¹⁹, que está começando a ser negligenciado pela grande imprensa e que remete a tudo que falamos acima. Fato é que por se tratar de loucos pobres não merece qualquer atenção maior da mídia. Gostaria de indicar a leitura da moção que escrevemos no Fórum Gaúcho de Saúde Mental. Ali, refletimos sobre o terrível ocorrido que a imprensa não está dando a menor bola²⁰. ■

¹⁹ Na madrugada de 21 de julho de 2016, 7 pessoas não conseguiram escapar do incêndio que tomou conta do Centro Novos Horizontes, na cidade de Arroio dos Ratos, na região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e morreram. Outras 11 ficaram feridas, duas delas em estado grave. O local se anuncia como "centro de tratamento para dependentes químicos". No momento do incêndio, havia cerca de 40 pessoas no local. As 7 vítimas fatais estavam trancafiadas em salas com grades em todas as aberturas e cadeados na porta, que funcionários não conseguiram abrir em meio ao incêndio. Há, ainda, relatos de que o local tinha poucos funcionários para o número de internos. A causa do incêndio foi um curto-circuito. A polícia indiciou 6 pessoas por homicídio qualificado, com dolo eventual. (Nota da **IHU On-Line**)

²⁰ A Moção, intitulada "Trancar não é Tratar", está disponível em <http://bit.ly/2aWpFUz>. (Nota da **IHU On-Line**)

LEIA MAIS...

– *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva.* Artigo de Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon, publicado em *Cadernos IHU ideias*, número 9, de 2011, disponível em <http://bit.ly/2aM7mAp>.

Quando o Estado não resolve sua equação

Cristiani Machado entende que “a dinâmica capitalista é geradora de desigualdades socioeconômicas”, por isso se faz necessária a intervenção do Estado. Quando ela não ocorre, o capitalismo se fortalece na mesma proporção das desigualdades

Por Ricardo Machado | Edição João Vitor Santos

Para a médica sanitária e doutora em Saúde Coletiva Cristiani Vieira Machado, o sistema capitalista é parte de uma equação que precisa ser resolvida. Quando o Estado deixa a dinâmica capitalista fluir, ela cresce e acaba pondo o Estado a serviço dela. Daí a importância de intervenção para regulação dos mercados, assegurando não só lucro de uns, mas bem-estar social de muitos. “A dinâmica capitalista é geradora de desigualdades socioeconômicas. Assim, mercados não regulados tendem a aprofundá-las”, completa. Atravessando essa perspectiva para Saúde, é possível entender porque a defesa de uma política pública como o Sistema Único de Saúde - SUS pode ser compreendido como uma defesa à democracia. “Defender o SUS é defender que a saúde é direito, e não mercadoria. Isso é essencial para uma verdadeira democracia”, dispara. E explica: “o SUS se baseia em uma concepção ampliada de saúde e em princípios de solidariedade social. As noções de direito à saúde, universalidade, atenção integral, são fundamentais em uma sociedade democrática, se considerarmos uma noção substantiva de democracia, que não se restringe à dimensão formal (eleitoral/representativa)”, analisa.

Cristiani ainda vai à Constituição Cidadã de 1988 para demonstrar como a democracia e o

sistema público e universal de saúde estão no mesmo bojo. “Ao permitir a expansão concreta do acesso a ações e serviços de saúde em todo o país nas últimas décadas, de forma não atrelada à capacidade de pagamento, de idade, de condição de saúde, o SUS se configurou como um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo”.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, a sanitária também demonstra como a mesma Constituição assegura a viabilidade de financiamento desse Sistema. O problema é que interesses políticos e econômicos empurram o Estado para a permissividade, não resolvem a parte da equação que limita o capital.

Cristiani Vieira Machado é médica sanitária, com doutorado em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - IMS/UERJ e pós-doutorado em Ciência Política pela University of North Carolina at Chapel Hill (EUA). É pesquisadora e docente da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz - ENSP/Fiocruz e atualmente coordena o Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da mesma instituição.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Por que defender o Sistema Único de Saúde - SUS significa defender a democracia?

Cristiani Vieira Machado - Nos anos 1980, o movimento sanitário¹

¹ **Reforma Sanitária:** o movimento da Reforma Sanitária nasceu no contexto da luta contra a ditadura, no início da década de 1970. A expressão foi usada para se referir ao conjunto de ideias que se tinha em relação às

se articulou no contexto da redemocratização, em defesa de uma

mudanças e transformações necessárias na área da saúde. Essas mudanças não abarcavam apenas o sistema, mas todo o setor saúde, em busca da melhoria das condições de vida da população. As propostas da Reforma Sanitária resultaram na universalidade do direito à saúde, oficializado com a Constituição Federal de 1988 e a criação do Sistema Único de Saúde - SUS. (Nota da **IHU On-Line**)

transformação ampla da sociedade e da forma de atuação do Estado, visando à expansão de direitos políticos, civis e sociais. A crítica ao sistema de saúde conformado até então - marcado pela fragmentação, desigualdades no acesso, favorecimento do setor privado e pouca efetividade em termos de resultados sanitários - levou à construção



Nos anos Lula, houve avanços em políticas redistributivas na área econômica e social. No entanto, em todo o período problemas estruturais do sistema de saúde não foram equacionados

de uma agenda progressista, que transcendia o setor saúde. O Sistema Único de Saúde - SUS foi concebido nesse contexto. Mais do que um arranjo administrativo, era uma proposta situada em um 'projeto civilizatório' mais amplo, como dizia Sergio Arouca², em uma aposta em uma sociedade mais justa.

O SUS se baseia em uma concepção ampliada de saúde e em princípios de solidariedade social. As noções de direito à saúde, universalidade, atenção integral, são fundamentais em uma sociedade democrática, se considerarmos uma noção substantiva de democracia, que não se restringe à dimensão formal (eleitoral/representativa). Ao permitir a expansão concreta do acesso a ações e serviços de saúde em todo o país nas últimas décadas, de forma não atrelada à capacidade de pagamento, de idade, de condição de saúde, o SUS se configurou como um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo. O alargamento do campo dos direitos sociais no país - entre eles, o direito à saúde - constitui um elemento decisivo para a nossa democracia em construção.

Avanços e retrocessos

O processo de implementação do SUS também envolveu a cria-

² Antônio Sérgio da Silva Arouca (1941-2003): foi um médico sanitário e político brasileiro. Como médico, como parlamentar ou como militante partidário, Arouca sempre procurou debater e apresentar propostas associadas, predominantemente em questões das áreas da saúde e da ciência e tecnologia. Foi uma das principais lideranças do movimento da Reforma Sanitária. (Nota da IHU On-Line)

ção de instâncias de negociação intergovernamental e de controle social, que ampliaram a participação de atores na política, como uma contribuição adicional para a democratização das políticas públicas. Esse processo, nas últimas quase três décadas, sofreu percalços e expressou contradições. Alguns avanços foram lentos e houve muita luta política para evitar retrocessos. A construção do SUS é concomitante à construção da nossa democracia pós-1988 e indissociável dela, em uma relação de mão dupla.

Não por acaso, nesse momento em que se evidenciam fragilidades na nossa democracia - expressas pelo caráter da grande mídia, do nosso sistema político-partidário, pela atuação do Judiciário, do Legislativo e das elites econômicas, por fim, pelo golpe parlamentar em curso, a política social e o SUS estão sob graves riscos. Defender o SUS é defender que a saúde é direito, e não mercadoria. Isso é essencial para uma verdadeira democracia.

IHU On-Line - Qual o papel do Estado na garantia da proteção social em saúde? O que a Constituição dispõe sobre isso?

Cristiani Vieira Machado - A dinâmica capitalista é geradora de desigualdades socioeconômicas. Assim, mercados não regulados tendem a aprofundá-las. Sempre existem diferentes projetos em disputa sobre o que o Estado deve ou não deve fazer na área econô-

mica e social, vis-à-vis o funcionamento dos mercados.

O papel do Estado, ao menos de um 'Estado Social', deve ser o de frear a ação e os efeitos negativos dos mercados, buscando promover a redistribuição e o bem-estar social. Mas a ação do Estado nos diversos contextos expressa a interação de diferentes forças políticas, cujo poder - no sentido da influência sobre a ação estatal - é diferenciado. Por isso, não existe ampliação efetiva de direitos sem luta social.

A Constituição de 1988 adotou uma concepção ampla de Seguridade Social, de base universalista, compreendendo as políticas de Previdência, Saúde e Assistência Social. Essa arquitetura se aproxima da visão de um 'Estado Social', ou seja, que tem o papel de assegurar patamares amplos de cidadania e bem-estar. Isso porque reúne sob um princípio universalista políticas historicamente de base corporativa (Previdência); de caráter focalizado (Assistência) ou segmentado (saúde), tanto no sentido da dualidade institucional entre saúde pública e assistência média individual, como no padrão das relações entre Estado e mercado.

Ademais, a Constituição propôs um Orçamento da Seguridade Social, que deveria reunir recursos de fontes variadas (contribuições sociais e impostos de diversos tipos) para financiar as três áreas. Essa proposta visava colocar a política social no centro das responsabilidades do Estado, ao se buscar estabilidade para o financiamento da área social, preservando-a de eventuais crises econômicas. Mas esse orçamento nunca foi plenamente implantado. Ou seja, o desenho constitucional expressa um pacto social amplo, ao enfatizar o dever do Estado em garantir a saúde como direito de cidadania, imputando-lhe responsabilidades no financiamento, no planejamento e na prestação de serviços de saúde, além da regulação de mercados.

IHU On-Line - Como a senhora avalia a formulação e implemen-

tação, em específico nos dias atuais, das políticas públicas voltadas para a saúde?

Cristiani Vieira Machado - Bem, para falar em 'dias atuais', em primeiro lugar é necessário separar o período de vigência democrática - 1988 a 2015 - do momento que estamos vivendo hoje, que expressa uma ruptura do pacto democrático pós-constitucional. Em segundo lugar, se falamos em 'políticas públicas voltadas para a saúde', entendo que não estamos apenas considerando as políticas setoriais, mas o conjunto de políticas que repercutem sobre a saúde. Ou seja, a relação entre políticas econômicas e sociais, e a inserção da saúde no sistema de proteção social como um todo.

Políticas de saúde no período democrático

Em uma democracia, governos eleitos pelo voto popular, com base em um dado programa, são legítimos e têm que prestar contas aos eleitores; na maior parte dos sistemas políticos, eles precisam fazer coalizões e pactos para governar (o nosso sistema é complexo nesse sentido). Então de 1990 a 2015, nós tivemos governos democraticamente eleitos, em que pesem suas diferenças. A análise do contexto de formulação e implementação das políticas de saúde no período democrático pode ser mais bem compreendida em quatro momentos: (a) o início dos anos 1990, período correspondente aos governos Collor e Itamar (1990-1994); (b) os governos FHC (1995-2002); (c) os governos Lula (2003-2010); (d) o governo Dilma (2011-2015).

Em cada um desses momentos, houve avanços e percalços. Nos anos 1990, a implementação das políticas de saúde ocorreu sob a influência de duas agendas: a da reforma sanitária brasileira e a de reforma do Estado, de inspiração neoliberal. Apesar disso, o marco constitucional representou uma base para a luta política dos atores setoriais e foram possíveis avanços em termos institucionais, da im-

plantação de políticas específicas e da expansão de cobertura.

Porém, a implementação do SUS sofreu constrangimentos importantes. Nos anos Lula, houve avanços em políticas redistributivas na área econômica e social, um contexto mais favorável. No entanto, em todo o período problemas estruturais do sistema de saúde não foram equacionados. Por exemplo, no âmbito do financiamento e das relações público-privadas na saúde. Os avanços na saúde foram duramente alcançados mediante luta dos atores defensores do SUS, com certa proteção pelo pacto constitucional.

Política de saúde no atual momento

O que estamos vivendo agora é diferente. Um governo interino, que não foi eleito pelo voto popular, que chegou ao poder mediante um golpe parlamentar que afastou (por enquanto, temporariamente) uma presidente democraticamente eleita, está implantando uma plataforma política de corte neoliberal e neoconservador, que não foi legitimada pelas urnas. E está fazendo isso de forma rápida e agressiva. As propostas relativas à Administração Pública, às políticas sociais e de saúde rompem com o pacto constitucional de 1988 e destroem avanços alcançados com dificuldades durante 25 anos. É um escândalo. O SUS corre riscos graves de desmantelamento.

Um exemplo é que pela primeira vez, desde 1990, temos um ministro da Saúde que faz declarações contrárias ao SUS, que defende abertamente propostas sem nenhuma consistência técnica do ponto de vista sanitário, que só vem atender interesses de grupos privados que querem expandir seus mercados. Essa proposta de criação de planos de saúde populares com pacotes restritos colide com a legislação atual e é totalmente absurda. Está claro que isso não resolveria os problemas de saúde da população brasileira, mas é um projeto de desmantelamento do

sistema público e ampliação do espaço de agentes privados na saúde.

IHU On-Line - Quais os impactos de uma política de saúde financeiraizada, atravessada pela lógica do capital, que insufla planos de saúde privados?

Cristiani Vieira Machado - Em uma economia capitalista, Estado e mercados atuam de forma imbricada e interdependente. Historicamente, os Estados Nacionais são importantes na promoção e sustentação de mercados, e as políticas públicas com frequência são influenciadas pela dinâmica capitalista e por interesses de mercado. Assim, a política social expressa fortemente as contradições estruturais do Estado capitalista que, de um lado, promove os mercados e é sustentado por eles e, de outro, precisa impor limites ao seu funcionamento. O setor saúde mobiliza fortes interesses privados, não só relativos à prestação de serviços, mas também à ciência e tecnologia, desenvolvimento, produção e comercialização de tecnologias, insumos e produtos para a saúde.

Cabe destacar que o setor privado já havia se expandido na saúde desde ao menos a década de 1960, sob diversos incentivos do Estado. A Constituição instituiu o SUS com base em princípios e diretrizes abrangentes, mas também reafirmou a saúde como 'livre à iniciativa privada' e autorizou a contratação, pelo Estado, de serviços privados em caráter complementar, refletindo os conflitos de projetos e interesses então presentes na sociedade brasileira.

Em todo o período de implantação do SUS até o momento, uma contradição central foi que o sistema público se expandiu, mas os segmentos privados também, com intenso dinamismo, sendo evidente inclusive uma tendência à financeirização e internacionalização. A Lei que altera a Constituição e permite a entrada do capital estrangeiro mesmo na prestação de serviços de saúde exemplifica esse avanço do privado, uma questão não enfrentada mesmo pelos governos de

centro-esquerda de Lula e Dilma. A Agência Nacional de Saúde não atuou para restringir esses mercados, ao contrário, sempre houve altos dirigentes da agência ligados aos segmentos dos planos que defenderam internamente os interesses desse segmento. A situação tende a se agravar nesse contexto adverso do governo (sem voto) de Michel Temer.

IHU On-Line - Qual a importância de pensar as políticas públicas, especialmente as da área da saúde, de forma multidisciplinar, conectada a diversos programas de diversas áreas?

Cristiani Vieira Machado - A situação de saúde de uma população é influenciada por diferentes fatores, ou seja, por condições socioeconômicas de vida, de trabalho, questões ambientais, entre outras. A Constituição de 1988 explicita que a saúde deve ser garantida mediante políticas econômicas e sociais abrangentes. Fazer política de saúde não é somente implantar programas setoriais específicos ou aumentar a cobertura de serviços de saúde (em que pese a sua importância). A melhoria das condições de saúde do conjunto da população e a redução das desigualdades em saúde dependem da articulação das políticas de saúde com políticas econômicas redistributivas (melhoria da distribuição de renda), de educação, de trabalho, de segurança alimentar, de saneamento, de habitação, de transporte público, de segurança pública, entre outras. Além disso, depende de políticas de saúde pública de interesse coletivo (vigilância sanitária, controle de vetores, entre outras) e do acesso a serviços de saúde oportunos e de qualidade nos diversos níveis de atenção, diante do complexo quadro demográfico e epidemiológico em nosso país.

Assim, as autoridades sanitárias nas diversas esferas de governo precisam ter essa visão abrangente, buscar compreender os determinantes sociais da saúde, conhecer os problemas de saúde

da população sob sua responsabilidade, ouvir as demandas da sociedade e defender, no âmbito dos governos, o desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais que contribuam para a melhoria das condições de vida e de saúde da população.

IHU On-Line - Como administrar um projeto como o SUS em um país continental como o Brasil? Quais são os principais desafios?

Cristiani Vieira Machado - O Brasil é um país continental, federativo, diverso e extremamente desigual. Para implementar políticas públicas de saúde em um país com essas características, um primeiro desafio é a coordenação federativa. Ou seja, a coordenação entre esferas de governo no alcance de objetivos sanitários, o que requer a definição de responsabilidades de cada esfera e o desenvolvimento de ações articuladas entre elas. A descentralização não pode significar desresponsabilização ou redução de atribuições das esferas que descentralizam (federal ou estadual), mas sim uma redefinição de suas atribuições no sentido do fortalecimento do sistema público e da redução das desigualdades. Assim, ainda que o SUS enfatize a descentralização da execução de ações e serviços, com ênfase nos municípios, as esferas federal e estadual precisam exercer um papel positivo para assegurar a saúde como direito de cidadania nacional, havendo responsabilidades próprias dessas esferas.

Por exemplo, cabe à União a defesa dos interesses de saúde pública no plano internacional, a regulação de mercados em saúde, a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico em saúde, o estímulo à produção nacional de insumos relevantes para o SUS, a adoção de políticas de financiamento setorial de caráter redistributivo, a realização de investimentos para assegurar o acesso a ações e serviços de alta complexidade e custo no SUS e para reduzir as desigualdades em saúde.

Enfrentar desigualdades

Outro desafio é justamente a consideração das diversidades e das desigualdades (territoriais, culturais, entre diversos grupos sociais), na formulação e implementação das políticas de saúde. O país vem passando por transformações demográficas, epidemiológicas e sociais muito importantes nas últimas décadas, que se expressam de forma heterogênea entre regiões e grupos sociais. Por exemplo, a mortalidade infantil caiu muito nas últimas décadas nacionalmente, mas ainda é elevadíssima na população indígena. É necessário ter políticas que considerem as características e necessidades dos povos indígenas, o que tem relação com questões mais amplas, como a distribuição das terras e o respeito ao modo de vida dessas populações. Outro exemplo: as mortes por violência são muito mais expressivas entre homens jovens, negros e pobres. Então não há como formular política de saúde sem considerar as determinações sociais desses processos.

A dimensão territorial também precisaria ser considerada seriamente na formulação e implementação das políticas de saúde. As diferentes dinâmicas e usos dos territórios importam para as condições de saúde e de organização do sistema de saúde. Por exemplo, não dá para formular políticas de saúde da mesma forma nas regiões metropolitanas, nas regiões de fronteiras e nas regiões de baixa concentração populacional, como determinadas áreas da Amazônia Legal.

A implementação do SUS, diante desses desafios, exige profundo conhecimento das distintas realidades sociais, coordenação entre as políticas setoriais e da saúde com outros setores, e planejamento de curto, médio e longo prazo, com a finalidade de alcançar condições de vida mais dignas e a redução das desigualdades sociais e de saúde no país. ■

Parasitismo do privado no público

Carlos Octávio Ocké-Reis entende que o setor privado da Saúde atua como uma espécie de parasita do Estado, pois socializa seus custos, restringe atendimentos e sangra a política pública de saúde universal

Por Ricardo Machado | Edição João Vitor Santos

Imagine ter um sócio que está sempre pronto para dividir as despesas. No entanto, na hora do lucro, ele some com os dividendos. Depois, aparece forte e potente enquanto você está quase falido e exaurido do trabalho. Para o economista Carlos Octávio Ocké-Reis, é esse o molde da relação entre o estatal e o privado na área da Saúde. “Em resumo, o mercado parasita o Estado, socializa seus custos”, dispara. Ocké-Reis explica que o mercado de planos de saúde no Brasil tem uma articulação estrutural com o Estado. “No predomínio de relações capitalistas, o Estado age para favorecer as condições de rentabilidade das ‘operadoras’ por meio do fundo público (subsídios), resolvendo em parte a pressão dos custos e preços crescentes - comum ao setor de serviços.”

Na entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, o economista demonstra como o Estado se faz prisioneiro nessa relação, constituindo um dilema: “ou estatiza o sistema (radicalizando seu papel intervencionista), ou mantém a forma privada de atividades socialmente importantes, aplicando mecanismos de subvenção estatal (incentivos

governamentais)”. Para Ocké-Reis, o que não se pode perder de vista são os avanços na constituição do SUS, estreitamente atrelado a conquistas cidadãs inauguradas com a Constituição de 1988. Segundo ele, do atual momento político e econômico do país emergem falsos problemas e soluções.

Carlos Octávio Ocké-Reis é economista, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, doutor em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e pós-doutor pela Yale School of Management (New Haven, EUA). Ainda é pesquisador visitante nas universidades de York (York, Inglaterra), Columbia (Nova York, EUA) e Mannheim (Mannheim, Alemanha). Em 2005, foi premiado na área da Economia da Saúde com o trabalho “A Reforma Institucional do Mercado de Planos de Saúde: Uma Proposta para Criação de Benchmarks”, organizado pelo Ministério da Saúde, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, IPEA e The Department for International Development (DFID/UK).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como o senhor avalia a relação entre o Sistema Único de Saúde - SUS e os planos privados de saúde? Como um modelo impacta no outro?

Carlos Octávio Ocké-Reis - Em resumo, o mercado parasita o Estado, socializa seus custos. Existe, entretanto, uma questão teórica

mal compreendida: o mercado de planos possui uma articulação estrutural com o Estado. No predomínio de relações capitalistas, o Estado age para favorecer as condições de rentabilidade das “operadoras” por meio do fundo público (subsídios), resolvendo em parte a pressão dos custos e preços crescentes - comum ao setor de serviços.

Importante notar que o estado funciona de tal modo porque se trata de socializar o custo de reprodução da força de trabalho, em especial dos trabalhadores do mercado formal ligados ao polo dinâmico da economia. Desse modo, por razões políticas de legitimidade, o Estado seria prisioneiro do seguinte dilema: ou estatiza o sis-



Tendo como pano de fundo um programa econômico ultraliberal, pretende-se promover um ataque à Constituição

tema (radicalizando seu papel intervencionista) ou mantém a forma privada de atividades socialmente importantes, aplicando mecanismos de subvenção estatal (incentivos governamentais).

IHU On-Line - O atual ministro da Saúde, Ricardo Barros¹, retoma o discurso de aumentar a “eficiência” do SUS. Mas o que está em jogo nesse discurso?

Carlos Octávio Ocké-Reis - Na prática, o desmonte do SUS e a privatização do sistema, onde todo esforço para melhorar as condições de saúde dos trabalhadores e das famílias brasileiras ficará à deriva, prejudica os recentes avanços obtidos no combate à desigualdade. Pior: na atual conjuntura, uma visão fiscalista, que prega o fomento do mercado de planos de saúde como solução pragmática para desonerar as contas públicas, é sustentada por setores golpistas e economicistas do governo interino e ilegítimo de Michel Temer. Isso, na verdade, é uma bobagem, uma vez que boa parte da clientela da medicina privada usa largamente o SUS. Darei apenas três exemplos: oncologia, transplante e diálise (para não falar do programa de AIDS, do banco de sangue ou da urgência-emergência).

¹ **Ricardo José Magalhães Barros** (1959): é político, engenheiro civil e empresário brasileiro. Foi Deputado Federal e prefeito de Maringá, PR, é ministro da Saúde. Foi nomeado em 12 de maio de 2016 ministro da Saúde pelo presidente Michel Temer, após o afastamento da presidente Dilma Rousseff em razão do processo de impeachment. Também é vice-presidente nacional do Partido Progressista – PP e Presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Desenvolvimento Econômico. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line - Em que medida as limitações do SUS são derivadas da gestão? E em que medida decorrem do subfinanciamento em saúde pública?

Carlos Octávio Ocké-Reis - Como todo povo brasileiro, sou contra a corrupção e o desperdício, devemos combatê-los. Mas boa parte dos problemas de gestão decorrem do seu estrangulamento financeiro, em especial no tocante ao financiamento dos recursos humanos - dimensão fundamental para a melhoria da qualidade da atenção à saúde. Isso não significa desconhecer eventuais problemas relativos ao modelo assistencial, bem como à alocação de recursos. Entretanto, eficiência entendida como garantia da eficácia e da segurança das ações e serviços de saúde exigiria mais recursos financeiros e organizacionais - e não menos.

IHU On-Line - Como o senhor avalia a atuação da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS? De que forma ela poderia contribuir com o trabalho realizado pelo SUS?

Carlos Octávio Ocké-Reis - Continua prevalecendo uma espécie de *laissez-faire*² regulatório. Considerando o envelhecimento populacional, torna-se cada vez

² **Laissez-faire** é hoje expressão-símbolo do liberalismo econômico, na versão mais pura de capitalismo de que o mercado deve funcionar livremente, sem interferência, apenas com regulamentos suficientes para proteger os direitos de propriedade. Esta filosofia tornou-se dominante nos Estados Unidos e nos países da Europa durante o final do século XIX até o início do século XX. (Nota da **IHU On-Line**)

mais necessário regular o preço, a cobertura e qualidade dos planos empresariais, que são a maioria do mercado, em particular quando assistimos ao processo de concentração, centralização e internacionalização do mercado de serviços de saúde. Em outras palavras, junto com a melhoria do SUS, é necessário reduzir o gasto das famílias e dos empregadores com bens e serviços privados de saúde, mas para realizar tal tarefa é necessário fortalecer a capacidade regulatória do Estado. Foi um absurdo internacionalizar o mercado hospitalar sem antes mesmo definir o seu quadro regulatório.

IHU On-Line - Na prática, qual o impacto econômico do SUS no orçamento da União, principalmente comparando-o com os recursos destinados ao serviço da dívida pública?

Carlos Octávio Ocké-Reis - Sem contar com os subsídios destinados ao mercado, que alcançam aproximadamente 0,5% do Produto Interno Bruto - PIB, o gasto público total em saúde atingiu 4% do PIB em 2015, menos da metade do que o governo atualmente destina para o pagamento dos encargos financeiros da União. Nessa linha, a Proposta de Emenda Constitucional - PEC 241³ do governo interino é uma verdadeira ameaça ao SUS. Tendo como pano de fundo um programa econômico ultraliberal, pretende-se promover um ataque à Constituição, apoiando-se na ideologia do Estado mínimo:

³ **A Proposta de Emenda Constitucional – PEC 241**, de autoria do Executivo, na gestão do governo interino de Michel Temer, estabelece um limite para os gastos públicos e prevê o congelamento de gastos públicos por 20 anos. Conforme especialistas no setor de Saúde, pode resultar na redução de 12 bilhões de reais em repasses para a área, nos próximos dois anos. Para saber mais sobre a PEC 241, acesse a entrevista com Grazielle David, intitulada *PEC 241/16: Uma afronta à saúde, aos direitos sociais e à Constituição*, publicada nas Notícias do Dia de 11-07-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2aZEqgl>. (Nota da **IHU On-Line**)

o problema é o tamanho do SUS e as vinculações constitucionais. Em compensação, não há medidas para penalizar os mais ricos, achatar as desonerações fiscais dos empresários ou para reduzir os juros. O ajuste fiscal acaba se concentrando nas despesas que garantem os direitos sociais como meio de criar superávits primários crescentes, visando à diminuição da dívida pública, um “austericídio”, como disse o professor Delfim Netto⁴.

IHU On-Line - Em seu livro *SUS: o desafio de ser único* (Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012), o senhor faz um retrato do Sistema Único de Saúde desde 1989. Como ele se caracteriza no Brasil pós-redemocratização? Qual a importância e a necessidade deste serviço ser universal?

Carlos Octávio Ocké-Reis - Em plena recessão, diante de doenças transmissíveis, não transmissíveis e dos agravos decorrentes de causas externas, a miopia neoliberal e seu terrorismo fiscal acabarão impondo pesados custos catastróficos às famílias. É uma cópia perversa do modelo dos Estados Unidos. A Constituição Federal de 1988 definiu a saúde como “dever do Estado” e “direito do cidadão”. Pela letra da lei, todo cidadão pode utilizá-lo de acordo com suas necessidades sociais, independentemente da capacidade de pagamento, inserção no mercado de trabalho ou condição de saúde. Entretanto, diferente do

4 **Antônio Delfim Netto** (1928): economista, professor universitário e político brasileiro. Foi ministro da Fazenda nos anos de 1967 a 1974 e embaixador do Brasil na França entre 1974 e 1978, nomeado ministro da Agricultura em 1979 e do Planejamento de 1979 a 1985. Deputado Constituinte por São Paulo de 1987 a 1988 e Deputado Federal por São Paulo desde 1988. Em junho de 2016, foi intimado pela Polícia Federal, pela delegada da Operação Lava Jato, para prestar esclarecimentos aos investigadores sobre por que recebeu, segundo seu sobrinho, R\$ 240 mil em dinheiro vivo entregues pelo “departamento de propina” da maior empreiteira do país em 22 de outubro de 2014 no escritório do advogado e sobrinho do ex-ministro Luiz Appolonio Neto, na capital paulista. (Nota da **IHU On-Line**)

esquema beveridgiano⁵ e similar ao modelo americano, após o fim do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS⁶, o sistema brasileiro se travestiu em um mix paralelo e duplicado, em que o setor privado estabeleceu, como dissemos anteriormente, uma relação parasitária com o SUS e com o padrão de financiamento público.

“

Boa parte dos problemas de gestão [do SUS] decorrem do seu estrangulamento financeiro

Observe os subsídios destinados ao consumo de planos privados de saúde, que alcançaram 10,5 bilhões de Reais em 2013. Isto é, desde seu nascimento predominou um subfinanciamento crônico, quando na verdade precisávamos de mais recursos para preencher os pressupostos constitucionais do SUS. Na ordem do dia a aprovação da PEC 01-D/2015, que pode ampliar essa magnitude no contexto da atual re-

5 Princípio baseado na teoria de William Henry Beveridge (1879 –1963). Ele foi um economista e reformista social britânico. Elaborou em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, o Report on Social Insurance and Allied Services, conhecido como Plano Beveridge, visando libertar o homem da necessidade. Propôs que todas as pessoas em idade de trabalhar deveriam pagar uma contribuição semanal ao Estado. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS**: foi uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social (hoje Ministério da Previdência Social), e foi criado pelo regime militar em 1974 pelo desmembramento do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que hoje é o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). O Instituto tinha a finalidade de prestar atendimento médico/dentário aos que contribuíam com a previdência social, ou seja, somente aos contribuintes de toda forma e seus dependentes. (Nota da **IHU On-Line**)

gra constitucional (Emenda Constitucional 86).

IHU On-Line - Como é possível superar o paradigma do lucro nos planos e seguros de saúde privados? É possível regular o mercado? Como?

Carlos Octávio Ocké-Reis - Considerando os pesados interesses econômicos, eu apontaria seis desafios para reformar as instituições deste mercado: 1) alterar o artigo 199 da Constituição (transitar da livre iniciativa para o regime de concessão); 2) regulamentar o preço, cobertura e qualidade dos planos coletivos em uma perspectiva mutualista (seguro social); 3) fortalecer a ANS para superar a “autorregulação” econômico-financeira dos planos de saúde, sob pena de macular os critérios prudenciais exigidos para o funcionamento do mercado; 4) reduzir ou eliminar a renúncia de arrecadação fiscal em prol do financiamento público do SUS; 5) disciplinar legalmente os limites da filantropia, do liberalismo e do empresariamento na prestação médico-hospitalar; e 6) planejar a incorporação de tecnologia tendo como base a integralidade e as necessidades da saúde pública.

IHU On-Line - Como o senhor avalia a relação do Estado com a classe médica? Os sindicatos médicos têm agido mais no sentido de colaborar ou de inviabilizar a universalidade do SUS? Que tensionamentos estão em jogo?

Carlos Octávio Ocké-Reis - Não podemos satanizar os médicos. Eles e os profissionais de saúde precisam receber melhores salários e condições de trabalho no setor público. A Lei de Responsabilidade Fiscal foi feita por tecnocratas, não dosaram seus efeitos colaterais na área social. Em contrapartida, parece urgente disciplinar a inserção dos médicos no interior do mix público/privado: a dupla militância, às vezes tripla, resulta em menos

qualidade e relações predatórias com o SUS.

O médico Aloysio Campos da Paz Júnior⁷, fundador da Rede Sarah, chegou a sugerir que quem trabalhasse no setor privado não poderia trabalhar no setor público, por exemplo, nos hospitais universitários. Agora, observe como o programa Mais Médicos⁸ fortalece

7 Aloysio Campos da Paz Júnior (1934-2015): médico pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRGS, integrou a primeira equipe médica do Hospital Distrital de Brasília em 1960, implantando a Unidade de Traumatologia-Ortopedia. Em 1961, assumiu a Direção do então Centro de Reabilitação Sarah Kubitschek. Realizou Pós-Graduação em Ortopedia e Reabilitação na Oxford University – Inglaterra em 1963/1964 e Doutorado em Ortopedia e Traumatologia na Universidade Federal de Minas Gerais em 1966. Em 1975, criou o “Plano para desenvolvimento de um programa regional de ortopedia e reabilitação” que originou o Instituto Nacional de Medicina do Aparelho Locomotor – SARAH. Coordenou também o Comitê de Saúde da Assembleia pré-Constituinte Comissão Affonso Arinos. Em 1982, iniciou a expansão do Centro de Reabilitação Sarah Kubitschek com a fundação de uma nova unidade hospitalar em Brasília. (Nota da **IHU On-Line**)

8 Mais Médicos: programa de Estado lançado em 2013, cujo objetivo é suprir a carência de médicos nos municípios do interior do

a atenção primária (prevenção), reorienta o modelo assistencial e a formação profissional (necessidades de saúde da população) e democratiza o acesso dos serviços SUS às populações mais vulneráveis. Isso fustiga o poder econômico, e por isso mesmo, é abertamente combatido pelo ministro privatista da saúde Ricardo Barros, que propôs a aberração dos planos “populares” (sic) de saúde.

IHU On-Line - O SUS é viável economicamente? Por quê? Como fazer?

Carlos Octávio Ocké-Reis - É preciso entender, a um só tempo, a saúde como determinante para fomentar o mercado interno, para reduzir as desigualdades e para

país e nas periferias das grandes cidades do Brasil. O formato da “importação” de médicos de outros países foi alvo de duras críticas de associações representativas da categoria, sociedade civil, estudantes da área da saúde e inclusive do Ministério Público do Trabalho. Confira as publicações do Instituto Humanitas Unisinos – IHU acerca do tema em <http://bit.ly/2aVtcTh>. (Nota da **IHU On-Line**)

melhorar a qualidade de vida dos brasileiros. Afinal, não há dúvida acerca do papel indutor das políticas de saúde sobre o emprego, a produção, a renda e a inovação tecnológica. Veja o alto valor agregado do setor de biotecnologia. A natureza redistributiva do SUS parece igualmente evidente (desconcentradora de renda), bem como suas implicações sobre a produtividade do trabalho, o bem-estar social e o crescimento econômico.

Menos claro, entretanto, é compreender seu caráter anticíclico no atual quadro recessivo da economia brasileira: seja combatendo o desemprego, seja melhorando as condições de saúde da força de trabalho, ou ainda, sedimentando terreno para retomada de um ciclo de desenvolvimento inclusivo e sustentado. Como esse “programa mínimo” está fora da agenda dos golpistas, fica claro que, se o impeachment for aprovado no final do mês no senado, sofreremos uma tremenda regressão dos direitos sociais, uma verdadeira tragédia em pleno século XXI. ■

LEIA MAIS...

– *Porque o SUS perde com os subsídios na saúde.* Artigo de Carlos Octávio Ocké-Reis - Notícias do Dia de 28-10-201, disponível em <http://bit.ly/2aPefmS>.



ECOFEIRA UNISINOS

TODAS AS QUARTAS

PROGRAMAÇÃO - 24 de Agosto de 2016

11h às 19h – Mostra e comercialização dos produtos
Local: Corredor central, em frente ao IHU – IHU

13h – Cine-Vídeo: “Repórter Justiça. A produção orgânica no Brasil”
Coordenação: Profa. Raquel Chesini – UNISINOS
Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

Mais informações aqui: 

A inanição de um organismo desidratado

José Antonio Sestelo analisa um esquema em que agentes econômicos atuam na saúde apenas como mais um de seus negócios. Pleiteiam irrigação pelo Estado enquanto políticas públicas vão secando

Por João Vitor Santos

Para José Antonio Sestelo, vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO, a tensão que há entre os sistemas público e privado de assistência à saúde no país é mais complexa do que parece. Num primeiro momento, pode-se concluir que o privado quer suplantar o público para “herdar” seus pacientes. Porém, a realidade é outra. “A expectativa dos agentes econômicos envolvidos com esse esquema de comércio é que o SUS continue existindo como um sistema pobre para pobres e um resseguro para os estratos médios de renda”, explica. Assim, o desejo real dos agentes que tratam a saúde como negócio é de que o “governo autorize o aumento da base de arrecadação das empresas a partir de planos individuais baratos de baixa cobertura”. “Não tem dinheiro para políticas sociais, mas uma das principais rubricas orçamentárias permanece intocada: despesas financeiras com juros e amortizações da dívida pública interna”, completa.

O caráter universal do SUS não impede que isso ocorra, pois a intenção é oferecer atendimentos a todos e compor a atenção à saúde de forma sistêmica. O problema é que na mesma proporção em que os planos buscam mais recursos, diminui o orçamento da saúde pública. Para Sestelo, é uma aposta num sistema que já se sabe que não dá certo. “Aqui as empresas têm apresentado uma pauta, integralmente assumida pelo atual ministro, que reatualiza tudo que já

deu errado nos Estados Unidos como se fosse uma novidade”, alerta. Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, ainda evidencia que há mais em jogo. Para ele, a equipe do governo interino de Michel Temer trabalha para hidratar o sistema financeiro, enquanto vai matando políticas públicas por inanição, revogando direitos sociais inaugurados com a Constituição de 88. “No Brasil é evidente a caducidade dos protagonistas atuantes na cena política. O governo interino cheira à naftalina, mas muitos dos que, em tese, fazem oposição a ele, poderiam ser guardados no mesmo sarcófago”, dispara.

José Antonio de Freitas Sestelo é graduado em Odontologia, com especialização em Cirurgia e Traumatologia Buco-maxilo Facial, pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Possui mestrado em Saúde Comunitária pelo Instituto de Saúde Coletiva - ISC da UFBA e é doutorando em Saúde Coletiva pela Faculdade de Medicina/Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IESC/UFRJ. Atualmente é pesquisador do Grupo de Pesquisa e Documentação sobre Empresariamento da Saúde - GPDES na UFRJ, onde estuda os planos de saúde no Brasil dos anos 2000 em ambiente de dominância financeira, e também é Vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO. É Analista Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª região para área de saúde.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como compreender a lógica do Sistema Único de Saúde - SUS e em que medida essa lógica se contrapõe aos planos e seguros de saúde privados?

José Antonio de Freitas Sestelo - O SUS pressupõe uma lógica sistêmica e integral, enquanto o esquema de comércio de planos e seguros de saúde promove a seg-

mentação da assistência. São, portanto, lógicas distintas. Mas, além disso, no caso brasileiro, são também dinâmicas concorrenciais e não suplementares. Os planos de

saúde em geral ocupam um espaço residual na maioria dos países e dessa forma estão limitados aos segmentos de renda mais elevada que querem e podem pagar por esquemas assistenciais particulares e privados. No Brasil, entretanto, cerca de 25% da população utiliza planos de saúde a partir de subsídios à demanda patrocinados pelo Estado.

A hipertrofia dos esquemas segmentados constitui a principal distorção e fonte de tensão permanente entre as duas lógicas concorrenciais de funcionamento em disputa. Na prática, o SUS funciona como uma estrutura de resseguro para as empresas que praticam a intermediação da assistência, funcionando como pagador de última instância para despesas catastróficas e todas as situações que não sejam economicamente rentáveis, como atendimento a idosos e doentes crônicos.

Os programas preventivos, a promoção de saúde e a vigilância produzem externalidades positivas sobre o conjunto da população que são capitalizadas pelas empresas de planos de saúde.

IHU On-Line - No primeiro semestre de 2016, 910 mil pessoas deixaram os planos de saúde. O que esse número revela, essencialmente a planos privados? E o que representa para o SUS?

José Antonio de Freitas Sestelo - Esse tema tem sido veiculado frequentemente pela imprensa como se houvesse uma relação direta entre diminuição da clientela de empresas de planos de saúde e aumento da demanda na rede pública. O ministro interino da Saúde, Ricardo Barros, também utiliza esse mesmo argumento de forma invertida ao afirmar que quanto mais pessoas forem clientes de planos de saúde, melhor para o SUS. Penso que a questão não pode ser analisada de forma assim tão simplificada.

O argumento utilizado parte de uma premissa falaciosa que define a existência de dois compartimentos estanques no sistema de saúde,

um público e outro privado. Na verdade, muitos clientes das empresas sempre utilizaram a assistência pública e deverão continuar utilizando depois de deixarem os planos. Além disso, outros esquemas assistenciais financiados por desembolso direto têm florescido na periferia de grandes cidades com oferta de consultas e exames complementares a preços populares, cartões de desconto e bônus de fidelidade. Trata-se de um fenômeno ainda não analisado e de extensão desconhecida.

Como a maioria dos clientes de planos de saúde atualmente tem seu vínculo estabelecido por meio da relação de trabalho, é esperado que um aumento no nível de desemprego tenha impacto sobre as carteiras de clientes das empresas. O que ainda não está claro é em que medida esses números refletem apenas uma mudança de conjuntura macroeconômica ou expressam os limites do modelo de negócios de intermediação assistencial fomentado pelo Estado.

IHU On-Line - Em que medida essa redução de usuários de planos de saúde faz com que as operadoras de saúde privadas avancem sobre o SUS, numa perspectiva de privatizar a saúde até então financiada com recursos públicos? E quais os riscos de se ter uma política pública, como o SUS, financiada por recursos privados?

José Antonio de Freitas Sestelo - Penso que um esquema de comércio de planos e seguros de saúde só pode ser sustentável se custar caro e for reservado para uma parcela pequena da população. Não é possível tratar esse modelo como uma solução estrutural para nenhum sistema de saúde. Está aí o exemplo dos Estados Unidos para demonstrar empiricamente o que digo. Lá eles gastam quase 20% do Produto Interno Bruto - PIB com saúde e sem resultados efetivos. Não por outro motivo, a reforma do sistema de saúde foi e continua a ser tema palpitante na disputa eleitoral daquele país.

Aqui as empresas têm apresentado uma pauta, integralmente assumida pelo atual ministro, que reatualiza tudo que já deu errado nos Estados Unidos como se fosse uma novidade. Esse é um sintoma típico da defasagem das mentes colonizadas em relação à metrópole. Eles não se dão conta do sentido das mudanças em curso e repetem uma retórica ultrapassada.

Saúde pública

Não vejo nenhuma possibilidade de ter uma política pública como o SUS financiada por recursos privados. Ao contrário, o que se propõe atualmente é que recursos públicos financiem mais empresas privadas e esquemas assistenciais privados. Talvez o modelo colombiano seja uma inspiração para essas propostas; lá os recursos públicos são quase que inteiramente repassados para uma extensa rede de agenciadores e intermediadores privados.

Eu diria que a expectativa dos agentes econômicos envolvidos com esse esquema de comércio é que o SUS continue existindo como um sistema pobre para pobres e um resseguro para os estratos médios de renda. E que o governo autorize o aumento da base de arrecadação das empresas a partir de planos individuais baratos de baixa cobertura restaurando a situação que vigorava até 1998. O que não está claro é se os clientes em potencial vão aceitar esse engodo e comprar o que eles querem vender.

IHU On-Line - Quando o atual ministro da Saúde declara que a universalidade do SUS é inviável do ponto de vista de financiamento, o que está evidenciado? E o que revela seu discurso sobre a eficiência, a necessidade de "choque de gestão" no SUS, como forma de fazer frente ao contingenciamento de recursos?

José Antonio de Freitas Sestelo - A declaração do ministro evidencia a existência de uma disputa política pelos recursos do orçamento público. Não tem dinheiro para políticas sociais, mas uma das prin-

cipais rubricas orçamentárias permanece intocada: despesas financeiras com juros e amortizações da dívida pública interna.

É verdade que não é só aqui no Brasil que esse novo regime global de acumulação controlado pela alta finança determina um movimento regressivo sobre políticas sociais. Temos assistido algo semelhante na Europa ultimamente. Entretanto, no Brasil, diferente da Europa, há um déficit histórico de infraestrutura assistencial que precisa ser compensado e, ao contrário do que ocorre nos países centrais, no Brasil o nível de remuneração dos ativos financeiros ultrapassa qualquer limite razoável. O ministro, portanto, está dizendo que a riqueza do país deve ser reservada para compromissos financeiros nebulosos e nunca auditados e sonogada para as necessidades reais de saúde da população de trabalhadores. É inacreditável que um ministro da Saúde não se disponha sequer a defender o orçamento da sua pasta.

Uma falsa questão

A expressão “choque de gestão” é infeliz. Qualquer organização pública ou privada precisa ter sua gestão permanentemente melhorada e ajustada aos desafios que se apresentam. O ministro é o gestor federal do SUS e tem se mostrado, na minha opinião, um mau gestor. Acho que gerir o SUS é um desafio que está além da sua capacidade e da de seus principais assessores.

Essa antinomia entre subfinanciamento e má gestão no SUS é uma falsa questão. O SUS é historicamente subfinanciado, não há dúvida, e a questão gerencial é também importante como em qualquer organização complexa. O ministro deveria se esforçar para ser um melhor gestor e reivindicar mais recursos para suprir as lacunas no orçamento do seu ministério.

IHU On-Line - Os planos de saúde privados estão sempre no topo do ranking de reclamações, seja no Procon ou na própria Agência

Nacional de Saúde - ANS. Como o senhor avalia a fiscalização feita sobre esses planos?

José Antonio de Freitas Sestelo - A fiscalização é pouco efetiva. Como mencionei anteriormente, penso que a principal falha na fiscalização sobre o comércio de planos de saúde é a ausência de limites para a abrangência populacional desse esquema de intermediação. Isso compromete o conjunto do sistema e transforma algo que deveria ser complementar em concorrencial.

Além disso, o modelo de fiscalização praticado pela ANS tem sido muito mais no sentido de assegurar a saúde financeira das empresas e diminuir o risco de quebras do que de atuar de forma sinérgica com a lógica sistêmica do SUS. Na sua origem, na década de 1990, o modelo fiscalizatório incorporado pela ANS fez uma síntese entre os interesses das grandes seguradoras dotadas de um nível alto de capitalização e uma lógica atuarial estrita, os interesses das empresas de medicina de grupo que haviam prosperado à sombra da medicina previdenciária, assim como das cooperativas médicas, que são um caso atípico sem precedentes conhecidos em outros países. O resultado foi uma colcha de retalhos repleta de contradições.

Se, por um lado, o marco legal representado pela criação da ANS garantiu alguns direitos fundamentais para os clientes das empresas, também conferiu legitimidade a um esquema comercial que até então havia prosperado de forma predatória sobre a estrutura pública estabelecida pelo sistema previdenciário. A ANS, que deveria ser uma agência enxuta voltada para a fiscalização setorial, cresceu junto com a hipertrofia do comércio de planos de saúde e foi, em grande medida, capturada pelos interesses das empresas.

IHU On-Line - Em que medida a mudança da Lei 8.080¹, descum-

¹ A implantação do SUS foi realizada de forma gradual. Um dos últimos passos foi a implementação da Lei Orgânica da Saúde, nº

prindo o princípio constitucional e passando a admitir a presença de capital estrangeiro nos hospitais sem qualquer condicionante, se constitui uma ameaça ao SUS? Qual é a questão de fundo na mudança dessa Lei?

José Antonio de Freitas Sestelo - Não há dúvida de que a mudança na lei ofende a Constituição, mas esse é também um caso típico onde a lei, na prática, era letra morta sem que ninguém notasse. O capital estrangeiro já estava presente na assistência de forma insuspeita.

A maneira como foi operada a mudança na lei também chama atenção. Foi uma iniciativa do governo da época por meio de um deputado do baixo clero que inseriu um “jabuti” no meio de alterações de outros temas em nada relacionados com a saúde. Não foi fruto de discussão pelo controle social, nem pelas entidades representativas do movimento da Reforma Sanitária Brasileira. Em outras palavras, foi um “golpe” parlamentar.

Submissão sanitária à lucratividade

Em um ambiente de dominância financeira, a participação societária de sócios estrangeiros em empresas de assistência se dá por meio de fundos de investimento de composição variada com investidores nacionais e estrangeiros abrigados sob a mesma plataforma. O fator mais relevante nessa questão, a meu ver, é a submissão da lógica sanitária às expectativas de lucratividade no curto prazo trazidas para dentro do ambiente hospitalar.

Exemplo disso tem sido a redução sistemática de leitos de obstetrícia verificada em hospitais privados com objetivo de assegurar a manutenção das margens de lucro projetadas pelos quotistas controladores. As mulheres precisam dos leitos, mas a direção do hospital é pressionada para maximizar a utili-

8.080, que fundou e operacionalizou o SUS. A mudança referida admite a presença de capital estrangeiro nos hospitais sem qualquer condicionante. (Nota da **IHU On-Line**)

zação do ambiente assistencial por procedimentos rentáveis como a venda de órteses, próteses e materiais especiais e a quimioterapia oncológica ambulatorial.

IHU On-Line - O que é o Livro Branco e como seus princípios agem nesse contexto?

José Antonio de Freitas Sestelo - O Livro Branco da Saúde foi uma iniciativa da Associação Nacional de Hospitais Privados - ANAHP, mas expressa muito do senso comum que prevalece no meio empresarial da assistência. Eles contrataram uma pequena empresa de consultoria espanhola para elaborar um documento que pretende apontar soluções válidas para o conjunto do sistema de saúde brasileiro. Trata-se de um trabalho desprovido de bases teóricas coerentes, mas que expressa ideias com ampla penetração em diversos setores políticos inclusive no campo progressista. Justamente por isso o Livro Branco se tornou dispensável. É uma tautologia que repisa o que o senso comum já veicula. Um exemplo é a assertiva propalada pelo ministro de que o esquema de comércio de planos de saúde "alivia" o SUS, entre outros disparates.

IHU On-Line - Quais os avanços, limites e retrocessos do SUS na gestão de Lula e Dilma Rousseff? E como observa os primeiros movimentos na área da Saúde nesse governo interino de Michel Temer?

José Antonio de Freitas Sestelo - Em tempos de vacas gordas, os governos Lula e Dilma promoveram avanços incrementais minimalistas no SUS e colheram melhorias importantes em alguns indicadores de saúde/doença que precisam ser reconhecidos. O que ainda não está claro é em que medida a melhoria nos indicadores guarda uma relação direta com o nível da assistência ou com as condições gerais de reprodução da vida em sociedade.

Entretanto, ao longo de todo esse período, nunca houve uma decisão política resolvida a favor do estabelecimento daquilo que estava

previsto na Constituição de 1988. É melancólico registrar o fato de que na história da previdência social sempre houve algum nível de compartilhamento entre o pagamento de pensões, a assistência social e de saúde nos antigos institutos segmentados por categorias profissionais. Quando finalmente, na Constituição de 1988, foi criado o Orçamento da Seguridade Social como ordenador unificado de despesas, vislumbrou-se a perspectiva de uma maior segurança nos níveis de financiamento das políticas sociais.

Porém, justamente a partir da criação do SUS a burocracia previdenciária se retirou para o seu isolamento e a saúde nunca recebeu o necessário para cumprir com a sua finalidade estratégica. Os mecanismos de Desvinculação de Receitas (sociais) da União - DRU para pagamento de despesas financeiras se consolidaram, ao que tudo indica, definitivamente. A proposta recentemente encaminhada de ampliação da DRU havia sido concebida ainda no governo Dilma.

Governo interino

Quanto ao governo interino, além de toda a pauta anunciada de terra arrasada para as políticas sociais, é importante registrar o fato concreto da maior importância política e institucional registrado até o momento que foi a extinção do Ministério da Previdência e a incorporação de sua burocracia ao *staff* do Ministério da Fazenda. É digno de nota que esse ato de governo passou ao largo de críticas em quase toda a extensão do espectro político. É como se o ministro da Fazenda fosse mesmo a melhor pessoa para administrar o caixa da previdência. Naturalizou-se um "novo normal" onde 80 anos de história de políticas sociais viraram coisa do passado e partidos políticos, sindicatos e instituições acadêmicas se calam.

Vejo esse fato como a maior vitória ideológica do campo conservador nos últimos anos. Espero que, em algum momento, os trabalhadores percebam a dimensão regressiva do que está em curso.

IHU On-Line - Em que medida o discurso de déficit da previdência pública alimenta o ideário de privatização dos sistemas previdenciário e de saúde? Historicamente, quando e como emerge esse discurso e como vem se desenvolvendo até os dias de hoje?

José Antonio de Freitas Sestelo - É uma velha disputa ideológica que remonta à criação do antigo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários - IAPI². Ainda na década de 1930, esse instituto se estabeleceu como tipo ideal de burocracia imune à influência política dos sindicatos e rigorosa no cumprimento de metas atuariais voltadas para garantia da segurança das despesas futuras com o pagamento de pensões. O IAPI limitou as despesas assistenciais de seus segurados e dificultou o pagamento de pensões no limite da responsabilidade. Paradoxalmente promoveu um esquema assistencial privativo para os seus funcionários (Assistência Patronal, atual GEAP autogestão³) e diferente daquele espartano oferecido para o operário do setor industrial em geral.

Na reforma de 1966, que criou o Instituto Nacional de Previdência Social - INPS⁴, os "cardeais do IAPI"

2 Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários - IAPI: foi criado em 1936, durante o Estado Novo e, após 1945, expandiu suas áreas de atuação, passando principalmente a financiar projetos de habitação popular nas grandes cidades. O IAPI foi fundido com outros cinco institutos de pensões de outras categorias em 1966, formando o Instituto Nacional de Previdência Social - INPS. Atualmente, IAPI tornou-se, por extensão, o nome de importantes bairros de classe média de várias cidades brasileiras, como Brasília, Salvador, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belém do Pará, Campinas, Osasco e Guaratinguetá. (Nota da **IHU On-Line**)

3 Geap Autogestão em Saúde: é uma das operadoras de planos de saúde do Brasil. A empresa tornou-se referência no mercado da saúde complementar ao investir num modelo assistencial focado na promoção da saúde, prevenção de doenças e na melhoria da qualidade de vida dos assistidos. Sem fins lucrativos, a Geap reverte todos os seus recursos para a assistência integral dos seus mais de 600 mil beneficiários. É a operadora que agrega o maior número de idosos, com 45% da carteira de beneficiários composta por pessoas a partir de 60 anos. (Nota da **IHU On-Line**)

4 Instituto Nacional de Previdência Social - INPS: foi um órgão público previ-

deram as cartas e consolidaram a sua posição avessa a despesas assistenciais no seio da burocracia previdenciária. O déficit da previdência passou a ser um risco permanente e os guardiões da austeridade orçamentária passaram a ser também os salvadores da pátria.

A história se repete como uma farsa grotesca e, hoje, o salvador da pátria é um ex-funcionário do banco de Boston⁵ que detém as chaves do cofre da previdência e direito de vida e morte sobre os trabalhadores brasileiros.

O modelo restritivo está traçado e consiste fundamentalmente no estabelecimento de um teto baixo para os benefícios de forma a estimular a compra de planos de previdência complementar, ou seja, entregar para os operadores do mercado financeiro remunerados por comissão a tarefa de gerenciar os recursos dos aposentados que deveriam estar resguardados pela proteção do Estado. É um caso típico de acumulação primitiva de capital baseado na socialização dos riscos e apropriação privada do lucro. A consequência dessa rota é aumento na desigualdade de renda e na insegurança social em um país já seriamente ameaçado por uma herança histórica perversa.

As informações de que dispomos apontam que o Orçamento da Seguridade Social, se estivesse em vigor, seria superavitário, ou seja, é com recurso das receitas sociais

denciário federal brasileiro criado em 1966 a partir da fusão dos Institutos de Aposentadoria e Pensões existentes na época. No Brasil, hoje, a Previdência Social é administrada pelo Ministério da Previdência Social e as políticas referentes a essa área são executadas pela autarquia federal denominada Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. (Nota da **IHU On-Line**)

⁵ O entrevistado refere-se a **Henrique Meirelles**, ministro da Fazenda do Brasil e executivo do setor financeiro brasileiro e internacional, ex-presidente do Banco Central do Brasil, onde permaneceu no cargo de 2003 a 2011. Preside o Conselho de Administração da J&F, dona do Banco Original, JBS, Vigor, entre outras empresas. É também membro do Conselho de Administração da Azul Linhas Aéreas. Sua carreira se iniciou em 1974 no BankBoston, onde trabalhou por 28 anos com atuação nacional e internacional. (Nota da **IHU On-Line**)

que se pretende viabilizar uma política de transferência de renda regressiva.

IHU On-Line - O que a desidratação do SUS, entre outras políticas públicas, revela sobre os limites de um pacto "feito por cima" na redemocratização? E o que emerge como caminho para assegurar conquistas sociais da Constituição de 1988?

José Antonio de Freitas Sestelo - O pacto feito "por cima" no fim do regime militar nunca engoliu as políticas sociais desenhadas na Constituição de 1988. Uma versão desidratada foi posta em prática ao longo desses anos até hoje de tal forma a manter um nível aceitável de tensão social. O que se anuncia agora é a inanição de um organismo já desidratado.

Alguns analistas políticos e a própria presidente afastada têm afirmado que o pacto na Nova República se esgotou e agora é chegado o momento de formação de um novo bloco de poder. Resta saber quem se apresenta para compor esse pacto. Que tipo de pacto é possível em uma sociedade dividida em estratos tão desiguais?

O novo padrão global de riqueza representado pela dominância financeira tornou obsoletos os mecanismos de regulação extramercado desenvolvidos depois da última guerra na Europa. O Estado de Bem-Estar Social⁶, tudo indica, foi um parêntesis que vigorou nos 30 anos dourados de expansão do capitalismo industrial condicionado por limites agora revogados e expandidos. A barbárie reivindica de volta seu espaço existencial perdido. Nos países periféricos, onde apenas um verniz de políticas sociais chegou a ser implementado, já tomamos conhecimento do que se anuncia.

⁶ **Welfare State**: expressão em inglês que significa "estado de bem-estar" e abrange as noções de Estado de bem-estar social e de políticas públicas, ou seja, o conjunto de benefícios socioeconômicos que um governo proporciona aos seus súditos. (Nota do **IHU On-Line**)

Apanágio conservador e cheiro de naftalina

A ideia de que não há alternativa possível é, entretanto, apanágio dos conservadores. Eu não penso assim. Se os mecanismos habituais de regulação perderam sua validade e uma nova configuração se instaurou, as soluções também precisam ousar para além dos limites das fronteiras nacionais e se constituir a partir de uma articulação de escopo bem mais amplo.

Não é só no Brasil que o pacto de poder se desmancha. Há sinais de tensão cada vez mais intensos entre os diversos componentes do condomínio formado pelos países centrais, ainda liderados pelos Estados Unidos, mas com novos protagonistas se apresentando no cenário geopolítico mundial.

No Brasil é evidente a caducidade dos protagonistas atuantes na cena política. O governo interino cheira à naftalina, mas muitos dos que, em tese, fazem oposição a ele, poderiam ser guardados no mesmo sarcófago. A resistência dos movimentos sociais progressistas precisa estar apoiada nas questões da vida cotidiana que realmente mobilizem corações e mentes.

Como avançar?

Em um país urbanizado, em processo de desindustrialização, o que se pode prometer para os jovens da periferia das grandes cidades? Eles não vão voltar ao campo e espero que não aceitem os limites estreitos que se delinham para seu futuro.

Penso que é preciso avançar sem receio de desconstruir o que já não se sustenta. É preciso também reaprender a olhar para a realidade empírica com a maior humildade possível. Reconhecer que nossa compreensão é limitada e que o dinamismo da vida não tem compromisso com nossos preconceitos. ■

Quando o público e o universal são sufocados pelo capital

Rosa Marques acredita que a desindexação de recursos da saúde vai subnutrir o SUS e insuflar a participação privada na assistência à saúde, na qual a lógica é pouca cobertura e lucro

Por João Vitor Santos

A economista Rosa Maria Marques estuda o financiamento em saúde pública e não hesita em disparar: o Sistema Único de Saúde - SUS é subfinanciado, não recebe os recursos que deveria e o que está previsto na Constituição de 1988. E essa situação, que não é nada ideal, ainda pode piorar. Tudo por conta da proposta de desindexação de recursos que ganhou corpo no governo interino de Michel Temer, materializada numa Proposta de Emenda Constitucional que congela os gastos com saúde por 20 anos. "Imagine o impacto disso para o SUS, já tão subfinanciado. Imagine o que significa manter o mesmo nível de gasto para uma população crescente e em processo de envelhecimento", questiona. E completa: "É claro que isso levará ao encolhimento do SUS e ao crescimento do setor privado da área da saúde, seja ele formado por planos de saúde ou não, diretamente desembolsado pelas famílias".

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Rosa explica que o pensamento que orienta tal medida é a lógica do mercado, do sistema financeiro. "A lógica é a do credor que exige o pagamento dos juros sem medir as consequências. Reduzir gastos de toda a natureza para gerar superávit para pagar o serviço da dívida", explica. Assim, corta-se das políticas públi-

cas, como SUS, para encher outros bolsos. "A consequência será o desmonte das políticas sociais construídas em decorrência da Constituição de 1988, mas será também o afastamento do Estado como indutor de qualquer outra política", alerta. A economista ainda analisa que essa lógica se instaura neste momento político e econômico do país, mas já vinha sendo gestado no governo petista, dito progressista. "Houve, sem dúvida, avanços", reconhece. Mas pondera: "Em termos de financiamento, os avanços foram poucos. Isso porque também os governos Lula e Dilma estavam prisioneiros dos compromissos assumidos quando da Carta aos Brasileiros".

Rosa Maria Marques é professora titular do Departamento de Economia e do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP e presidente da Associação Brasileira de Economia da Saúde. Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, mestrado em Economia pela PUC-SP e doutorado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Também realizou pós-doutorado na Faculté de Sciences Économiques da Université Pierre Mendès France de Grenoble e na Universidad de Buenos Aires.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - De que forma o mercado, o sistema financeiro e toda a sua lógica representam uma ameaça ao Sistema Único de Saúde - SUS?

Rosa Maria Marques - No Brasil, desde o governo Fernando Henrique Cardoso¹, a política econômi-

¹ **Fernando Henrique Cardoso** (1931): sociólogo, cientista político, professor uni-

ca brasileira tem sido balizada ou tem sido influenciada pela busca pela realização de superávits primários para garantir o pagamento

versitário e político brasileiro. Foi o 34º Presidente do Brasil, por dois mandatos consecutivos, entre 1995 e 2003. Conhecido como FHC, ganhou notoriedade como ministro da Fazenda (1993-1994) com a instauração do Plano Real para combate à inflação. (Nota da **IHU On-Line**)

dos juros da dívida pública e a manutenção de juros elevados para pretensamente manter a inflação baixa e sob controle. Ambas as medidas atendem os interesses do capital financeiro, seja ele interno ou externo.

Antes do quadro recessivo que estamos vivendo, isso significava uma permanente pressão para que

os recursos para o SUS não aumentassem de acordo com a necessidade de um sistema público universal. Essa realidade configurou um permanente quadro de subfinanciamento no setor. Enquanto em países com sistemas similares ao SUS a média do gasto público com saúde é de 8% do PIB (Produto Interno Bruto), no Brasil o SUS destinou, em 2014, apenas 3,9%, o que resulta num gasto per capita bastante baixo.

IHU On-Line - Em que medida a política econômica do governo interino de Michel Temer se configura como ameaça a políticas públicas? E como o pensamento da equipe econômica pode transformar, por exemplo, o SUS?

Rosa Maria Marques - A expressão maior da política econômica defendida pela atual equipe do governo está consubstanciada na PEC 241², enviada em 15 de junho de 2016 para ser apreciada pelo Congresso Nacional. Esse projeto simplesmente propõe que os gastos federais sejam congelados por 20 anos, tendo como base o efetivamente gasto em 2016. Os valores dos orçamentos dos anos seguintes seriam somente atualizados pelo índice da inflação e seus valores reais poderiam, a depender dos resultados obtidos em termos de equilíbrio fiscal, ser revisados somente depois de dez anos.

Evidentemente que essa proposta tem como justificativa o diagnóstico de que todos os males da economia brasileira se devem à escalada “desenfreada” do gasto público e que, portanto, esse deve ser freado. A exposição de motivos que acompanha a PEC 241 é cristalina a esse respeito. Imagine o impacto disso para o SUS, já tão subfinanciado. Imagine o que significa manter o mesmo nível de gasto para uma população crescente e

em processo de envelhecimento. É claro que isso levará ao encolhimento do SUS e ao crescimento do setor privado da área da saúde, seja ele formado por planos de saúde ou não, diretamente desembolsado pelas famílias.

É claro que com essa proposta, que implica um novo regime fiscal, em que o orçamento parte sempre do zero, desconsiderando, portanto, as vinculações criadas na Constituição de 1988 e nas leis que lhe seguiram, não haverá mais nenhuma garantia de recursos para nenhuma área social.

“

A lógica é a do credor que exige o pagamento dos juros sem medir as consequências

IHU On-Line - Quais os riscos que se corre com a desindexação de recursos da saúde e a ideia de “orçamento zero”?

Rosa Maria Marques - O crescimento da participação do setor privado na assistência à saúde, a redução do SUS e o surgimento de segmentos sem nenhum tipo de cobertura.

IHU On-Line - Como compreender a lógica, o que está por trás, da PEC 241?

Rosa Maria Marques - A lógica é a do credor que exige o pagamento dos juros sem medir as consequências. Reduzir gastos de toda a natureza para gerar superávit para pagar o serviço da dívida. Tal como foi na Grécia³. A consequência será o des-

monte das políticas sociais construídas em decorrência da Constituição de 1988, mas será também o afastamento do Estado como indutor de qualquer outra política.

IHU On-Line - Em que medida o investimento na manutenção e ampliação das políticas públicas, como o SUS, por exemplo, pode ser encarado como uma ferramenta para se buscar a diminuição das desigualdades no Brasil? E quais as maiores travas para se desenvolver políticas que efetivamente diminuam as desigualdades?

Rosa Maria Marques - Existem incontáveis estudos que mostram o impacto das políticas públicas sobre a desigualdade. E esses estudos não começaram nos últimos anos. Desde a regulamentação do disposto na Constituição de 1988, com relação ao piso de um salário mínimo para os benefícios, tais impactos foram avaliados e medidos. De 1999 a 2009, por exemplo, 15% da redução da desigualdade observada deve-se à existência desse piso; já o Bolsa Família foi responsável por 16% da redução. Ou seja, os dois somados contribuíram com 31%, o que não é pouco.

Entre os entraves, saliento dois. O primeiro tem a ver com um tipo de pensamento presente em parte da população de que a concessão desses benefícios torna seus beneficiários preguiçosos e/ou que encarece o custo da mão de obra, posto que as pessoas não aceitam mais trabalhar a qualquer preço. Parte dos que foram para a rua pedir o impeachment de Dilma Rousseff claramente manifestaram esse entendimento. O segundo entrave está relacionado à busca de conter os gastos de qualquer natureza, com o propósito de gerar superávits primários.

IHU On-Line - Gestores da saúde, inclusive o atual ministro

grego estava ocultando dados macroeconômicos, entre eles o verdadeiro valor da dívida nacional. O sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, na sua seção Notícias do Dia, vem acompanhando os debates acerca da crise. Acesse em <http://bit.ly/2aVtcTh>. (Nota da IHU On-Line)

² Para saber mais sobre a PEC 241, acesse a entrevista com Grazielle David, intitulada *PEC 241/16: Uma afronta à saúde, aos direitos sociais e à Constituição*, publicada nas Notícias do Dia de 11-07-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2aZEQgl>. (Nota da IHU On-Line)

³ **A crise da economia e finanças da Grécia** (iniciada em 2010 e em andamento): foi uma crise nacional que se iniciou através da Crise da dívida pública da Zona Euro, esta última com origens em 2008. A situação se agravou quando foi descoberto que o governo

Ricardo Barros⁴, afirmam que o financiamento do SUS é um verdadeiro nó e que é necessário revisar direitos constitucionais. Como observa essa questão?

Rosa Maria Marques - O único nó que existe é o do subfinanciamento do SUS. A sociedade brasileira precisa decidir se quer ou não criar um sistema de saúde público universal, tal como foi feito em outros países. Isso significa que o Estado brasileiro tem que parar de financiar o setor privado, por exemplo, com redução do imposto a pagar daqueles que optam por ter Planos de Saúde ou que procuram assistência médica privada.

IHU On-Line - Há uma perspectiva, insuflada nos últimos meses de governo interino, mas com origem no ajuste fiscal do segundo mandato de Dilma Rousseff, de que as políticas sociais pesam demais no orçamento da União, que se gasta muito com políticas sociais. Por que elas são sempre o primeiro alvo nos chamados "ajustes de gastos públicos"?

Rosa Maria Marques - São sempre o primeiro alvo, aqui e no resto do mundo, porque aqueles que estão tendo seus interesses defendidos (os credores, o capital financeiro) não têm nenhum compromisso com o social, com os trabalhadores, com a maioria da população. Isso foi exaustivamente a "bola da vez". Por outro lado, essas investidas ocorrem sempre em um quadro recessivo, quando a capacidade de reação ou de resistência por parte dos trabalhadores é menor.

IHU On-Line - Quais os avanços e limitações para o SUS nos 13

4 **Ricardo José Magalhães Barros** (1959): é político, engenheiro civil e empresário brasileiro. Foi Deputado Federal e prefeito de Maringá. Atualmente é Ministro da Saúde. Foi nomeado em 12 de maio de 2016 Ministro da Saúde pelo presidente Michel Temer após o afastamento da presidente Dilma Rousseff em razão do processo de impeachment. Também é vice-presidente nacional do Partido Progressista - PP e Presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Desenvolvimento Econômico. (Nota da **IHU On-Line**)

anos de um governo dito progressista, como foi o do PT?

Rosa Maria Marques - Houve, sem dúvida, avanços no campo da gestão, principalmente. Temos de lembrar o Programa Mais Médicos⁵, que levou a assistência aos grotões

“ O único nó que existe é o do subfinancia- mento do SUS

do Brasil, em lugares em que ninguém formado no país queria ir. Mas, em termos de financiamento, os avanços foram poucos. Isso porque também os governos Lula e Dilma estavam prisioneiros dos compromissos assumidos quando da Carta aos Brasileiros⁶, na qual

5 **Mais Médicos**: programa de Estado lançado em 2013, cujo objetivo é suprir a carência de médicos nos municípios do interior do país e nas periferias das grandes cidades do Brasil. O formato da "importação" de médicos de outros países foi alvo de duras críticas de associações representativas da categoria, sociedade civil, estudantes da área da saúde e inclusive do Ministério Público do Trabalho. Confira as publicações do Instituto Humanitas Unisinos - IHU acerca do tema em <http://bit.ly/2aVtTh>. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Carta ao Povo Brasileiro**: documento que norteou a campanha e antecipava a guinada econômica para o centro que os petistas, no poder, concretizaram. A carta foi assinada pelo então candidato Lula em junho de 2002, quando a economia brasileira estava pressionada e falava-se em ameaça de fuga de capitais caso o PT ganhasse a eleição. Especialistas tomam essa carta como uma forma para "acalmar o mercado". Na época, a iniciativa gerou discussões dentro do próprio PT, conforme revela o texto "Carta ao Povo Brasileiro II divide o PT e adia reunião do diretório nacional", publicada nas Notícias do Dia de 02-03-2006, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2aZ49k9>. Por ocasião do afastamento da presidente Dilma Rousseff, em 2016, a carta volta a ser interpretada por analistas, como destaca o texto "Em respeito ao Brasil o PT deveria fazer silêncio", publicada nas Notícias do Dia de 13-07-2016, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/2aS4mXh>. Confira mais textos publicados sobre a Carta pelo IHU em <http://bit.ly/2beYu9r>. (Nota da **IHU On-Line**)

foi garantido o pagamento dos credores.

Em outras palavras, embora os recursos tenham aumentado para o SUS, mesmo junto ao governo federal (embora essa esfera tenha reduzido a participação com relação às demais), o subfinanciamento não foi superado. Além do que, devemos lembrar que foi durante o governo Dilma, em 19 de janeiro de 2015, mediante a Lei 13.097/15, que foram introduzidas novas e amplas exceções à vedação constitucional à participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros nas atividades de assistência à saúde. Até então, o texto constitucional e a lei orgânica da saúde (Lei nº 8.080, de 1990), previam que a presença do capital estrangeiro na assistência à saúde poderia ocorrer somente em casos de exceção e não em regra.

IHU On-Line - A senhora indica que o que está por trás das ações da equipe econômica do governo de Michel Temer é "extinguir o funcionamento democrático do próprio Estado burguês". Gostaria que desenvolvesse essa sua perspectiva.

Rosa Maria Marques - Em um pequeno artigo⁷ desenvolvi essa ideia, pois, ao congelar o gasto governamental por 20 anos, fica excluída a possibilidade de a sociedade, através de suas lutas, de seus representantes no Congresso Nacional ou de seus presidentes eleitos, alterar as prioridades que se manifestam ou se concretizam no orçamento do Estado. Sob uma pretensa visão técnica, que sempre é apresentada como superior à política, congela-se o *status quo* atual, fruto de uma determinada correlação de forças existente na sociedade no momento em que o orçamento de 2016 foi votado. O tempo proposto é simplesmente de uma geração e não há experiência similar no mundo. ■

7 O artigo referido é "Brasil: o segundo golpe". Ele é reproduzido pelo Observatório de Análise Política em Saúde, disponível em <http://bit.ly/2b3mPh6>. (Nota da **IHU On-Line**)

O capital soberano e as súditas políticas públicas

Para compreender o drama do subfinanciamento do SUS, Áquilas Mendes evoca as lógicas das políticas econômicas que põem o capital como rei e, em crises, sacrificam o povo em prol da corte

Por Ricardo Machado | Edição João Vitor Santos

A criação do Sistema Único de Saúde - SUS foi um avanço. Disso não há quem duvide ou quem questione. Será? O economista e professor Áquilas Mendes problematiza que se, por um lado, o SUS representa um avanço em termos de política pública, o financiamento que coloca de pé toda essa rede, por outro lado, patina. “Em nosso país, faz 28 anos (desde a criação do SUS) que se vivenciam intensos conflitos por recursos financeiros que assegurem o desenvolvimento de uma política pública universal da saúde”, aponta. E por que se dão os conflitos? “Esses 28 anos são justamente aquele período em que o capital financeiro, principalmente na sua forma mais perversa de capital fictício, manteve-se soberano entre os diferentes tipos de capital”, responde Mendes. O resultado, segundo ele, são orçamentos do fundo público das áreas sociais, em geral, e da saúde, em particular, ameaçados.

Ao longo da entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, o professor elabora a ideia de que a política econômica financeirista inevitavelmente contamina outras áreas, como a saúde. “A manutenção da política econômica fundamentada no tripé - metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante -, adotada pelo governo federal desde o governo de Fernando Henrique Cardoso até o Governo Dilma Rousseff, deu origem a constantes dificuldades que impedem o pleno desenvolvimento da saúde universal no país”, exemplifica.

E o pior, segundo Mendes, é que além da financeirização da saúde, em momento de crise o ajuste fiscal se dá com mão pesada sobre políticas públicas que operam no sentido oposto. “É preciso dizer que a crise capitalista recente deve ser compreendida como decorrente das tendências de longo prazo na acumulação capitalista”, explica. “A solução que o próprio sistema capitalista fornece a essa problemática decorre da própria crise, principalmente por meio do aumento da taxa de exploração”, completa, ao demonstrar como tudo se volta para manutenção dos interesses desse capital.

Áquilas Mendes possui doutorado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, livre-docência pela Universidade de São Paulo - USP e pós-graduação em Política e Relações Internacionais pela Lancaster University da Inglaterra. Atualmente é professor de Economia da Saúde da Faculdade de Saúde Pública da USP e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública na mesma instituição. Ainda é professor doutor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica - PUC-SP. Entre suas publicações, destaque para o livro *Tempos Turbulentos na Saúde Pública Brasileira: os impasses do financiamento no capitalismo financeirizado* (São Paulo: Hucitec, 2012).

Confira a entrevista.



Precisamos, ainda, deixar claro, nessa conjuntura do governo atual de retaliar a saúde universal, que a Constituição não pode ser modificada em seus valores

IHU On-Line - Qual a lógica de um sistema de saúde de acesso universal, no qual o Sistema Único de Saúde - SUS está baseado?

Áquilas Mendes - É importante reconhecer que o artigo 196 da Constituição¹, que está em vigor há 28 anos, reza que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado. Dessa forma, o SUS assegura o direito universal à saúde estabelecido na Constituição, garantindo a integralidade das ações e serviços públicos de saúde. Vale dizer, também, que a sociedade brasileira construiu a garantia fundamental de que o direito à saúde não pode ser constrangido por fortalecimento de planos privados e renúncias fiscais aos mesmos, prejudicando a disponibilidade orçamentária que deixará 150 milhões de brasileiros que dependem do SUS sem condições de prover a sua saúde e, direta ou indiretamente, todos os 202 milhões de cidadãos quanto à sua proteção e promoção.

Precisamos, ainda, deixar claro, nessa conjuntura do governo atual de retaliar a saúde universal, que a Constituição não pode ser modificada em seus valores, como o da dignidade da pessoa, da redução das desigualdades, da solidariedade e justiça social. Por vias transversas não se pode suprimir direi-

¹ **Carta de 88 – Carta Magna:** é a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, promulgada em 5 de outubro de 1988. É a lei fundamental e suprema do Brasil, servindo de parâmetro a todas as demais normativas. Pode ser considerada a sétima ou a oitava constituição do Brasil (dependendo de se considerar ou não a Emenda Constitucional nº 1 como um texto constitucional) e a sexta ou sétima constituição Brasileira em um século de república. (Nota da **IHU On-Line**)

tos sociais e incentivar a lógica do mercado.

IHU On-Line - Como compreender o sistema de financiamento do SUS?

Áquilas Mendes - Conforme a Constituição, em seu artigo 195, está definido que o financiamento da Seguridade Social (previdência, saúde e assistência social) será realizado mediante recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das contribuições sociais dos empregadores (incidentes sobre a folha de salários, o faturamento - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins - e o lucro - Contribuição sobre o Lucro Líquido), dos trabalhadores e 50% da receita de concursos e prognósticos (loteria). Diz ainda a Constituição que esses recursos da Seguridade Social não integrariam o orçamento da União e sim da Seguridade Social. Sua proposta de orçamento seria elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência e assistência social, compondo um orçamento específico - o Orçamento da Seguridade Social - OSS.

Ficou determinado pela Constituição de 1988, em seu Ato Constitucional das Disposições Transitórias - ADCT, que pelo menos 30% do total de recursos do OSS deveriam ser destinados à área da saúde para 1989. Para os outros anos, a definição desse percentual ficaria para a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, o que na prática nunca garantiu esses recursos (época do governo do presidente Fernando

Collor²). Além dos recursos de origem federal, deveriam ser acrescentadas, segundo a Constituição, as receitas provenientes dos Tesouros Estaduais e Municipais para permitir o desenvolvimento do sistema. A Constituição de 1988 não definia, entretanto, como seria a participação dos entes federados no financiamento da Seguridade Social.

Outras formas de financiamento

Nove anos depois (em 1997), após problemas decorrentes da disputa por recursos do OSS entre a Previdência e a Saúde, foi criada, para a Saúde, a Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira - CPMF, cujos recursos se somaram àqueles definidos na Constituição. Essa contribuição vigorou até 2007, quando foi extinta.

No que se refere à participação dos entes federados no financiamento do SUS, somente em 2000 foi aprovada a Emenda Constitucional - EC nº 29, que define a forma da inserção da União, dos Estados e dos Municípios em seu financiamento. Essa emenda estabeleceu que Estados e Municípios deveriam alocar, das suas receitas de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, no mínimo, 12% e 15%, respectivamente. Para a União, a EC 29 determinava que sua aplicação deveria ser o valor

² **Fernando Collor de Mello** (1949): político, jornalista, economista, empresário e escritor brasileiro, prefeito de Maceió de 1979 a 1982, governador de Alagoas de 1987 a 1989, deputado federal de 1982 a 1986, 32º presidente do Brasil, de 1990 a 1992, e senador por Alagoas de 2007 até a atualidade. Foi o presidente mais jovem da história do Brasil e o presidente eleito por voto direto do povo, após o Regime Militar (1964/1985). Seu governo foi marcado pela implementação do Plano Collor e a abertura do mercado nacional às importações e pelo início de um programa nacional de desestatização. Seu Plano, que no início teve uma boa aceitação, acabou por aprofundar a recessão econômica, corroborada pela extinção, em 1990, de mais de 920 mil postos de trabalho e uma inflação na casa dos 1200% ao ano; junto a isso, denúncias de corrupção política envolvendo o tesoureiro de Collor, Paulo César Farias, feitas por Pedro Collor de Mello, irmão de Fernando Collor, culminaram com um processo de impugnação de mandato (Impeachment). (Nota da **IHU On-Line**)

apurado no ano anterior, corrigido pela variação do Produto Interno Bruto - PIB nominal. Essa base de cálculo, que não esteve baseada em percentual da receita arrecadada, levou a que a União deixasse de aplicar cerca de 10 bilhões de Reais, no período posterior. A regulamentação dessa EC 29 foi ainda mais tardia, realizada mediante a Lei Complementar nº 141, de 2012. Ao longo dos anos de existência do SUS, antes da regulamentação da EC nº 29/2000, em 2012, por meio da Lei nº 141, seu financiamento foi caracterizado pela insegurança e indefinição, fruto de embates entre as diferentes áreas da Seguridade Social e, principalmente, dos conflitos com as autoridades econômicas do governo federal.

Em 2015, o financiamento federal do SUS foi alterado. Por meio da Emenda Constitucional nº 86/2015, foi incluída uma nova regra para a aplicação do governo federal na saúde (art. 2º e 3º), alterando a base de cálculo do montante aplicado no ano anterior corrigido pela variação nominal do PIB para Receita Corrente Líquida - RCL, inclusive sendo executada de forma escalonada em cinco anos. Isto é, 13,2% dessa RCL, para o primeiro exercício financeiro subsequente ao da promulgação dessa EC (2016), até alcançar 15% da mesma, no quinto exercício financeiro, respectivamente. Já há vários cálculos realizados que indicam uma redução dos recursos do SUS. Há quem aponte uma perda de cerca de R\$ 9,2 bilhões para as ações e serviços públicos de saúde já no primeiro ano de implantação da EC, em 2016.

IHU On-Line - Qual tem sido o impacto dessa história do problemático financiamento do SUS ao longo de sua existência?

Áquilas Mendes - Não tenha dúvida de que o maior problema do SUS diz respeito ao seu subfinanciamento. Não há recursos suficientes. Por mais que se melhore a gestão, ela nunca será suficiente para a magnitude de recursos necessários para responder à saúde

universal no Brasil. A gestão será sempre algo que deve ser melhorado. Podemos dizer: "fazer bem com o pouco de recursos que se tem". Bem, entendemos ser fundamental aprofundar a ausência de recursos no SUS. Neste sentido, há que entender o problema do ponto de vista histórico.

Em nosso país, faz 28 anos (desde a criação do SUS) que se vivenciam intensos conflitos por recursos financeiros que assegurem o desenvolvimento de uma política pública universal da saúde. Isso é explícito no problema do financiamento do SUS, que se manifesta desde sua criação na Constituição de 1988. Esses 28 anos são justamente aquele período em que o capital financeiro, principalmente na sua forma mais perversa de capital fictício, manteve-se soberano entre os diferentes tipos de capital, prejudicando os orçamentos do fundo público das áreas sociais, em geral, e da saúde, em particular. Para se ter uma ideia, em 2015, o pagamento para juros da dívida correspondeu a 8,0% do PIB, enquanto para a saúde (Ministério da Saúde) foi alocado apenas 1,7%.

A manutenção da política econômica fundamentada no tripé metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante, adotada pelo governo federal desde o governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC³ até o Governo Dilma Rousseff⁴, deu origem a constantes dificuldades

3 **Fernando Henrique Cardoso** (1931): sociólogo, cientista político, professor universitário e político brasileiro. Foi o 34º Presidente do Brasil, por dois mandatos consecutivos, entre 1995 e 2003. Conhecido como FHC, ganhou notoriedade como ministro da Fazenda (1993-1994) com a instauração do Plano Real para combater a inflação. (Nota da IHU On-Line)

4 **Dilma Rousseff** (1947): economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores-PT, presidente do Brasil de 2011 (primeiro mandato) até 2016 (segundo ano de seu segundo mandato). Em 12 de maio de 2016, foi afastada de seu cargo por até 180 dias devido à instauração de um processo de impeachment que fora movido contra ela e que segue tramitando no Congresso Nacional. Durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu a chefia do Ministério de Minas e Energia e posteriormente da Casa Civil. Em 2010, foi escolhida pelo PT para concorrer à eleição presidencial. (Nota da IHU On-Line)

que impedem o pleno desenvolvimento da saúde universal no país, dada a situação de subfinanciamento que impõe ao SUS. O quadro econômico, que se seguiu à criação do SUS, é significativamente diferente daquele quando os países capitalistas avançados, principalmente europeus, construíram seus sistemas universais de saúde. Se antes era possível verificar grande magnitude de recursos, atualmente estes são disputados com o capital financeiro, cujo interesse é manter o pagamento dos juros da dívida pública.

Apesar do avanço que significou a criação do SUS, o Brasil está distante de dedicar a mesma atenção à saúde pública que os demais países que detêm um sistema público e universal. Para ilustrar essa afirmação, basta dizer que, em 2014, enquanto o SUS gastou 3,9% do PIB, o gasto público em saúde na média dos países europeus com sistemas universais (Alemanha, Espanha, França, Reino Unido e Suécia) foi de cerca de 8,0% do PIB, o que evidencia a dificuldade de recursos do SUS para realizar suas ações e serviços.

Materializando o subfinanciamento histórico

Por fim, para se ter uma ideia do subfinanciamento histórico, pode-se refletir que se o artigo 55 das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal fosse aplicado, 30% dos recursos da Seguridade Social deveriam ser destinados à saúde, mas isso nunca foi feito. Em 2014, o Orçamento da Seguridade Social foi de 686,1 bilhões de Reais, sendo que se fossem destinados 30% à saúde, considerando os gastos do governo federal, corresponderiam a 205,8 bilhões de Reais, mas a dotação foi a metade disso. Isso mostra claramente o subfinanciamento histórico do SUS.

IHU On-Line - Como analisa o financiamento em saúde hoje no Brasil, em especial a alocação

de recursos federais a Estados e Municípios?

Áquilas Mendes - Quando se analisa a participação das diferentes esferas de governo no gasto público total, é possível constatar que o processo de descentralização do SUS e a aprovação da EC 29 provocaram impactos importantes nesse gasto. Nota-se, de forma significativa, a elevação da participação de Estados e, principalmente, dos Municípios no total do gasto público.

Em 1990, o governo federal participava com 74,4% dos recursos públicos alocados em saúde, sendo que os Estados respondiam por 13,5%, e os Municípios, por 12,1%. Durante esta década, a participação da União foi decrescendo, atingindo 43,2% em 2015. Entre 2000 e 2015, destaca-se o crescimento significativo da participação dos Estados, que passou de 18,5% para 25,9%, enquanto a dos Municípios saiu de 21,7% para 30,9%.

O aumento da participação dos Estados e Municípios no total dos recursos públicos significou uma elevação do gasto *per capita* das três esferas com o SUS, passando de 378,27 Reais, em 2000, para 717,70 Reais, em 2010 (valores de 2010, conforme IPCA médio anual), indicando um incremento real de 89,7% no período. Em relação à proporção ao PIB, o gasto público com saúde passou de 2,9%, em 2000, para 3,9%, em 2015. Por sua vez, o gasto líquido com ações e serviços de saúde, realizado apenas pelo Ministério da Saúde, como proporção PIB, no período entre 1995 e 2015, manteve-se praticamente constante (1,7%), indicando quase nenhum esforço do Ministério da Saúde.

IHU On-Line - Que articulação entre o público e o privado se dá hoje no SUS? Como se dá a gestão de recursos nessa articulação?

Áquilas Mendes - Ao longo da implementação do SUS, a transferência de recursos públicos ao setor privado tem crescido de forma sistemática. Parte dos recursos do SUS vem financiando, por exemplo,

a atenção especializada de alto custo, em sua quase totalidade prestada pelos serviços privados contratados, as Organizações Sociais, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH. Tais organizações "administram" parcela importante dos serviços da Rede do SUS com a lógica mercantil.

“ Diz ainda a Constituição que esses recursos da Seguridade Social não inte- grariam o orça- mento da União e sim da Segu- ridade Social

Mais, especificamente, é importante lembrar que há 16 anos, desde que a Lei Complementar Nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, foi aprovada, as áreas sociais, em especial a saúde, vêm sendo prejudicadas no tocante à execução das suas ações e serviços. De acordo com o princípio maior da Lei, em que os entes públicos devem gastar bem menos do que arrecadam, vários limites são determinados ao poder Executivo, especificamente, às despesas de pessoal, que não podem ultrapassar 54% da receita corrente líquida do município. Caso isto venha a ocorrer, as penalidades são significativas, conforme indica a Lei 1.028/2000, que tipifica crime em finanças públicas.

Assim, tal exigência legal vem afetando, especialmente, o comprometimento da instância municipal com a execução das ações e serviços públicos de saúde, em geral, e com a Estratégia de Saúde da Família, em particular. Na realidade, o respeito a esse limite da LRF, por parte dos Municípios, tem

levado a que direcionem seus gastos para a despesa com serviços de terceiros - pessoa jurídica -, isto é, referente à contratação de Organizações Sociais da Saúde. Trata-se de uma grave distorção na aplicação dos recursos do SUS, sendo usados prioritariamente para financiar essas entidades privadas, a fim de executarem as ações e serviços de saúde que deveriam ser de responsabilidade dos Municípios.

Incentivos federais à saúde privada

Outro aspecto que merece ser salientado no contexto do subfinanciamento do SUS refere-se ao incentivo concedido pelo governo federal à saúde privada, na forma de redução de Imposto de Renda a pagar da Pessoa Física ou Jurídica, o que é aplicada sobre despesas com Plano de Saúde e/ou médicas e similares. Além disso, há que acrescentar as renúncias fiscais que experimentam as entidades sem fins lucrativos e a indústria farmacêutica, por meio de seus medicamentos. Nota-se que o total desses benefícios tributários à saúde privada vem crescendo de forma considerável. Registre-se: 8,6 bilhões de Reais, em 2003, passando para 14,9 bilhões de Reais, em 2006, 17,25 bilhões de Reais em 2009 e, por fim, 25,4 bilhões de Reais em 2013 (Dados extraídos da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRF).

Não resta dúvida de que o aumento desses incentivos fiscais ao capital privado vem respondendo à necessidade de valorização desse capital no contexto do capitalismo financeirizado e sua crise e prejudicando a capacidade de arrecadação do Estado e o financiamento do SUS.

Capital estrangeiro nos serviços de saúde

Por sua vez, ainda temos que considerar a mais recente medida legal aprovada que acaba por agravar ainda mais o subfinanciamento do SUS. Trata-se da Lei

13.097/2015, que permite a exploração do capital estrangeiro nos serviços de saúde, na compra de hospitais gerais, inclusive os hospitais filantrópicos, por meio da permissão de aquisição das Santas Casas - instituição que basicamente é financiada pelo Estado brasileiro. Atualmente, a presença do capital externo já existe em outras áreas da saúde, a exemplo dos planos e seguros de saúde, e de farmácias.

Essa nova Lei altera a Lei Orgânica da Saúde (8.080/90), que originalmente proíbe os investimentos estrangeiros no setor, e fere também a Constituição Federal de 1988, em seu artigo nº 199. Para se ter uma ideia dos reflexos dessa exploração, em novembro de 2015, a empresa United Health adquiriu o Hospital Filantrópico Samaritano, que mesmo assim continuou a participar do Programa de Apoio de Desenvolvimento Institucional - PROADI do Ministério da Saúde, desenvolvendo pesquisas e/ou cursos para o SUS. Trata-se, então, de renúncias fiscais que experimentam as entidades sem fins lucrativos.

Desse modo, o SUS, com seu insuficiente financiamento, contribui indiretamente com recursos para um hospital filantrópico estrangeiro. Sem dúvida, essa Lei veio para dificultar ainda mais a possibilidade de ampliarmos a conquista do direito à saúde pela sociedade brasileira e assegurar a insaciabilidade do capital portador de juros na forma de apropriação do fundo público.

IHU On-Line - Em que medida a perspectiva do financiamento público de saúde coletiva é ameaçada pela lógica do capitalismo? Que ameaças mais diretas o senhor percebe hoje na realidade brasileira?

Áquilas Mendes - Desde 1980 até o período atual, isto é, nos tempos de vigência de dominância do capital financeiro no movimento do capital e do neoliberalismo, não foi possível identificar a retirada do Estado da economia, mas ao contrário, assistiu-se a uma particular forma de sua "presença". Particu-

larmente, nessa presente crise do capitalismo, estamos assistindo à adoção de políticas austeras por parte do Estado, com redução dos direitos sociais, inclusive da política de saúde, intensificando mecanismos de mercantilização no seu interior, presentes no contexto dos países capitalistas centrais e no Brasil. Além disso, verifica-se, ainda, a permissão do Estado à apropriação do fundo público pelo capital, como já comentamos. Para se ter uma ideia, no contexto da crise do capitalismo contemporâneo, sob dominância do capital financeiro, o Estado brasileiro não parou de conceder incentivo à iniciativa privada, principalmente à finança rentista, impondo riscos à saúde universal.

É preciso dizer que a crise capitalista recente deve ser compreendida como decorrente das tendências de longo prazo na acumulação capitalista, a partir do declínio da taxa de lucro nas economias após a II Guerra Mundial e que não foi, posteriormente, invertida totalmente. Por sua vez, a solução que o próprio sistema capitalista fornece a essa problemática decorre da própria crise, principalmente por meio do aumento da taxa de exploração - obrigando os trabalhadores a aceitar uma diminuição dos salários e condições de trabalho precárias, com redução de direitos sociais, em geral, e da saúde, em particular.

Ainda que, a partir da década de 1980, seja possível verificar uma trajetória instável de retomada da queda da lucratividade, em decorrência das políticas econômicas ortodoxas neoliberais, sacrificando os direitos sociais, as economias não conseguem alcançar o patamar da taxa de lucro do período anterior. Além desse contexto, acrescentamos à explicação dessa crise a tendência que decorre do enfrentamento a esse declínio da lucratividade, isto é, o processo da financeirização, em que o capital financeiro busca assegurar lucros mais imediatos, passando a desempenhar a dominação na dinâmica do capitalismo nos últimos 35 anos.

Crise do SUS e as ações alinhadas com o capital

É justamente nesse cenário do capitalismo contemporâneo em crise, que o financiamento do SUS transcorreu sobre um longo processo de tensões. Como já dissemos anteriormente, no plano interno da economia brasileira, as decisões de uma política econômica restritiva/neoliberal mantiveram-se muito firme durante todos os anos 1990 e 2000. Acrescente-se a esse quadro as medidas do governo federal para remanejamentos e cortes no orçamento da seguridade social e da saúde, em particular, muitas vezes justificados pelos problemas de caixa ou pelos riscos que as contas gerais do governo sofriam, em razão de problemas para assegurar uma escala de superávit primário condizente com as exigências do mundo da finança e com os interesses das classes dominantes em enfrentarem a queda da lucratividade no âmbito da produção.

Enfatizamos que o problema do financiamento do SUS decorreu, em larga escala, no plano específico e interno do país, da decisão, e não somente de imposição externa, da manutenção de uma política econômica do governo federal, durante esses mais de 28 anos e em sintonia com as demandas do capital financeiro internacional. Tal política tem sido sempre destinada ao cumprimento de metas de inflação e de superávits primários, resultando em forte redução de despesas das políticas de direitos sociais, com montantes insuficientes e inseguros para a saúde pública.

Mais uma vez, a lógica da austeridade

Nesse tenso ambiente, assiste-se a mais um episódio da política austera estabelecida pelo governo federal interino em relação ao financiamento da seguridade social. Trata-se da renovação e da potencialização da Desvinculação das Receitas da União - DRU. Tal mecanismo criado desde 1994,

renovado a cada quatro anos e, ainda, em pleno funcionamento, é bastante conhecido por muitos, em que 20% das receitas do Orçamento da Seguridade Social - OSS, formado pela saúde, previdência e assistência social, são retiradas e destinadas ao pagamento de juros da dívida, em respeito à já histórica política do governo federal de manutenção do superávit primário, sob as exigências do capital financeiro dominante na fase contemporânea do capitalismo.

Ora, é conhecido de todos que o OSS vem demonstrando superávits há vários anos. Mais recentemente, registre-se: em 2010, 53,8 bilhões de Reais; em 2011, 75,8 bilhões de Reais; em 2012, 82,7 bilhões de Reais; e, em 2013, 76,2 bilhões de Reais (dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita - ANFIP). Por sua vez, os recursos retirados pela DRU foram: em 2010, 45,9 bilhões de Reais; em 2011, 52,4 bilhões de Reais; em 2012, 58,1 bilhões de Reais; e, em 2013, 63,4 bilhões de Reais (Ibid). Isso significou uma extração, em média, de cerca de 55% do saldo superavitário do OSS, a partir de 2010. Entre 1995 e 2013, a perda de recursos para a Seguridade Social com a DRU correspondeu a cerca de 641 bilhões de Reais.

Para agravar esse cenário, a PEC 04/2015 foi recentemente votada em segundo turno na Câmara dos Deputados e foi encaminhada para o Senado Federal. Aumenta a Desvinculação da Receita da União - DRU de 20% para 30% e cria a Desvinculação da Receita dos Estados e Distrito Federal - DRE e a Desvinculação da Receita dos Municípios - DRM com a alíquota de 30%. Enquanto as receitas base de cálculo da aplicação mínima federal, estadual e municipal em educação e saúde não serão atingidas por essas desvinculações, a PEC 04/2015 não garantiu essa mesma proteção para o conjunto da seguridade social.

IHU On-Line - O que está por trás - ou que se revela através - da fala do atual ministro da Saúde

Ricardo Barros⁵, de que o acesso universal ao SUS é insustentável e é preciso mudar a Constituição?

Áquilas Mendes - Não procede que o ministro da Saúde promova o sentido contrário ao direito à saúde universal e incentive a criação de um plano de saúde po-

“

Não tenha dúvida de que o maior problema do SUS diz respeito ao seu subfinanciamento

pular. Aliás, esse tipo de plano já existe e garante cobertura a poucas consultas e exames, onerando, ainda mais, o SUS para a média e alta complexidade, especialmente. Trata-se de incentivar a lógica da saúde como consumo/mercadoria em detrimento ao seu valor de direito social. Ademais, o fato de os cidadãos brasileiros serem incentivados a possuírem planos de saúde acaba prejudicando o já conhecido subfinanciamento do SUS, na medida em que a obtenção de um plano de saúde abre a possibilidade de dedução do Imposto de Renda Pessoa Física, onerando os recursos públicos.

IHU On-Line - Que caminho o senhor vislumbra para assegurar recursos para financiamento público que garantam e até ampliem conquistas do SUS?

5 Ricardo José Magalhães Barros (1959): é político, engenheiro civil e empresário brasileiro. Foi Deputado Federal e prefeito de Maringá. Atualmente é ministro da Saúde. Foi nomeado em 12 de maio de 2016 ministro da Saúde pelo presidente Michel Temer após o afastamento da presidente Dilma Rousseff em razão do processo de impeachment. Também é vice-presidente nacional do Partido Progressista - PP e Presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Desenvolvimento Econômico. (Nota da **IHU On-Line**)

Áquilas Mendes - A médio prazo, entende-se que a prioridade ao financiamento do SUS pode ser alcançada por outros percursos, diferentes de se apoiarem em tributos que incidem sobre a lógica produtiva. Devido à dominância do capital financeiro na fase contemporânea do capitalismo, é na sua esfera que novas fontes devem ser pensadas. Nessa perspectiva, sugerem-se algumas propostas mais amplas.

Para tanto, menciona-se: a) adoção de mecanismos de tributação para a esfera financeira, como por exemplo, por meio da criação de uma Contribuição sobre as Grandes Transações Financeiras - CGTF progressiva, por exemplo, acima de uma renda de 2 milhões de Reais mensais, sendo essa contribuição vinculada à Seguridade Social e com destinação de 50% para a Saúde; b) estabelecimento da Contribuição sobre Grandes Fortunas com destinação para a seguridade social, com destinação de 50% para a saúde; c) **aprofundamento dos mecanismos de tributação** para a remessas de lucros e dividendos realizadas pelas empresas multinacionais, atualmente isentas na legislação, destinadas ao Orçamento da Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social); d) ampliação constante da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL para instituições financeiras; e) revisão da tributação sobre heranças (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD).

Sobre um segundo nível de propostas de fontes alternativas, destacam-se as de caráter mais geral. São elas: a) fim das isenções de Imposto de Renda das Pessoas Físicas - IRPF com despesas médicas e do Imposto de Renda das Pessoas jurídicas - IRPJ, das empresas que prestam assistência médica a seus funcionários; b) estabelecimento de uma política de renúncia fiscal para Entidades sem fins lucrativos e para a indústria farmacêutica; c) extinção dos subsídios públicos aos Planos Privados de Saúde; d) repúdio à Lei 13.097/2015 que permite a entrada de capital estrangeiro na saúde pública. ■

A saúde como palanque

Júlio de Matos entende que o fato de tratar a área da saúde como política de governo inebria a perspectiva de política pública de Estado, atrofiando mecanismos de financiamento e gestão

Por João Vitor Santos

Pense num cenário de gente doente, sem assistência e tampouco acesso a programas de prevenção em saúde. Ali chega um cidadão, enche uma van com essas pessoas e as leva para um hospital ou posto de saúde. No segundo ato, esse camarada é eleito vereador. A história é conhecida, mas mascara uma relação que se dá em outro nível da mesma forma. Guardadas as proporções, é o que ocorre quando a área da saúde é assumida como política de governo e não como uma política pública de Estado. "A descontinuidade de políticas públicas e a desarticulação entre os níveis de gestores é muito evidente", analisa Júlio Dorneles de Matos, especialista em Gestão Empresarial com experiência como gestor na área da saúde. "É lamentável, mas não há políticas de Estado para o setor da saúde, e sim políticas de governos, descontinuadas a cada momento, sem qualquer olhar estratégico de médio ou longo prazo", completa.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à IHU On-Line, ele fala como gestor de hospitais filantrópicos e santas casas, que respondem por grande parte dos procedimentos do Sistema Único de Saúde - SUS. "As santas casas e os hospitais filantrópicos têm a obrigação legal de destinar parcela importante de suas estruturas assistenciais para o SUS", enfatiza.

Júlio Dorneles de Matos é advogado, especialista em Gestão Empresarial. Atualmente, exerce as funções de Diretor Geral e de Relações Institucionais da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Ainda integra o Conselho de Administração da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas - CMB. Foi presidente da Federação das Santas Casas dos Hospitais Beneficentes, Religiosos e Filantrópicos do Rio Grande do Sul e do Sindicato dos Hospitais Filantrópicos do Rio Grande do Sul.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Quais os avanços em termos de saúde pública, especialmente para usuários, que a implantação do Sistema Único de Saúde - SUS trouxe?

Júlio Dorneles de Matos - A partir de 1988, com o advento do Sistema Único de Saúde, todo o cidadão brasileiro passou a ter direito a uma assistência universal, integral e gratuita, sob responsabilidade dos três níveis dos gestores públicos, especialmente a União. Assim, os principais avanços dizem respeito ao exercício da plena cidadania,

com a extinção da indigência e a prerrogativa ao acesso para todos, contribuintes ou não da previdência social.

Os avanços são inquestionáveis, especialmente quando verificamos números tão grandiosos, como, por exemplo, 4,1 bilhões de procedimentos ambulatoriais/ano, 11,5 milhões de internações hospitalares/ano, 95% de transplantes realizados pelo SUS, com redução de 41,7% das pessoas que estão em fila de espera, 300 milhões de doses de vacinas, sendo oferecidos gratuita-

mente 42 tipos de imunobiológicos e 25 vacinas, levando à erradicação da poliomielite e varíola e à eliminação da circulação dos vírus do sarampo e da rubéola, entre outros; 96% das vacinas são produzidas no Brasil ou estão em processo de transferência de tecnologia. Atualmente são ofertados 810 medicamentos pelo SUS, dentre esses para diabéticos e hipertensos.

IHU On-Line - Como o senhor avalia a articulação entre o público e o privado dentro do SUS? Qual



As santas casas e os hospitais filantrópicos têm a obrigação legal de destinar parcela importante de suas estruturas assistenciais para o Sistema Único de Saúde

o papel de hospitais filantrópicos e santas casas dentro do Sistema?

Júlio Dorneles de Matos - Na realidade, a articulação entre os sistemas público e privado é extremamente superficial, sem comunicação de políticas e iniciativas independentes. A Agência Nacional de Saúde - ANS, embora órgão do Ministério da Saúde, pouco se relaciona com a pasta e crescentemente está a impor às operadoras privadas de saúde obrigações alheias aos contratos firmados com os usuários, gerando impactos importantes em custos e à própria sustentabilidade do sistema.

As santas casas e os hospitais filantrópicos têm a obrigação legal de destinar parcela importante de suas estruturas assistenciais para o Sistema Único de Saúde, preservando parte desta também para o Sistema Privado. Assim, são fundamentais para a funcionalidade do SUS em todo o país, respondendo por mais de 50% de toda a assistência, sendo que na alta complexidade a abrangência ainda é maior, como por exemplo, 68% da oncologia e 66% da cardiologia, entre outros. No Rio Grande do Sul, a presença das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos é vital, respondendo com seus 235 hospitais por mais de 70% de toda a assistência SUS aqui desenvolvida.

Além disso, na área da formação médica brasileira e dos demais profissionais da saúde, estas instituições são fundamentais, contando com 46 hospitais de ensino localizados em diversos estados brasileiros.

IHU On-Line - Por que hospitais e casas de saúde privados credenciados ao SUS parecem optar apenas por atendimentos de urgência/emergência e procedimentos de alta complexidade, deixando outras perspectivas como a saúde preventiva?

Júlio Dorneles de Matos - Na realidade, a área hospitalar brasileira ainda mantém a cultura do tratamento da doença, especialmente pressionada pelos modelos de convênios/contratos mantidos com os sistemas de saúde. Hoje, em qualquer cenário que se observe, esta realidade está a exigir mudanças de posicionamentos em que a educação e a prevenção em saúde irão se sobrepor. Aos hospitais caberá identificar nichos de trabalho em que se caracterize o melhor conceito de que, em vez de tratar, deve-se evitar a doença. Neste contexto, as exigências crescentes por serviços de prevenção direcionada ao homem, à mulher e ao idoso já são uma realidade.

IHU On-Line - Uma das principais queixas de santas casas e hospitais filantrópicos é com relação aos repasses da chamada tabela SUS. Em que medida o atraso em repasses e o próprio reajuste da tabela passa por um problema essencialmente de gestão em saúde pública (de todas as instâncias de governo) e menos por falta de recursos?

Júlio Dorneles de Matos - Sem dúvida que a saúde pública é subfinanciada. No entanto, os poucos

recursos existentes, não raras vezes, são mal aplicados, como, por exemplo, 104 Unidades de Pronto Atendimento - UPAs construídas, equipadas e fechadas em todo o Brasil, ou 80 tomógrafos adquiridos há mais de quatro anos e ainda encaixotados por falta de planejamento. A descontinuidade de políticas públicas e a desarticulação entre os níveis de gestores é muito evidente, bem como uma absoluta desproporcionalidade de custeio entre os prestadores públicos e privados, em que se verifica que um hospital público custa para o SUS mais de cinco vezes que um hospital privado.

É lamentável, mas não há políticas de Estado para o setor da saúde, e sim políticas de governos, descontinuadas a cada momento, sem qualquer olhar estratégico de médio ou longo prazo.

IHU On-Line - Como avalia a engrenagem que hoje financia as políticas públicas em saúde no Brasil? O que a Constituição de 1988 prevê sobre o assunto? E o que é cumprido?

Júlio Dorneles de Matos - O financiamento da saúde pública no Brasil hoje está melhor explicitado pela regulamentação da emenda constitucional 29, em que os Estados e Municípios têm obrigações de percentuais mínimos (12% e 15%, respectivamente) e a União sem uma vinculação definida, porém com direcionamento de um mínimo com base de aplicação em exercício real mais a variação do Produto Interno Bruto - PIB.

Contudo, o que se vê na prática é a União cada vez mais transferindo responsabilidades para os Estados e os Municípios, declinando do repasse de recursos nos mesmos níveis, senão vejamos: em 1980, de todos os gastos com saúde no Brasil, a União respondia por 75%, os Estados por 17,8% e os Municípios por 7,2%. Hoje, a União responde por 45%, os Estados por 25% e os Municípios por 30%.

IHU On-Line - Que tipo de incentivos um hospital que é considerado filantrópico recebe do governo federal e quais passam a ser suas contrapartidas? Que implicação há - e se há - nos repasses e credenciamentos junto ao SUS? Há contradições em um hospital filantrópico encabeçar a cobrança de reajustes na tabela de procedimentos do SUS?

Júlio Dorneles de Matos - As santas casas e hospitais filantrópicos, por suas naturezas jurídicas de serem sem fins lucrativos e cumprirem as disposições do código tributário nacional, são imunes a impostos. Podem ser também isentos de contribuições sociais se atenderem gratuitamente ou destinarem uma parcela das suas capacidades assistenciais ao SUS, conforme normas existentes.

A relação de prestação de serviços mantidas com o Sistema Único de Saúde, em caráter complementar e conforme os termos da Lei nº 8080/90, a qual estabelece obrigações de parte a parte, incluindo a destinação de recursos suficientes para a garantia da qualidade dos serviços e do equilíbrio econômico/financeiro dos contratos/convênios firmados, é brutalmente deficitária. Contabilmente se demonstra que para cada R\$ 100,00 de custos efetivos na assistência de um paciente SUS, este remunera tão somente R\$ 60,00. Ou seja, tem-se um déficit médio de 66% entre custo e receita, mesmo considerando a integralidade dos recursos públicos recebidos e as isenções e imunidades acima referidas.

Tal situação, há mais de década existente e crescente a cada ano, impõe nos dias de hoje um déficit anual superior a R\$ 10 bilhões no conjunto brasileiro. Especificamente no Rio Grande do Sul este déficit é superior a R\$ 500 milhões ano. Esta realidade de absoluto desequilíbrio na relação jurídica mantida já levou as instituições brasileiras a constituírem um endividamento de

R\$ 21,5 bilhões, notadamente com o sistema financeiro.

De tudo isto, conclui-se que as santas casas e hospitais filantrópicos em verdade estão sendo também entes financiadores do SUS, o que, absolutamente, em momento algum no arcabouço jurídico bra-

“

A descontinuidade de políticas públicas e a desarticulação entre os níveis de gestores é muito evidente, bem como uma absoluta desproporcionalidade de custeio entre os prestadores públicos e privados

sileiro, lhes é exigido. Seus patrimônios estão sendo delapidados e seus futuros são incertos. Por isso, não há contradição em um hospital filantrópico posicionar-se na cobrança de reajustes na tabela de procedimentos do SUS.

IHU On-Line - Qual a sua avaliação sobre propostas que passam a ser ventiladas na gestão interina de Michel Temer, como desindexação de recursos da saúde e a ideia de “orçamento zero” e mesmo a PEC 241¹, para financia-

¹ A Proposta de Emenda Constitucional – PEC 241, de autoria do Executivo, na gestão do governo interino de Michel Temer, estabelece um limite para os gastos públicos e prevê o congelamento de gastos públicos por 20 anos. Conforme especialistas no setor de Saúde, pode resultar na redução de 12 bilhões de reais em repasses para a área, nos próximos dois anos. Para saber mais sobre a PEC 241, acesse a entrevista com Grazielle David,

mento da saúde? Em que medida propostas como essas impõem uma lógica financeirizada à saúde pública, transformando-a em negócio?

Júlio Dorneles de Matos - Observam-se iniciativas do atual governo com grande preocupação, notadamente a questão da desindexação de recursos, eis que se hoje com obrigações mínimas de alocações o Governo Federal já decresce a cada ano, impõe-se a lógica do que já é ruim vai ficar pior sem as obrigações mínimas.

IHU On-Line - Como equalizar as necessidades de hospitais filantrópicos e santas casas e a manutenção de um sistema público de saúde como o SUS, radicalizando seu caráter universal, público e gratuito?

Júlio Dorneles de Matos - Não há outro caminho a não ser efetivamente a compreensão dos gestores, notadamente o Federal, de que é necessário ampliar os investimentos em saúde, melhorar a gestão pública, organizar políticas de estado para o setor, adoção de visão estratégica de longo prazo etc. Neste contexto os hospitais filantrópicos e as santas casas são a melhor alternativa assistencial para o Brasil, seja em aspectos de economia, qualidade assistencial e dinamismo operacional.

IHU On-Line - Que lógica difere os hospitais filantrópicos e as santas casas de instituições estritamente privadas?

Júlio Dorneles de Matos - O entendimento cristalino de diferenciação é a questão da finalidade lucrativa ou não. Também, impera nas instituições sem fins lucrativos a essência do voluntariado em favor de uma causa social. ■

intitulada PEC 241/16: *Uma afronta à saúde, aos direitos sociais e à Constituição*, publicada nas Notícias do Dia de 11-07-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2aZEOgl>. (Nota da IHU On-Line)

Getúlio Vargas e o positivismo



**Profa. Dra. Maria Izabel
Noll – UFRGS**

25 de agosto

17h30min às 19h | Local: Sala Ignacio Ellacuría
e Companheiros – IHU

ihu.unisinos.br

IHU ON-LINE



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

**IHU em
Revista**

Agenda de Eventos

Confira os próximos eventos promovidos pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU



Ciclo de Estudos - Modos de existência e a contemporaneidade em debate. Reflexões transdisciplinares à luz de diferentes obras

Atividade: Apresentação e debate da obra de GIRAUD, Gaël. Ilusão financeira. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

Conferencista: Prof. Dr. Róber Iturriet Avila - UNISINOS

Horário: 19h30min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Saiba mais em: <http://bit.ly/2bg2KGD>

Ecofeira Unisinos

Atividade: mostra e comercialização de produtos ecológicos

Horário: 11h às 19h

Local: Corredor central (B 07), em frente ao IHU



IHU ideias

Atividade: conferência Getúlio Vargas e o positivismo

Palestrante: Profa. Dra. Maria Izabel Noll - UFRGS

Horário: 17h30min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Saiba mais em: <http://bit.ly/2bw8Ksz>

Oficina - Linguagens de Comunicação para a Cidadania

Ministrante: Profa. Dra. Cybeli Almeida Moraes - UNISINOS

Horário: 14h30min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Saiba mais em: <http://bit.ly/2biqf1l>



Ecofeira Unisinos

Atividade: mostra e comercialização de produtos ecológicos

Horário: 11h às 19h

Local: Corredor central (B 07), em frente ao IHU

Transição ecológica como caminho para estancar a crise econômica

Por Róber Iturriet Avila

“O trabalho de Giraud (2015) levanta questões cruciais para a economia mundial contemporânea. Por não ser um livro acadêmico, ele traduz conceitos econômicos e financeiros para o público leigo. Traz críticas que merecem elogios acerca da dominância financeira na economia, na política e na sociedade de maneira geral, o que ele chama de ‘voto implícito dos mercados financeiros’. Embora com tons utopistas, levanta a transição ecológica como possível saída para a crise vigente”, analisa Róber Iturriet Avila. E resume: “o livro está centrado em quatro pontos: I) na crise financeira de 2007-08; II) na falsa elevação de preços progressiva dos imóveis; III) nos problemas da Zona do Euro; IV) em propostas alternativas ao por vir”.

Róber Iturriet Avila é doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, pesquisador da Fundação de Economia e Estatística - FEE e diretor sindical do Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande Do Sul - SEMAPI.

O professor apresentará a obra de Gaël Giraud *Ilusão financeira: dos subprimes à transição ecológica* (São Paulo Loyola, 2015), no próximo dia 23, às 19h30, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU.

Giraud estará na Unisinos participando do IV Colóquio Internacional IHU. Políticas Públicas, Financeirização e Crise Sistêmica, com proferindo duas conferências, respectivamente, nos dias 13 e 14.

No dia 12 de setembro, debaterá “O Ensino Social da Igreja à luz do pontificado do Papa Francisco”, às 14h30min, também na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU.

Detalhes dos eventos podem ser conferidos em <http://bit.ly/29hSmyT>.

Gaël Giraud ainda realizará um Curso para os alunos de pós-graduação da Escola de Gestão e Negócios da Unisinos. Ministradas em inglês, as aulas serão abertas ao público em geral. Além do encontro do dia 14 de setembro, dentro da programação do Colóquio, haverá outros dois encontros. Um será no dia 15 de setembro, a partir das 19h15min. O outro no dia 16 de setembro com duas sessões. A primeira inicia às 14h e a segunda às 17h15min. Mais informações podem ser obtidas na secretaria da Escola de Gestão e Negócios, telefone 51-3590-8186.

Gaël Giraud é diretor de pesquisa do Centre National de la Recherche Scientifique - CNRS, membro do Centro de Economia da Sorbonne e da Escola de Economia de Paris e professor associado na ESCP-Europe. Jesuíta, faz parte do conselho científico do Laboratório sobre Regulação Financeira e do Observatório Europeu Finance Watch. Além disso, leciona no Centre Sèvres, dos jesuítas, e é membro do conselho científico da Fundação Nicolas Hulot para a Natureza e o Homem.

O trabalho de Gaël Giraud pode ser visto em seu sítio na internet www.gaelgiraud.net. É autor de vários livros, dos quais destacamos *Ilusão financeira: dos subprimes à transição ecológica* (São Paulo: Edições Loyola, 2015), *Le facteur 12. Pourquoi il faut plafonner les revenus* (Paris: Carnets Nord-Montparnasse éditions, 2012) e *Vingt propositions pour réformer le capitalisme* (Paris: Ed. Flammarion, 2009).

Confira algumas entrevistas e textos de Giraud publicados pelo IHU:

- *Da dívida ecológica ao débito do sistema financeiro com os pobres*. Entrevista com Gaël Giraud, publicada na revista IHU On-Line, número 469, de 03-08-2016, disponível em <http://bit.ly/297QKms>.
- *A ecologia econômica como alternativa às desigualdades*. Entrevista com Gaël Giraud, publicada na revista IHU On-Line, número 449, de 04-08-2014, disponível em <http://bit.ly/2bbAwJS>.
- *Uma “transição ecológica” para salvar a Europa*. Artigo de Gaël Giraud, publicado nas Notícias do Dia de 13-05-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos- IHU, disponível em <http://bit.ly/2bpypWq>.
- *O jesuíta 2.0 que expõe bancos e finanças*. Entrevista com Gaël Giraud, publicada nas Notícias do Dia de 11-05-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos- IHU, disponível em <http://bit.ly/2bbmGvJ>.
- *“A Europa tornou-se refém dos bancos e da austeridade que alimentam populismos”*. Entrevista com Gaël Giraud, publicada nas Notícias do Dia de 09-05-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos- IHU, disponível em <http://bit.ly/2bwvSLD>.
- *Clima e Europa: agora é a vez dos católicos*. Artigo de Gaël Giraud, publicado nas Notícias do Dia de 02-12-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos- IHU, disponível em <http://bit.ly/2b9o5Ec>.
- *Gaël Giraud: o jesuíta que enfrenta os bancos*. Entrevista com Gaël Giraud, publicada nas Notícias do Dia de 04-05-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos- IHU, disponível em <http://bit.ly/2bJaMHh>.

Eis o artigo.

I – Ilusão financeira: um resumo

O livro “Ilusão Financeira: dos subprimes à transição ecológica”, de Gaël Giraud, está centrado em quatro pontos: I) na crise financeira de 2007-08; II) na falsa elevação de preços pregressa dos imóveis; III) nos problemas da Zona do Euro; IV) em propostas alternativas ao por vir. O autor trabalhou no sistema financeiro e traduz os conceitos complexos de forma didática ao público leigo em economia. Essa primeira seção tratará brevemente desses pontos.

No primeiro capítulo do livro, ele trata a bolha imobiliária ocorrida nos Estados Unidos como um sistema de pirâmide do tipo ponzi¹. As dívidas imobiliárias eram quitadas mediante novas dívidas, na expectativa de que os imóveis persistissem em se valorizar. Entre 2001 e 2007, o valor dos imóveis dobrou nos EUA e o crédito ampliava-se 15% ao ano para o setor. Os créditos eram concedidos com carências e as renegociações partiam da hipoteca da casa mais valorizada.

De outro lado, os bancos repassavam esses ativos no mercado financeiro: o processo de securitização.

¹ **Esquema Ponzi**: é uma sofisticada operação fraudulenta de investimento do tipo esquema em pirâmide que envolve o pagamento de rendimentos anormalmente altos (“lucros”) aos investidores, à custa do dinheiro pago pelos investidores que chegarem posteriormente, em vez da receita gerada por qualquer negócio real. O nome do esquema refere-se ao criminoso financeiro italo-americano Charles Ponzi (ou Carlo Ponzi). (Nota da **IHU On-Line**)

Tal pulverização dos ativos ocorria em blocos, através dos Collateralized Debt Obligation - CDO². Esses, por sua vez, passavam pela avaliação de crédito pelas Agências de Risco, que estipulavam um rating para os ativos. Os CDOs somavam 470 bilhões de dólares em 2006 e mais do que quintuplicaram no ano seguinte: 2,5 bilhões de dólares.

O risco de inadimplemento poderia ser assegurado mediante o pagamento de um bônus dos Credit Default Swap - CDS³. Tais títulos podiam ser adquiridos inclusive a quem não está envolvido no negócio. Os bancos de investimento vendiam CDS em operações sem cobertura e sem reservas obrigatórias, através do *shadow banking*⁴. Em caso de sinistro, não havia garantias de capital suficiente para pagar.

² **Collateralized Debt Obligation – CDO** [obrigação de dívida colateralizada]: é um tipo de estrutura de dívida titularizada, ou seja, títulos de dívida. Originalmente desenvolvido para os mercados de dívida de empresas. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Credit default swap – CDS**: é um acordo financeiro de swap em que o vendedor do CDS vai compensar o comprador (geralmente o credor do empréstimo de referência) no caso de um empréstimo padrão (pelo devedor) ou outro evento de crédito. Isso quer dizer que o vendedor do CDS assegura o comprador contra alguns não cumprimentos de empréstimo de referência. O comprador do CDS faz uma série de pagamentos (CDS “taxa” ou “spread”) para o vendedor e, em troca, recebe uma recompensa. Foi inventado por Blythe Mestres do JP Morgan em 1994. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ **Shadow banking** [sistema bancário sombra]: é um termo para o recolhimento de intermediários financeiros não bancários que ofere-

Muitos dos créditos eram concedidos a clientes com risco elevado: o subprime⁵. As agências de risco não eram tão criteriosas para estipular tais ratings, concedendo logo o “AAA”⁶. Os bancos tampouco estavam preocupados, uma vez que repassavam esses ativos via CDOs. Caso o cliente assumisse um crédito excessivo, havia a possibilidade de conceder o empréstimo e apostar contra o cliente no mercado, via CDS, a descoberto. Com a possibilidade de repassar o risco, a alavancagem do sistema financeiro chegou a 62, ou seja, os bancos emprestavam 98,4% dos ativos das hipotecas.

No sistema ponzi, as expectativas de fluxos não são suficientes para, sequer, quitar os juros presentes nas amortizações de crédito. Como era de se esperar, os imóveis não se valorizaram indefinidamente. Com dívidas elevadas e desaquecimento do mercado, os preços caíram. A elevação das inadimplências ativou o sistema de seguros (CDS). Porém, muitos deles estavam descobertos, levando a maior seguradora do mundo, a AIG, à falência, tendo sido nacionalizada pelo tesouro estadunidense.

Revelação do sistema viciado

Era um sistema fraudulento e viciado. Os bancos sabiam que haveria quebra, mas repassavam os ativos com carimbo “AAA”, estipulados pelas agências de crédito também de maneira escusa. O dolo era tamanho que um dos diretores do Goldman Sachs⁷, Greg Smith, pediu demissão no New York Times por não compactuar com a negociação de produtos pouco transparentes, disfarçados em siglas.

A crise estadunidense no mundo

A crise financeira que iniciou nos EUA se alastrou rapidamente para o mundo inteiro. A Espanha tinha uma dívida pública de 40% do PIB. Em quatro anos, chegou a quase 80%. Subsequentemente, o governo impôs austeridade, redução de direitos e de salários para

cem serviços semelhantes aos tradicionais bancos comerciais, mas fora dos regulamentos financeiros. (Nota da **IHU On-Line**)

5 Subprime (do inglês subprime loan ou subprime mortgage): é um crédito de risco, concedido a um tomador que não oferece garantias suficientes para se beneficiar da taxa de juros mais vantajosa (prime rate). (Nota da **IHU On-Line**)

6 Classificação de crédito (também chamada de nota de risco, rating, classificação de risco, avaliação de risco, notação de risco ou notação financeira de risco): avalia o valor do crédito de emissões da dívida de uma empresa ou um governo. É análogo às notações de crédito para pessoas físicas. Essa classificação é feita através de notas representadas sob letras e sinais aritméticos dados a partir de uma avaliação concedida pelas principais agências de classificação de risco, como a Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's, e avalia a possibilidade de esta entidade saldar suas dívidas. (Nota da **IHU On-Line**)

7 Goldman Sachs: é um dos maiores bancos de investimento do mundo. Fundado em 1869 por Marcus Goldman, a companhia está sediada atualmente em Nova York e mantém escritórios em muitos outros principais centros financeiros através do mundo. Goldman Sachs oferece consultivos de fusões e aquisições, serviços de subscrição financeiro e outros produtos financeiros aos seus clientes. É também um revendedor primário no mercado de valores mobiliários do Tesouro dos EUA. (Nota da **IHU On-Line**)

“ajustar” a economia. A Irlanda assistiu quase todo seu sistema bancário falir, sendo o governo obrigado a nacionalizá-lo e, conseqüentemente, endividar-se.

Segundo Giraud, a Grécia entrou na zona do Euro porque havia interesse de outros países em fornecer produtos a ela, como o caso dos equipamentos militares adquiridos da França. Em paralelo ao excesso de crédito concedido à Grécia, os bancos apostavam contra o país no mercado financeiro, pouco preocupados, portanto, com o risco de *default*.

Os planos de austeridade subsequentes causam recessão, elevação do desemprego e redução dos salários reais. Os países do sul europeu foram forçados a diminuir seu padrão de vida para ganhar competitividade (ajuste). Flexibilização do mercado de trabalho e desmonte do Estado social. À medida que os Estados Nacionais salvam os bancos, ampliam seu risco e sua dívida.

Ditadura dos investidores

Além da Ilusão Financeira do mercado imobiliário, os ativos alteram de preços por notícias quaisquer. “Manchas solares” afetam os valores dos ativos no mercado financeiro e ampliam a especulação. Giraud (2015) aponta que os mercados financeiros impõem suas políticas aos governos, tendo mais poder do que o eleitor. É a “ditadura dos investidores”. Os governos nos diversos países são obrigados a seguir o script do mercado. E a despeito dos crashes frequentes, os mercados persistem desregulamentados e com influência política. Essa é a força da ilusão financeira.

Na crise, as sugestões dos financistas são as mesmas: redução de salários, redução de direitos sociais e previdenciários, flexibilização do mercado de trabalho. Isso ao tempo em que cometem fraudes no sistema financeiro e restringem informações de suas péssimas condições de liquidez. De acordo com o autor, os bancos comerciais não têm recursos para pagar os empréstimos contraídos com o Banco Central Europeu - BCE. Ele prevê um período longo de queda de preços e estagnação para a Europa.

Linhas de fuga

Já no capítulo 7, o autor faz algumas sugestões após críticas à arbitrariedade na definição da taxa de inflação “aceitável” (2% a.a). Mesmo com tantas crises periódicas, a desregulamentação persiste, assim como a independência dos Bancos Centrais, herança conservadora de Milton Friedman⁸. É uma aposta na “credibi-

8 Milton Friedman: nascido em Nova Iorque, em 1912, foi professor da Universidad de Chicago de 1946 a 1976, pesquisador do National Bureau of Economic Research, de 1937 a 1981, e presidente da American Economic Association, em 1967. Friedman é o mais conhecido líder da Escola de Chicago e defensor do livre mercado devido, em parte, a seus escritos serem muito fáceis de ler por qualquer pessoa. Monetarista, se opôs ao keynesianismo no momento de seu máximo apogeu, nos anos 1950 e 1960. Propõe resolver os problemas da inflação limitando o crescimento da oferta monetária a uma taxa constante.

lidade”: risível fé ingênua nos mercados. Desta feita, o autor sugere o fim da inútil e destruidora austeridade, reestruturação das dívidas, fim da “neutralidade” da autoridade monetária, renúncia à regra de Taylor⁹, estabelecendo outras metas aos Bancos Centrais e não apenas o combate à inflação.

Giraud recorda das recomendações de Basileia III¹⁰ como provisões suplementares dos bancos em períodos de bonança. Ele sugere ainda restrições legais à securitização de letras de crédito e a separação entre os bancos de crédito e os de investimento, para que os recursos poupados sejam direcionados para a economia real e não para a financeira. Segundo o autor, é falso o discurso que alega que os mercados financiam as atividades dos bancos comerciais, eles ficam tão somente na ciranda financeira. Ele lembra ainda que os principais bancos do mundo têm filiais em paraísos fiscais e que, sem a cumplicidade dos bancos, a evasão fiscal é impossível.

Euro e União Europeia

Com relação ao Euro, Giraud é cético. Ele propõe uma Federação Europeia antes que as regras atuais sepulquem o bloco. Cerca de 1% do PIB europeu iria para o orçamento confederado. Um dos principais problemas do Euro é que ele fixa uma taxa de câmbio entre os seus membros, os quais são heterogêneos em termos de produtividade e de inflação. Sob a mesma taxa de juros, a do BCE, o juro real é diferente nos países e os capitais tendem aos países mais deflacionistas, como a Alemanha, por exemplo. Já os países mais inflacionistas tendem a se endividar para financiar seus déficits.

Outro problema é que a concorrência intrabloco ocorre via deflação salarial. Dessa maneira, os países que se recusam a reduzir salários perdem competitividade e ganham em inflação, sem poder desvalorizar suas moedas. A partir desse diagnóstico, o autor propõe que haja mais de uma taxa de juros estabelecida pelo BCE, orçamento único que compense as discrepâncias econômicas e até taxas de câmbio distintas. Haveria ao menos duas zonas: a Norte e a Sul. Ou então uma união fiscal completa, a qual encontra resistência da Alemanha.

Para o autor, há um divórcio entre a elite e o povo europeu. O primeiro confia e saúda o mercado de capitais desregulamentado, mas não visualiza os custos so-

ciais impostos pelos mercados para ampliar a competitividade. Esse custo cai sobre o segundo, visto como o “arcaísmo gaulês” em que não se pode confiar, sob o ângulo dos “educados”. Esses últimos não visualizam também que sua poupança não financia a produção e está no cassino internacional dos mercados, enxergam apenas a remuneração. Uma lógica financeira mortífera que impõe custos ao povo e ganhos a poucos.

Transição produtiva

Outro tema central do livro é a transição produtiva para bases mais sustentáveis do ponto de vista ecológico. O consumo de petróleo levará a um desastre ecológico, na visão do autor. Estima-se que haja uma elevação de até 5°C, distância que nos separa da última era glacial, 40 mil anos atrás. Tal incremento levará a crescentes inundações, migrações, quebras agrícolas e outras catástrofes. Para tais questões, são propostas a redução do consumo de carne e de garrafas descartáveis, maior utilização de transportes coletivos, como o trem, redução de consumo de energia na construção e utilização de energias descarbonizadas. Para o autor, uma das formas de financiar a transição energética poderia ser por meio da criação monetária, que já existe, através da multiplicação bancária, mas que é utilizada para incrementar o cassino financeiro.

II – Considerações críticas ao livro

Algumas críticas podem ser desferidas ao trabalho de Giraud (2015). O autor constata que durante os anos de maior crescimento econômico o consumo de petróleo aumentou persistentemente. Após 1979, entretanto, o incremento foi menor. O autor sugere que o consumo de petróleo impulsionou o crescimento econômico. Ele argumenta que com o menor consumo de petróleo, a renda per capita no mundo não cresceu mais do que 1% ao ano, em média.

Diante dessa suposição, em uma transição ecológica, a taxa de crescimento seria menor, uma vez que o consumo de petróleo também seria menor. Ele chega a fazer um exercício com uma taxa de crescimento futura de 1%, devido à transição ecológica e o fator energético dado. Ou seja, ele supõe que a variação do consumo de combustíveis determina o crescimento. Entretanto, há uma inversão causal patente aqui. O crescimento econômico exige maior consumo de petróleo e não o contrário.

O período de menor crescimento econômico coincide com o início da égide neoliberal, que, devido ao menor crescimento e à elevação dos custos, exigiu menos petróleo em termos relativos. Pós-1980, o mundo cresceu menos, mas a perda não foi para todos. Os mais ricos elevaram sua riqueza de maneira mais rápida, levando a uma ascensão abrupta da concentração de renda e de riqueza (Piketty, 2014). Tais fatos não são levados em conta por Giraud (2015).

Obteve o Prêmio do Banco da Suécia, em Ciências Econômicas, em memória de Alfred Nobel. (Nota da **IHU On-Line**)

⁹ **Regra de Taylor:** é uma regra de política macroeconômica enunciada por John B. Taylor em 1993. Trata-se de uma determinação exógena da taxa de juros. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁰ **Acordos de Basileia III** ou simplesmente Basileia III: referem-se a um conjunto de propostas de reforma da regulamentação bancária, publicadas em 16 de dezembro de 2010. Basileia III faz parte de um conjunto de iniciativas, promovidas pelo Fórum de Estabilidade Financeira (em inglês, Financial Stability Board, FSB) e pelo G20, para reforçar o sistema financeiro após a crise dos subprimes. Trata-se da primeira revisão de Basileia II (CRD II) e foi realizada ao longo de 2009, com aplicação prevista para 31 de dezembro de 2010. (Nota da **IHU On-Line**)

Distopias e utopias

Giraud lamenta uma era de distopias, ou seja, as utopias foram deixadas de lado. Isso ocorreu principalmente após a década de 1980. Ele define implicitamente a sua utopia predileta: a transição ecológica. Como uma utopia, esta figura em seu trabalho como “a” solução para “todos” os problemas: para o planeta, para o meio ambiente, para o conflito do Euro, para a financeirização, etc. Há uma forma de salvar a todos, uma Terra prometida, um novo Jardim do Éden que está visível em sua ótica. O autor chega a visualizar uma possibilidade de reindustrializar a Europa com um comércio mais oneroso devido à transição ecológica: improvável!

O autor sugere que as empresas tenham mais responsabilidade social, sendo essa sua principal função e não a maximização de dividendos. Uma boa utopia.

Do ponto de vista teórico, para defender sua argumentação, o autor alega que os humores do público não afetam o volume de dinheiro em circulação e por isso as “manchas solares” devem ser ignoradas. Embora a volatilidade dos “mercados” deva ser criticada, é preciso cautela. John Maynard Keynes (1964)¹¹ tratou com profundidade a capacidade que as expectativas e a crença sobre o presente e sobre o futuro têm para afetar variáveis reais como emprego, produto e renda. Ou seja, as expectativas importam. Não afetam a quantidade de moeda em circulação, mas alteram a velocidade dessa circulação, que, subsequentemente, impacta nas variáveis reais.

Do ponto de vista de pressupostos filosóficos, o autor parte da visão de um homem mais cooperativo do que competitivo. Essa discussão filosófica é ampla e inesgotável, partindo de Thomas Hobbes¹², Bernard Mandeville¹³, John Locke¹⁴, Jean-Jacques

11 **John Maynard Keynes** (1883-1946): economista e financista britânico. Sua *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro* (1936) é uma das obras mais importantes da economia. Esse livro transformou a teoria e a política econômicas, e ainda hoje serve de base à política econômica da maioria dos países não comunistas. Confira **Cadernos IHU ideias** n. 37, *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes*, de Fernando Ferrari Filho, disponível em <http://bit.ly/ihuidd37>. Leia, também, a edição 276 da revista **IHU On-Line**, de 06-10-2008, intitulada *A crise financeira internacional. O retorno de Keynes*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon276>. (Nota da **IHU On-Line**)

12 **Thomas Hobbes** (1588-1679): filósofo inglês. Sua obra mais famosa, *O Leviatã* (1651), trata de teoria política. Neste livro, Hobbes nega que o homem seja um ser naturalmente social. Afirma, ao contrário, que os homens são impulsionados apenas por considerações egoístas. Também escreveu sobre física e psicologia. Hobbes estudou na Universidade de Oxford e foi secretário de Sir Francis Bacon. A respeito desse filósofo, confira a entrevista *O conflito é o motor da vida política*, concedida pela Profa. Dra. Maria Isabel Limongi à edição 276 da revista **IHU On-Line**, de 06-10-2008. O material está disponível em <http://bit.ly/ihuon276>. (Nota da **IHU On-Line**)

13 **Bernard de Mandeville** (1670-1733): filósofo, físico e escritor holandês. (Nota da **IHU On-Line**)

14 **John Locke** (1632-1704): filósofo inglês e ideólogo do liberalismo, sendo considerado o principal representante do empirismo britânico e um dos principais teóricos do contrato social. Locke rejeitava a doutrina das ideias inatas e afirmava que todas as nossas ideias tinham origem no que era percebido pelos sentidos. A filosofia da mente de Locke

Rousseau¹⁵, David Hume¹⁶, Francis Hutcheson¹⁷, Jeremy Bentham¹⁸ e outros tantos autores que travaram um belo debate, sem respostas definitivas, mas não tratadas por Giraud (2015).

Outras questões

Cabe também levantar outras questões que foram tratadas no livro, mas não de maneira profunda. A principal delas é a configuração do sistema financeiro internacional e a repercussão política desse arranjo. Um olhar histórico, particularmente, traz alguns ensinamentos relevantes. Um deles foi o que ocorreu no mundo após a crise de 1929, nessa seara, que foi o fim

é frequentemente citada como a origem das concepções modernas de identidade e do “Eu”. O conceito de identidade pessoal, seus conceitos e questionamentos figuraram com destaque na obra de filósofos posteriores, como David Hume, Jean-Jacques Rousseau e Kant. Locke foi o primeiro a definir o “si mesmo” através de uma continuidade de consciência. Ele postulou que a mente era uma lousa em branco (tabula rasa). Em oposição ao Cartesianismo, ele sustentou que nascemos sem ideias inatas, e que o conhecimento é determinado apenas pela experiência derivada da percepção sensorial. O pensador escreveu o Ensaio acerca do Entendimento Humano, onde desenvolve sua teoria sobre a origem e a natureza do conhecimento. Suas ideias ajudaram a derrubar o absolutismo na Inglaterra. Dizia que todos os homens, ao nascer, tinham direitos naturais – direito à vida, à liberdade e à propriedade. Para garantir esses direitos naturais, os homens haviam criado governos. Se esses governos, contudo, não respeitassem a vida, a liberdade e a propriedade, o povo tinha o direito de se revoltar contra eles. As pessoas podiam contestar um governo injusto e não eram obrigadas a aceitar suas decisões. Dedicou-se também à filosofia política. No Primeiro Tratado sobre o Governo Civil, critica a tradição que afirmava o direito divino dos reis, declarando que a vida política é uma invenção humana, completamente independente das questões divinas. No Segundo Tratado sobre o Governo Civil, expõe sua teoria do Estado liberal e a propriedade privada. (Nota da **IHU On-Line**)

15 **Jean Jacques Rousseau** (1712-1778): filósofo franco-suíço, escritor, teórico político e compositor musical autodidata. Uma das figuras marcantes do Iluminismo francês, Rousseau é também um precursor do romantismo. As ideias iluministas de Rousseau, Montesquieu e Diderot, que defendiam a igualdade de todos perante a lei, a tolerância religiosa e a livre expressão do pensamento, influenciaram a Revolução Francesa. Contra a sociedade de ordens e de privilégios do Antigo Regime, os iluministas sugeriam um governo monárquico ou republicano, constitucional e parlamentar. Sobre esse pensador, confira a edição 415 da **IHU On-Line**, de 22-04-2013, intitulada *Somos condenados a viver em sociedade? As contribuições de Rousseau à modernidade política*, disponível em <http://bit.ly/ihuon415>. (Nota da **IHU On-Line**)

16 **David Hume** (1711-1776): filósofo e historiador escocês, que com Adam Smith e Thomas Reid, é uma das figuras mais importantes do chamado Iluminismo escocês. É visto, por vezes, como o terceiro e o mais radical dos chamados empiristas britânicos. A filosofia de Hume é famosa pelo seu profundo ceticismo. Entre suas obras, merece destaque o Tratado da natureza humana. Sobre ele, leia a **IHU On-Line** número 369, de 15-08-2011, intitulada *David Hume e os limites da razão*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon369>. (Nota da **IHU On-Line**)

17 **Francis Hutcheson** (1694-1746): teólogo presbiteriano e filósofo irlandês. Conhecido pelas suas teses sobre Ética e por ter sido professor e fonte de inspiração de Adam Smith, Francis Hutcheson é um exemplo da transição do puritanismo Calvinista para uma teologia mais tolerante e pró-modernidade. (Nota da **IHU On-Line**)

18 **Jeremy Bentham** (1748-1832): filósofo, jurista e reformador social britânico. É reconhecido como o fundador do utilitarismo moderno, que prega o desenvolvimento de ações com a máxima eficiência para o bem-estar social e a felicidade. Foi também o primeiro a utilizar o termo deontologia, para se referir ao conjunto de princípios éticos a serem aplicados às atividades profissionais. (Nota da **IHU On-Line**)

do Padrão-Ouro - PO¹⁹. Uma conjunção de três elementos merecem destaque: a fragilidade da Grã-Bretanha (GB) no período pós Primeira Guerra Mundial - PGM, a incapacidade dos EUA de assumirem as responsabilidades que eram da GB e a própria crise da década de 1930.

Houve nesse período uma dificuldade de estabilizar as taxas de câmbio, em paralelo ao crescimento de especulações contra as moedas e convívio com taxas elevadas de inflação. A GB, comprometida defensora do PO, optou por retomar a taxa de câmbio pré-PGM, no intuito de restabelecer a confiança em sua moeda, nos bancos ingleses, assegurando, adicionalmente, o valor de ativos estrangeiros. Esta escolha, entretanto, envolvia muitos custos, uma vez que requeria políticas deflacionistas²⁰.

Observar os detalhes do período de fim do PO e da transição hegemônica do século XX auxilia a entender o período contemporâneo. Na atualidade, a economia mundial se encontra desequilibrada, com países acumulando superávits recorrentes, ao passo que outros acumulam déficits. Em particular, os EUA que acumulam déficits não apenas na balança comercial, mas também déficits fiscais, advindos das guerras praticadas e do custo da crise. Erros esses que a GB incorreu e que a deixaram submissas aos EUA. A história pode ensinar que sem um ajuste do comércio internacional e nas contas externas americanas, a mudança de poder entre países pode se repetir.

E mesmo após os EUA se afirmarem como hegemônicos, houve períodos de instabilidade financeira que fragilizaram sua posição. Os déficits em transações correntes em que incorria a economia norte-americana desde o final dos anos 1950 inviabilizaram a manutenção da paridade dólar-ouro, levando o governo desse país a anunciar, em 1971, o fim da conversibilidade fixa. Foram abandonadas as paridades das demais moedas em relação ao dólar e os controles financeiros dos países europeus, levando à derrocada final do sistema de Bretton Woods²¹ em 1973.

19 **Padrão-ouro:** também chamado de estalão-ouro, foi o sistema monetário cuja primeira fase vigorou desde o século XIX até a Primeira Guerra Mundial. A teoria pioneira do padrão-ouro, chamada de teoria quantitativa da moeda, foi elaborada por David Hume em 1752, sob o nome de modelo de fluxo de moedas metálicas e destacava as relações entre moeda e níveis de preço (base de fenômenos da inflação e deflação). De acordo com a teoria aplicada ao comércio internacional e nos dizeres do economista René Villarreal, “os países superavitários sofreriam processos inflacionários, enquanto nos países deficitários os preços se moveriam em sentido inverso, até que se restabelecesse o equilíbrio”. (Nota da **IHU On-Line**)

20 Esta escolha pode ser respondida, de um lado, pelo comprometimento da GB com o PO e, de outro, pela maior representatividade do capital financeiro em relação ao capital industrial no Reino. (Nota do autor)

21 **Conferência de Bretton Woods:** nome com que ficou conhecida a Conferência Monetária Internacional, realizada em Bretton Woods, no estado de New Hampshire, nos EUA, em julho de 1944. Representantes de 44 países participaram da conferência. Nela foi planejada a recuperação do comércio internacional depois da Segunda Guerra Mundial e a expansão do comércio através da concessão de empréstimos e utilização de fundos. Os representantes dos países participantes concordaram em simplificar a transferência de dinheiro entre as na-

Esse processo se deve a um período de instabilidade. A dissolução do bloco soviético e a ascensão da China como *player* no comércio internacional compuseram dois dos principais condicionantes de quase trinta anos conhecidos por Dooley *et al* (2005) como “Bretton Woods II”. De acordo com os autores, o surgimento de países periféricos capazes de financiar o desequilíbrio norte-americano representa uma evolução do sistema monetário internacional acertado em 1944.

Ainda no centro do sistema, os EUA têm seus desequilíbrios financiados pelos asiáticos. Já os países europeus foram relegados a um plano de menor importância, dados o pífio crescimento do PIB e as altas taxas de desemprego dos países da zona do Euro. A abundância de poupança desequilibra os fluxos de capital para os EUA. Em paralelo, há a codependência com os países asiáticos.

Bibow (2010) salienta que o papel do dólar como a moeda de troca internacional é um dos principais fatores que contribuiu para a crise de 2007-08. O autor argumenta que o gasto americano financiado pelo público, em vez do débito privado, proveria uma dinâmica mais sustentável para o crescimento global. Para ele, o sistema Bretton Woods II, proposto por Dooley *et al.* (2005), deve tornar-se um sistema Bretton Woods III, em que a política fiscal e a dívida pública americana administrariam o crescimento dos Estados Unidos e do mundo. Desta feita, é conveniente olhar a magnitude dos mercados financeiros e sua influência política e social a partir de prismas históricos que trazem ensinamentos sobre os períodos de transição global. Adicionalmente, há que levar em conta o papel do dólar e dos EUA para compreender a crise vigente. O próprio *modus operandi* do sistema financeiro internacional merece um estudo acurado para um entendimento mais substantivo.

Questões cruciais para economia mundial

O trabalho de Giraud (2015) levanta questões cruciais para a economia mundial contemporânea. Por não ser um livro acadêmico, ele traduz conceitos econômicos e financeiros para o público leigo. Traz críticas que merecem elogios acerca da dominância financeira na economia, na política e na sociedade de maneira geral, o que ele chama de “voto implícito dos mercados financeiros”. Embora com tons utopistas, levanta a transição ecológica como possível saída para a

ções, de forma a reparar os prejuízos da guerra e prevenir as depressões e o desemprego. Concordaram também em estabilizar as moedas nacionais, de forma que um país sempre soubesse o preço dos bens importados. A Conferência de Bretton Woods traçou os planos de dois organismos das Nações Unidas – o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. O fundo ajuda a manter constantes as taxas de câmbio, além de socorrer países com crises nas suas reservas cambiais, como no caso do Brasil e da Rússia, em 1998. O banco realiza empréstimos internacionais a longo prazo e dá garantia aos empréstimos feitos através de outros bancos. (Nota da **IHU On-Line**)

crise vigente. Há que reforçar, entretanto, que o livro tem insuficiências, como algumas que foram tratadas acima.

Contudo, a crise que se arrasta desde 2007 pode trazer alterações estruturais para o mundo, tais quais ocorreram na década de 1930 e na década de 1970. Ao se assumir a visão de Polanyi (2000)²² de que o excesso liberal trouxe a sua ruína, estaríamos diante de um novo cataclisma econômico e social, haja vista o crescimento das finanças internacionais em decorrência da liberalização pós-1980. As turbulências sociais e alterações políticas estão em alto relevo na Europa, nos EUA e na América Latina, ao menos. Possibilidades essas que trazem inúmeras reflexões, principalmente quando a crise foi originada no centro econômico mundial. ■

²² **Karl Polanyi** (1886-1964): economista austríaco. Sua obra principal é *A Grande Transformação – as origens de nossa época* (Rio de Janeiro: Campus, 2000), escrita nos Estados Unidos de 1940 a 1943. Sobre o economista a **IHU On-Line** 147, de 27-06-2005, dedicou o tema de capa *A grande transformação. As origens de nossa época. Os 60 anos da obra clássica de Karl Polanyi*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon147>. (Nota da **IHU On-Line**)

Referências Bibliográficas

BIBOW, J. *The Global Crisis and the Future of the Dollar: Toward Bretton Woods III?* Working Paper no. 584. New York: Levy Economics Institute of Bard College, 2010.

BLOCK, F.L. *Los Orígenes Del Desorden Económico Internacional*. Fondo de Cultura, 1980.

DOOLEY, M. P., FOLKERTS-LANDAU, D., GARBER, P. *International Financial Stability*, Deutsche Bank, 2005.

GIRAUD, Gâel. *Ilusão financeira: dos subprimes à transição ecológica*. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

KEYNES, J. M. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. New York: HBS, 1964.

PIKETTY, Thomas. *Capital in the twenty-first century*. Londres: The Belknap press of Harvard University press, 2014.²³

POLANYI, Karl. *A grande Transformação - Origens da nossa época*. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

²³ A obra é originalmente publicada em francês. A referência da tradução brasileira é PIKETTY, Thomas. Rio de Janeiro : Intrínseca, 2014. A tradução foi feita por Monica Baumgarten de Bolle. (Nota da **IHU On-Line**)

Bibliografia

>>Fernando Cardim de Carvalho já concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line**, disponíveis na página eletrônica do IHU (www.ihu.unisinos.br).

- “*Criou-se uma moeda europeia, mas não um estado europeu*”. Entrevista publicada na edição 330, de 24-05-2010, disponível em <http://migre.me/45AqV>
- *As controvérsias da política econômica brasileira*. Entrevista publicada na edição 338, de 09-08-2010, disponível em <http://migre.me/45Aml>
- *Câmbio continua sendo maior desafio do governo brasileiro*. Entrevista publicada na edição 356, de 04-04-2011, disponível em <http://bit.ly/i2nlpu>
- *Crise global: mais do que apenas especulação financeira*. Entrevista publicada na edição 372, de 05-09-2011, disponível em <http://bit.ly/oU1vsC>



Ilusão financeira

Apresentação da obra pelo
Prof. Dr. Róber Iturriet Avila – UNISINOS

23 de agosto (terça-feira) | 19h30min
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

Mais informações: ihu.unisinos.br

Getúlio e Lula: aproximações, distanciamentos, ganhos e limites de duas Eras

Para Maria Izabel Noll, apesar de ambos serem marcados por um perfil de liderança popular, Getulismo e Lulismo são dissonantes quanto às suas lógicas políticas

Por João Vitor Santos | Edição Leslie Chaves

A partir da ideia de populismo, frequentemente a trajetória de Getúlio Vargas é recuperada para fazer referência a Luiz Inácio Lula da Silva. Entretanto, de acordo com a historiadora, doutora em Ciência Política, professora e pesquisadora da área, Maria Izabel Noll, “o conceito de populismo perdeu muito de sua capacidade explicativa ao ser utilizado para personagens e momentos muito diferentes entre si”. Considerando essa questão, todavia, a pesquisadora percebe esse traço e também a preocupação com a promoção de direitos sociais em ambos os líderes políticos. Por outro lado, ela entende que “as duas figuras - Getúlio e Lula - representam modelos bem diferentes de ‘cultura política’. Apesar de pernambucano, Lula é essencialmente paulista. E Getúlio era um gaúcho da fronteira que sabia perfeitamente o que isso significava. O Rio Grande do Sul é brasileiro por opção”, ressalta.

Ao longo da entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Maria Izabel Noll faz uma reflexão a respeito das Eras Vargas e Lula, tendo em perspectiva o momento político que o Brasil está vivendo ao interpretar os discursos que emergem em momentos de crise como o atual. “Há no Brasil uma diferenciação entre dois discursos, dois grupos políticos, duas maneiras de pensar a própria sociedade. A Era Vargas (ou as associações que a ela são feitas) é criticada por gastos sociais excessivos, direitos trabalhistas, maior protagonismo estatal e acesso mais democrático às instâncias de poder. Há problemas com esse modelo? Claro que há, mas

não existem modelos perfeitos. Quando há uma redução nos recursos disponíveis pelo Estado, esses gastos passam a ser vistos como comprometedores do desenvolvimento e o outro grupo se legitima com propostas de ‘colocar a casa em ordem’. Leia-se: reduzir os gastos sociais”, conclui.

Por ocasião da memória do dia da morte de Getúlio Vargas, o Instituto Humanitas Unisinos - IHU, promove a conferência e o debate do tema “Getúlio Vargas e o positivismo”, a ser proferida pela pesquisadora, no dia 23 de agosto, das 17h30min às 19h, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU, campus São Leopoldo da Unisinos.

Mais informações sobre o evento e inscrições estão disponíveis no endereço <http://bit.ly/2bw8Ksz>.

Maria Izabel Noll é graduada em História e mestra em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e doutora em Ciência Política pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, França. Também foi professora visitante no Center for Latin American Studies na Universidade de Stanford, Estados Unidos, e na École des Hautes Études en Sciences Sociales, França. É professora no Departamento de Ciência Política e no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFRGS e atualmente está na vice-direção do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH da UFRGS e na direção do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense - Nupergs.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como compreende o positivismo? Como ele se faz presente na política de Getúlio Vargas¹?

Maria Izabel Noll - O positivismo no Rio Grande do Sul veio, principalmente, através dos alunos que frequentaram a Faculdade de Direito de São Paulo. Falo de Júlio de Castilhos² e Assis Brasil³, entre

1 Getúlio Vargas [Getúlio Dornelles Vargas] (1882-1954): político gaúcho, nascido em São Borja. Foi presidente da República nos seguintes períodos: 1930 a 1934 (Governo Provisório), 1934 a 1937 (Governo Constitucional), 1937 a 1945 (Regime de Exceção) e de 1951 a 1954 (Governo eleito popularmente). A **IHU On-Line** publicou o Dossiê Vargas, por ocasião dos 60 anos da morte do ex-presidente, disponível em <http://bit.ly/1naoZMX>. A **IHU On-Line** dedicou duas edições ao tema Vargas, a 111, de 16-08-2004, intitulada *A Era Vargas em Questão - 1954-2004*, disponível em <http://bit.ly/ihuon111>, e a 112, de 23-08-2004, chamada *Getúlio*, disponível em <http://bit.ly/ihuon112>. Na edição 114, de 06-09-2004, em <http://bit.ly/ihuon114>, Daniel Aarão Reis Filho concedeu a entrevista *O desafio da esquerda: articular os valores democráticos com a tradição estatista-desenvolvimentista*, que também abordou aspectos do político gaúcho. Em 26-08-2004, Juremir Machado da Silva, da PUC-RS, apresentou o **IHU Ideias** *Getúlio, 50 anos depois*. O evento gerou a publicação do número 30 dos **Cadernos IHU Ideias**, chamado *Getúlio, romance ou biografia?*, disponível em <http://bit.ly/ihuon30>. Ainda a primeira edição dos **Cadernos IHU em formação**, publicada pelo IHU em 2004, era dedicada ao tema, recebendo o título *Populismo e Trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em <http://bit.ly/ihuemo1>. (Nota da **IHU On-Line**)

2 Júlio de Castilhos (1860-1903): político gaúcho. Em 15 de julho de 1891, foi eleito presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Com a queda de Deodoro da Fonseca, foi deposto em 3 de novembro do mesmo ano. Pouco mais de um ano depois, Júlio de Castilhos disputou uma eleição (sem concorrentes) e voltou a ocupar o antigo posto. Empossado em 1893, contém a Revolução Federalista, de tendência parlamentarista e liderada por Gaspar Silveira Martins. Sobre Júlio de Castilhos, confira a edição 14 dos **Cadernos IHU ideias**, intitulado *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS*, de Gunter Axt, ano 2003, e a **IHU On-Line** número 78, de 06-10-2003. (Nota da **IHU On-Line**)

3 Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938): foi um advogado, político, orador, escritor, poeta, prosador, diplomata e estadista brasileiro; propagandista da República. Foi fundador do Partido Libertador, deputado e governador do Rio Grande do Sul quando integrou a junta governativa gaúcha entre 12 de novembro de 1891 e 8 de junho de 1892. Introduziu no Brasil o gado Jersey, o gado Devon e a ovelha Karakul, tendo participação importante na introdução do cavalo

outros. Eram leitores de Comte⁴ e, no caso de Castilhos, uma leitura particular de Comte que passou para a versão de republicanismismo que vigorou dali para a frente no RS. A esse conjunto de ideias chamou-se "castilhismo"⁵. Getúlio, como membro do Partido Republicano Rio-Grandense, bebeu nessas ideias e defendeu o castilhismo. Mas, ao que indica sua biblioteca e citações em trabalhos e discursos, ele não era um admirador de Comte. Aproximava-se mais de Spencer⁶ e até de

árabe e no melhoramento do Thoroughbred, o puro sangue inglês. Juntamente com o Barão do Rio Branco, assinou o Tratado de Petrópolis, que assegurou ao Brasil a posse do atual Estado do Acre. Neste estado foi criado, em sua homenagem, o município de Assis Brasil. (Nota da **IHU On-Line**)

4 Augusto Comte (1798-1857): filósofo e pensador social francês. Fundou a escola filosófica conhecida como positivismo e criou um conceito de ciência social a que deu o nome de sociologia. O positivismo comtiano afirma que a verdade da ciência é indiscutível e demonstrável universalmente. (Nota da **IHU On-Line**)

5 Castilhismo: nome dado à corrente política que tinha por referência Júlio Prates de Castilhos, surgida em 1882 com a fundação do Partido Republicano Rio-Grandense - PRR. O Castilhismo era uma corrente política de forte cunho conservador, ao mesmo tempo em que apostava na modernização econômica, por ter na burguesia industrial e urbana suas bases de apoio. Também sofreu forte influência do positivismo de Auguste Comte. O castilhismo tinha três princípios básicos: 1) Escolha dos governantes baseado na sua pureza moral e não na sua representatividade popular. 2) Na política devem ser eliminadas as disputas político-partidárias e valorizar só a virtude. 3) O governante deve regenerar a sociedade, e o Estado comandar a transformação e modernização da sociedade. Embora tenha origens ideológicas no pensamento de Venâncio Aires, o Castilhismo como alinhamento político surgiu junto com a ascensão pessoal de Castilhos e do Partido Republicano Rio-Grandense. Ele foi eleito pela primeira vez para o governo estadual em 1891. (Nota da **IHU On-Line**)

6 Herbert Spencer (1820-1903): filósofo britânico que ficou conhecido por sua tentativa de elaborar um sistema filosófico baseado nas descobertas científicas de sua época, que pudesse ser aplicado a todos os assuntos. Foi o fundador da filosofia evolucionista. Em sua obra principal, *Um sistema de filosofia sintética* (1862-1896), aplicou a ideia da evolução à biologia, à psicologia, à sociologia e a outros campos do conhecimento. Em seu trabalho sobre biologia, Spencer traçou a evolução da vida desde sua forma menos reconhecível até o homem. Acreditava que a grande lei da natureza era a ação constante de forças que tendiam a mudar todas as formas do simples para o complexo. Spencer explicava que a mente do homem tinha se desenvolvido des-

Saint-Simon⁷, onde teria buscado sua visão evolucionista da História e a importância do proletariado e dos industriais na sociedade moderna.

IHU On-Line - Quais os contextos políticos em que emergem os governos de Getúlio Vargas? Como entender os movimentos de Vargas em cada uma das fases?

Maria Izabel Noll - Joseph Love⁸ diz em seu livro *O regionalismo gaúcho* (São Paulo: Perspectiva, 1975) que a maior capacidade de Getúlio era observar para que lado iam os acontecimentos e, se colocando à frente, liderá-los. Creio que é uma verdade. Pelo menos a partir de 1930, isso é muito claro. Daí ser acusado, muitas vezes, de esconder o jogo, demorar a se definir ou fazer duplo papel - caso da II Guerra. Podemos ver três contextos diferenciados na sua trajetória política. O primeiro contexto importante, ainda no RS, é aquele que permite sua eleição para o governo do estado em 1928. Ele emerge como pacificador, coisa que Borges de Medeiros⁹ não conseguiu

sa mesma maneira, avançando das simples respostas automáticas dos animais inferiores aos processos de raciocínio do homem pensante. Escreveu também *A classificação das ciências* (1864), *Os fatores da evolução orgânica* (1887). (Nota da **IHU On-Line**)

7 Conde de Saint-Simon, ou **Claude Henri de Rouvroy** (1760-1825): filósofo e economista francês, teórico do socialismo utópico. (Nota da **IHU On-Line**)

8 Joseph L. Love: professor emérito do Departamento de História da Universidade de Illinois, em Urbana-Champaign. Foi diretor do Centro de Estudos Latino-Americanos e do Caribe e do Instituto Lemann de Estudos Brasileiros. Também foi professor visitante na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio. Tornou-se conhecido do público brasileiro principalmente por seus livros *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 30* (São Paulo: Perspectiva, 1975), *A locomotiva: São Paulo na Federação brasileira, 1889-1937* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982) e *A construção do Terceiro Mundo: teorizando o subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998). (Nota da **IHU On-Line**)

9 Borges de Medeiros (1863-1961): político gaúcho. Foi presidente do estado do Rio Grande do Sul, indicado por Júlio de Castilhos e procurou dar continuidade ao projeto político do castilhismo, do qual foi um dos maiores representantes e fiel executor do positivismo. Manteve-se no poder de 1898 até 1928 e sua única interrupção como governante ocorreu no quinquênio de 1908-1913.

realizar, e permite voz à oposição, mostrando uma nova capacidade negociadora ao grupo republicano.

O segundo contexto é decorrência do primeiro. Pela primeira vez com um Estado unificado, o RS pode indicar um candidato à Presidência da República. Não apenas o rompimento entre Minas e São Paulo permite essa decisão, mas a apresentação de uma candidatura viável e apoiada por todos (ou grande maioria) leva Getúlio à liderança da Aliança Liberal¹⁰.

Finalmente, o terceiro e mais diferenciado contexto é o da volta ao poder “nos braços do povo”. Levado ao governo devido ao capital político acumulado nos anos 1930 e 1940, este momento apresentará desafios imensos cujo desfecho será o suicídio em 1954.

IHU On-Line - Como compreender os movimentos políticos internacionais de Vargas?

Maria Izabel Noll - Os movimentos internacionais só podem ser compreendidos se nos reportarmos a um período marcado por grandes mudanças: Crise de 1929¹¹, ascen-

Sobre Borges de Medeiros, confira a edição 14 dos **Cadernos IHU ideias**, intitulado *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS*, de Gunter Axt, ano 2003. (Nota da **IHU On-Line**)

10 Aliança Liberal: Coligação oposicionista de âmbito nacional formada no início de agosto de 1929 por iniciativa de líderes políticos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul com o objetivo de apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa, respectivamente, à presidência e vice-presidência da República nas eleições de 1º de março de 1930. (Nota da **IHU On-Line**)

11 Crise de 1929 ou Grande Depressão: grande depressão econômica que teve início em 1929, e que persistiu ao longo da década de 1930, terminando apenas com a Segunda Guerra Mundial. A Grande Depressão é considerada o pior e o mais longo período de recessão econômica do século XX. Este período de depressão econômica causou altas taxas de desemprego, quedas drásticas do produto interno bruto de diversos países, bem como quedas drásticas na produção industrial, preços de ações, e em praticamente todo indicador de atividade econômica, em diversos países no mundo. O dia 24 de outubro de 1929 é considerado popularmente o início da Grande Depressão, mas a produção industrial americana já havia começado a cair a partir de julho do mesmo ano, causando um período de leve recessão econômica que se estendeu até 24 de outubro, quando valores

são do nazi-fascismo¹², crescimento da influência comunista, Segunda Guerra Mundial¹³, dominação americana no hemisfério ocidental e guerra fria¹⁴. Tudo isso impactou internamente. Getúlio foi um governante que praticamente não viajou para o exterior. Recebeu

de ações na bolsa de valores de Nova Iorque, a New York Stock Exchange, caíram drasticamente, desencadeando a Quinta-Feira Negra. Assim, milhares de acionistas perderam, literalmente da noite para o dia, grandes somas em dinheiro. Muitos perderam tudo o que tinham. Essa quebra na bolsa de valores de Nova Iorque piorou drasticamente os efeitos da recessão já existente, causando grande deflação e queda nas taxas de venda de produtos, que por sua vez obrigaram o fechamento de inúmeras empresas comerciais e industriais, elevando assim drasticamente as taxas de desemprego. O colapso continuou na segunda-feira negra (o dia 28 de outubro) e terça-feira negra (o dia 29). (Nota da **IHU On-Line**)

12 Nazismo: conhecido oficialmente na Alemanha como Nacional-Socialismo (em alemão: Nationalsozialismus), é a ideologia praticada pelo Partido Nazista da Alemanha, formulada por Adolf Hitler e adotada pelo governo da Alemanha de 1933 a 1945. Esse período ficou conhecido como Alemanha Nazista ou Terceiro Reich. É considerado um movimento essencialmente de extrema-direita. Os nazistas foram um dos vários grupos históricos que utilizaram o termo “nacional-socialismo” para descrever a si mesmos e, na década de 1920, tornaram-se o maior grupo da Alemanha. Os ideais do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (Partido Nazista) são expressos no seu “Programa de 25 Pontos”, proclamado em 1920. Entre os elementos-chave do nazismo, há o antiparlamentarismo, o pangermanismo, o racismo, o coletivismo, a eugenia, o antisemitismo/antijudaísmo, o anticomunismo, o totalitarismo e a oposição ao liberalismo econômico e político. (Nota da **IHU On-Line**)

13 Segunda Guerra Mundial: conflito iniciado em 1939 e encerrado em 1945. Mais de 100 milhões de pessoas, entre militares e civis, morreram em decorrência de seus desdobramentos. Opôs os Aliados (Grã-Bretanha, Estados Unidos, China, França e União Soviética) às Potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). O líder alemão Adolf Hitler pretendia criar uma “nova ordem” na Europa, baseada nos princípios nazistas da superioridade alemã, na exclusão – eliminação física incluída – de minorias étnicas e religiosas, como os judeus, ciganos e homossexuais, na supressão das liberdades e dos direitos individuais e na perseguição de ideologias liberais, socialistas e comunistas. Essa ideologia culminou com o Holocausto. (Nota da **IHU On-Line**)

14 Guerra Fria: nome dado a um período histórico de disputas estratégicas e conflitos entre Estados Unidos e União Soviética, que gerou um clima de tensão que envolveu países de todo o mundo. Estendeu-se entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a queda da União Soviética (1991). (Nota da **IHU On-Line**)

muitos chefes de Estado, mas não viajou. Não por restrições idiomáticas. Falava correntemente espanhol e francês. Para o inglês tinha uma tradutora de toda confiança: sua filha Alzira.

Com relação a Mussolini¹⁵, creio que além da admiração que na época o fascismo italiano despertou em muita gente (caso de João Neves da Fontoura¹⁶ e Lindolfo Collor¹⁷, por exemplo) pode lhe ter interessado mais a organização

15 Benito Mussolini (1883-1945): jornalista e político italiano, governou a Itália com poderes ditatoriais entre 1922 e 1943, autodenominando-se Il Duce, que significa em italiano “o condutor”. Baseando-se numa filosofia política teoricamente socialista, conseguiu a adesão dos militares descontentes e de grande parte da população, alargou os quadros e a dimensão do partido. Após um período de grandes perturbações políticas e sociais, quando alcançou grande popularidade, guindou-se a chefe do partido, e em 1922 organizou a famosa marcha sobre Roma, um golpe de propaganda. Usando as suas milícias para instigar o terror e combater abertamente os socialistas, conseguiu que os poderes investidos o nomeassem para formar governo. Foi nomeado Primeiro Ministro pelo rei Vítor Manuel III, alcançando a maioria parlamentar e, consequentemente, poderes absolutos. (Nota da **IHU On-Line**)

16 João Neves da Fontoura (1887-1963): um advogado, diplomata, jornalista, político e escritor brasileiro, nascido em Cachoeira do Sul, estado do Rio Grande do Sul. Além disso, foi deputado federal, ministro das Relações Exteriores durante os governos de Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra, embaixador do Brasil em Portugal entre 1943 e 1945, membro da Academia Brasileira de Letras e membro correspondente da Academia das Ciências de Lisboa. Recebeu o título de Doutor Honoris Causa da Universidade de Columbia e a Ordem do Congresso Nacional. Faleceu em 1963 no Rio de Janeiro, aos 75 anos de idade. (Nota da **IHU On-Line**)

17 Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor (1890-1942): jornalista e político brasileiro, nascido em São Leopoldo, Rio Grande do Sul. Seu neto, Fernando Collor de Mello, foi presidente do Brasil, de 1990 a 1992. Sua estreia na política se daria em 1921, quando foi eleito deputado estadual, ao lado de João Neves da Fontoura e Getúlio Dorneles Vargas integrou a Assembleia Legislativa gaúcha, onde foi relator da Comissão de Orçamento. A passagem de Collor pelo Ministério do Trabalho durou apenas 15 meses, de dezembro de 1930 a março de 1932, durante os quais redigiu toda a estrutura da nossa legislação social. Norteado por algumas das legislações trabalhistas europeias e, dentro de um esclarecido ecumenismo, pela Encíclica Rerum Novarum, de Leão XIII. Collor elaborou 12 decretos-leis acompanhados de Exposições de Motivos que apontam a sua oportunidade em face da evolução do pensamento de proteção ao operariado em todos os países mais adiantados do mundo. (Nota da **IHU On-Line**)

do corporativismo do que a figura do “duce”. Já no que diz respeito aos Aliados¹⁸, fica muito patente em seu diário a simpatia por Roosevelt¹⁹ em sua visita ao Brasil e, mesmo nos momentos dos discursos mais “autoritários” ou quase-fascistas, ele está mais afirmando que o momento é para “governos fortes” ou os “limites do liberalismo” para sanar a crise, do que um posicionamento antiamericano e pró-Eixo²⁰. Com Perón²¹, já nos anos 1950, foi construída uma associação com base na vinculação dos sindicatos ao Estado, orquestrada pela UDN²², que via comunis-

18 Aliados: termo utilizado comumente, inclusive por historiadores, para se referir aos países que se aliaram com os Estados Unidos e Reino Unido, na Primeira e Segunda Guerra Mundial, contra a Alemanha e os países que a ela haviam se aliado. (Nota da **IHU On-Line**)

19 Franklin Delano Roosevelt (1882-1945): 32º presidente dos Estados Unidos. Realizou quatro mandatos e morreu durante o último. Durante sua estadia na Casa Branca enfrentou o período da Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial. (Nota da **IHU On-Line**)

20 Eixo: também conhecidas como Aliança do Eixo, Nações do Eixo ou apenas Eixo, foram um dos adversários da Segunda Guerra Mundial. Seus inimigos eram as forças Aliadas. O Eixo dizia-se parte de um processo revolucionário que visava quebrar a hegemonia plutocrática-capitalista do Ocidente e defender a civilização do comunismo. (Nota da **IHU On-Line**)

21 Juan Domingo Perón (1895-1974): militar e político argentino, presidente de seu país de 1946 a 1955 e de 1973 a 1974. Foi líder do Movimento Nacional Justicialista. Genericamente, esse Movimento é chamado peronismo. Os ideais são baseados no pensamento de Perón. O Movimento Justicialista transformou-se, mais tarde em Partido Justicialista, que é a força política majoritária na Argentina. Os ideais do peronismo se encontram nos diversos escritos de Perón como “La Comunidad Organizada”, “Conducción Política”, “Modelo Argentino para un Proyecto Nacional”, entre outros, onde estão expressos a filosofia e doutrina política que continuam orientando o pensamento acadêmico e a vida política da segunda maior nação sul-americana. (Nota da **IHU On-Line**)

22 União Democrática Nacional – UDN: partido político brasileiro fundado em 7 de abril de 1945, frontalmente opo- sitor às políticas e à figura de Getúlio Vargas e de orientação conservadora. O “udenismo” caracterizou-se pela defesa do liberalismo clássico e da moralidade, e pela forte oposição ao populismo. Além disso, algumas de suas bandeiras eram a abertura econômica para o capital estrangeiro e a valorização da educação pública. O partido detinha forte apoio das classes médias urbanas e de alguns setores da elite. Concorreu às eleições presi-

mo em tudo. Claro que os governos de Brasil e Argentina traziam uma base popular que permitia a associação.

IHU On-Line - Faz sentido associar a Era Vargas ao Lulismo? Por quê?

Maria Izabel Noll - Sim e não. Sim porque em seus governos o país passou por grandes mudanças no que se refere a processos de inclusão social e incorporação ao mercado de camadas antes não participantes. No caso de Vargas, a urbanização e industrialização, juntamente com a legislação trabalhista (salário mínimo, férias, aposentadoria...) mudaram as bases das relações de trabalho e criaram um processo de expansão que

“
A maior capacidade de Getúlio era observar para que lado iam os acontecimentos e, se colocados à frente, liderá-los

durou até o final dos anos 1970. A Era Lula resgatou a chamada “dívida social histórica” do Brasil ao instituir políticas de distribuição de renda e de combate à fome que acabaram por incluir no mercado milhões de consumidores, o que garantiu, também, crescimento econômico. São, portanto, processos similares no sentido de que incluíram parcelas relevantes da população ao mercado de bens de

denciais de 1945, 1950, e de 1955 postulando o brigadeiro Eduardo Gomes nas duas primeiras e o general Juarez Távora na última, perdendo nas três ocasiões. Em 1960, apoiou Jânio Quadros (que não era filiado à UDN), obtendo assim uma vitória histórica. (Nota da **IHU On-Line**)

consumo, mas principalmente ao mercado de direitos sociais.

Não, porque são processos diferentes em sua dimensão e durabilidade. O período que vai de 1935 a 1960 é de expansão constante em todos os sentidos. Em 25 anos o país muda radicalmente. É difícil de comparar, pois, nesse lapso de tempo, temos vários regimes políticos, vamos da ditadura à democracia; num quadro econômico internacional altamente promissor, tanto na Europa como nos Estados Unidos. A chamada Era Lula, já sabemos agora, está situada entre os anos de 2004 e 2010, um pouco mais, provocou mudanças radicais, mas mostrou limites. Apesar de suas marcas serem evidentes e algumas delas muito difíceis de serem revertidas por uma eventual oposição ao modelo.

Além do mais, as duas figuras - Getúlio e Lula - representam modelos bem diferentes de “cultura política”. Apesar de pernambucano, Lula é essencialmente paulista. E Getúlio era um gaúcho da fronteira que sabia perfeitamente o que isso significava. O Rio Grande do Sul é brasileiro por opção.

IHU On-Line - Que associações são possíveis de se fazer entre o populismo e a emergência das figuras de Getúlio Vargas e Lula?

Maria Izabel Noll - O conceito de populismo perdeu muito de sua capacidade explicativa ao ser utilizado para personagens e momentos muito diferentes entre si. Getúlio se tornou, ao longo do tempo, um líder popular, de massas. Lula tem essa dimensão e seu discurso, assim como o era o de Brizola²³, pode

23 Leonel de Moura Brizola (1922-2004): político brasileiro, nascido em Carazinho, no Rio Grande do Sul. Foi prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul, deputado federal pelo extinto estado da Guanabara e duas vezes governador do Rio de Janeiro. Sua influência política no Brasil durou aproximadamente 50 anos, inclusive enquanto exilado pelo Golpe de 1964, contra o qual foi um dos líderes da resistência. Por várias vezes foi candidato a presidente do Brasil, sem sucesso, e fundou um partido político, o PDT. Sobre Brizola, confira a primeira edição dos **Cadernos IHU em formação** intitulado *Populismo e trabalho*.

articular movimentos políticos e massas com muito êxito.

IHU On-Line - Quais as semelhanças e distinções entre o nacional-desenvolvimentismo, presente na Era Vargas, e o neodesenvolvimentismo, marca dos governos petistas?

Maria Izabel Noll - O nacional-desenvolvimentismo que caracterizou o pós-guerra e os anos 1950 e 1960 estava atrelado a uma teoria, o modelo cepalino²⁴, que se dispunha a pensar projetos centrados no desenvolvimento industrial para os países latino-americanos com alta participação do Estado como agente indutor. Foi fundamental para a transformação do Brasil em uma grande economia. O chamado neodesenvolvimentismo da Era Lula ainda está em teste. Foi uma resposta às políticas neoliberais implementadas nos anos 1990 pelo PSDB, principalmente, e mostrou que em economias como a brasileira o Estado ainda é um ator fundamental e que apenas o mercado não alavanca os processos de desenvolvimento econômico.

IHU On-Line - Como compreender o que está por trás da fala do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1994, quando disse que “a Era Vargas acabou”? E o que está por trás dessa mesma frase repetida agora, no governo

Getúlio Vargas e Leonel Brizola, disponível em <http://bit.ly/ihuemo1>. Leia também a **IHU On-Line** intitulada *Leonel de Moura Brizola 1922-2004*, disponível em <http://bit.ly/ihuon107>. (Nota da **IHU On-Line**)

24 Cepal – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (português brasileiro) ou Comissão Econômica para a América Latina e Caraíbas (português europeu): criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus membros. Ela é uma das cinco comissões econômicas da Organização das Nações Unidas (ONU) e possui 44 estados e oito territórios não independentes como membros. Além dos países da América Latina e Caribe, fazem parte da CEPAL o Canadá, França, Japão, Países Baixos, Portugal, Espanha, Reino Unido, Itália e Estados Unidos da América. A atual secretária-executiva da CEPAL é a economista mexicana Alicia Bárcena. (Nota da **IHU On-Line**)

de Michel Temer, pelo ministro da Casa Civil Eliseu Padilha?

Maria Izabel Noll - A preocupação em acabar com a Era Vargas me parece uma coisa tipicamente paulista. No fundo há uma incongruência, pois a região que mais se beneficiou com o modelo desen-

“
As travas que em geral têm impedido mudanças no Brasil dizem respeito aos limites que a sociedade possui de aceitar mudanças ou perda de privilégios

volvido durante a Era Vargas foi São Paulo. No fundo eles querem dizer que São Paulo é moderno, se rege pela lógica do mercado e que o setor privado é o grande motor do desenvolvimento. Até acho que São Paulo é o que de mais moderno nós produzimos, mas as evidências de que não precisamos do Estado (governo federal) não se sustentam quando olhamos a realidade.

O capitalismo brasileiro vive dos recursos do Estado, todos os escândalos que temos presenciado ultimamente não evidenciam outra coisa. Não interessa qual partido está no poder. O empresariado negocia e corrompe para praticamente zerar a competição. Então, o discurso fica bastante hipócrita, pois dizer que vai acabar com a Era Vargas insinua que esse modelo de fazer política é intrinsecamente corrupto e que um novo modelo será “limpo”, isento e o mercado regulará tudo. Só que quando os portadores desse discurso chegam ao poder, a mesma coisa acontece,

veja-se o número de escândalos no governo estadual de São Paulo.

Há no Brasil uma diferenciação entre dois discursos, dois grupos políticos, duas maneiras de pensar a própria sociedade. A Era Vargas (ou as associações que a ela são feitas) é criticada por gastos sociais excessivos, direitos trabalhistas, maior protagonismo estatal e acesso mais democrático às instâncias de poder. Há problemas com esse modelo? Claro que há, mas não existem modelos perfeitos. Quando há uma redução nos recursos disponíveis pelo Estado, esses gastos passam a ser vistos como comprometedores do desenvolvimento e o outro grupo se legitima com propostas de “colocar a casa em ordem”. Leia-se: reduzir os gastos sociais. Lembra um pouco a velha história do Delfim Netto²⁵ durante a ditadura: primeiro tem que fazer o bolo para depois repartir. Só que o bolo nunca era repartido. Ou era repartido entre alguns escolhidos.

IHU On-Line - Existem, de fato, herdeiros do projeto político de Getúlio Vargas?

Maria Izabel Noll - Não. A política mudou muito.

IHU On-Line - As travas que impediram as profundas mudanças

25 Antônio Delfim Netto (1928): economista, professor universitário e político brasileiro. Foi membro da Equipe de Planejamento do Governo Paulista de Carlos Alberto de Carvalho Pinto em 1959, Membro do Conselho Consultivo de Planejamento (CONSPLAN), órgão de assessoria à Política Econômica do Governo Castelo Branco em 1965 e do Conselho Nacional de Economia no mesmo ano. Foi secretário de Fazenda do Governo Paulista de Laudo Natel nos anos de 1966 e 1967, nomeado Ministro da Fazenda nos anos de 1967 a 1974 e Embaixador do Brasil na França entre 1974 e 1978, nomeado Ministro da Agricultura em 1979 e do Planejamento de 1979 a 1985. Deputado Constituinte por São Paulo de 1987 a 1988 e Deputado Federal por São Paulo desde 1988. Em junho de 2016, foi intimado pela Polícia Federal, pela delegada da Operação Lava Jato, para prestar esclarecimentos aos investigadores sobre por que recebeu, segundo seu sobrinho, R\$ 240 mil em dinheiro vivo entregues pelo “departamento de propina” da maior empreiteira do país em 22 de outubro de 2014 no escritório do advogado e sobrinho do ex-ministro Luiz Appolonio Neto, na capital paulista. (Nota da **IHU On-Line**)

sociais no Brasil de Vargas são as mesmas que impediram a continuidade do governo petista, dito como progressista? E que travas são essas?

Maria Izabel Noll - As travas que em geral têm impedido mudanças no Brasil dizem respeito aos limites que a sociedade possui de aceitar mudanças ou perda de privilégios. Se pensarmos que o Brasil foi o último país a abolir a escravidão e, quando o fez, abandonou a população negra à sua sorte, dá para entender. Não adianta um governo ser progressista se a sociedade não o é. Numa democracia fica mais difícil acusar. Os deputados e senadores que votaram o afastamento da presidente Dilma foram eleitos, não chegaram lá sozinhos. Podemos questionar as regras eleitorais, mas isso explica detalhes e não a totalidade.

IHU On-Line - Como a senhora lê a esquerda no Brasil de hoje? Qual a identidade partidária que

melhor compreende movimentos sociais, como junho de 2013 e mesmo a ocupação de escolas por estudantes secundaristas?

Maria Izabel Noll - Qualquer leitura sobre as últimas mudanças, seja sobre junho de 2013²⁶ ou sobre

26 Junho de 2013: os protestos no Brasil em 2013, também conhecidos como Manifestações dos 20 centavos, Manifestações de Junho ou Jornadas de Junho, foram várias manifestações populares por todo o país que inicialmente surgiram para contestar os aumentos nas tarifas de transporte público, sobretudo nas principais capitais. São as maiores mobilizações no país desde as manifestações pelo impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello em 1992, e chegaram a contar com até 84% de simpatia da população. Inicialmente restrito a pouco milhares de participantes, os atos pela redução das passagens nos transportes públicos ganharam grande apoio popular em meados de junho, em especial após a forte repressão policial contra os manifestantes, cujo ápice se deu no protesto do dia 13 em São Paulo. Quatro dias depois, um grande número de populares tomou parte das manifestações nas ruas em novos diversos protestos por várias cidades brasileiras e até do exterior. Em seu ápice, milhões de brasileiros estavam nas ruas protestando não apenas pela redução das tarifas e a violência policial, mas também por uma grande variedade de temas

a ocupação das escolas²⁷, ainda é prematura e carece de dados. Há fatores de comunicação entre esses grupos que envolvem novas mídias, interesses imediatos e visão da política fora da mediação dos partidos que torna difícil uma análise mais séria. Há uma mudança em processo. Até agora os partidos, o governo - o que saiu e o que aí está - não entenderam nada. O que sairá de tudo isso só o futuro nos dirá. ■

como os gastos públicos em grandes eventos esportivos internacionais, a má qualidade dos serviços públicos e a indignação com a corrupção política em geral. Os protestos geraram grande repercussão nacional e internacional. Sobre o tema, confira a edição 193 dos **Cadernos IHU ideias**, intitulada *#VEMpraRUA: Outono Brasileiro? Leituras*, disponíveis em <http://bit.ly/2aVdHxw>. (Nota da **IHU On-Line**)

27 O sítio do IHU vem publicando diversos materiais que refletem sobre as ocupações nas escolas. Entre esses, destacamos "Ocupações das escolas no RS: da criminalização à constituição de novos movimentos". Entrevista especial com José Carlos Sturza de Moraes, publicada nas Notícias do Dia de 04-08-2016, disponível em <http://bit.ly/2bA2L98>. (Nota da **IHU On-Line**)

LEIA MAIS...

- *Dilma é eleita a primeira presidenta do Brasil.* Entrevista especial com Maria Izabel Noll publicada nas **Notícias do Dia**, de 01-11-2010, disponível em <http://bit.ly/2aAkHwE>.
- *As eleições municipais no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. Um novo desafio para a esquerda brasileira.* Entrevista especial com Maria Izabel Noll e Ivo Lesbaupin publicada nas **Notícias do Dia**, de 11-10-2008, disponível em <http://bit.ly/2aOtwXf>.
- *"Somos mais iguais aos nossos concidadãos do que pensávamos".* Entrevista especial com Maria Izabel Noll publicada na revista **IHU On-Line**, nº 264, de 30-06-2008, disponível em <http://bit.ly/2aAjQMA>.
- *Os cem dias do governo Yeda. Uma análise.* Entrevista especial com Maria Izabel Noll publicada nas **Notícias do Dia**, de 30-04-2007, disponível em <http://bit.ly/2aOsL0z>.

ME
TRÓ
POLES

4º CICLO DE ESTUDOS

POLÍTICAS PÚBLICAS E
TECNOLOGIAS DE
GOVERNO

TERRITÓRIOS,
GOVERNAMENTO DA VIDA
E O COMUM

26 DE SETEMBRO A
23 DE NOVEMBRO DE 2016

Católicos em rede: de ouvintes a produtores da palavra de fé

Moisés Sbardelotto analisa o “ser católico” em um tempo de ressignificação de locais de fala constituídos a partir da experiência das relações em redes sociais

Por João Vitor Santos

A Igreja Católica nunca quis ficar atrás em termos de aparatos comunicacionais. Tão logo o rádio se faz veículo, em 1931 é fundada a Rádio Vaticana. Antes, ainda em 1896, um papa já tinha sua imagem registrada em filme. Televisão e internet também foram sendo “dominados” pela Santa Sé com o objetivo de espalhar os princípios do Evangelho pelas mais diversas formas. Porém, como fez em outros lugares, a chegada das redes sociais como meio comunicacional reorganiza relações sociais e políticas. Assim, na Igreja, proporciona uma espécie de realinhamento nesse ofício de “anúncio da palavra”. “Nos processos midiáticos em rede, surge um novo posicionamento dos fiéis, dos ‘leigos’, não apenas como meros ‘ouvintes da Palavra’, mas também como possíveis ‘produtores de uma palavra’ sobre a fé”, explica o doutor em Comunicação Moisés Sbardelotto.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Sbardelotto analisa como essa experiência das redes sociais vai não só mudando a relação entre Igreja e seus fiéis, mas vai também constituindo outro modo de “ser católico”. “Para além de uma prática ritual de fé, emergem práticas comunicacionais midiáticas sobre a religião, que produzem (micro)transformações no próprio catolicismo, cuja construção comum é reivindicada pelos diversos interagentes em rede”, analisa. O pesquisador também reflete como se dá a

relação entre a tradição católica - e da Igreja como um todo - e a mudança, a atualização para esse outro momento. “O catolicismo, na era digital, continua se manifestando como historicamente enraizado e institucionalmente estruturado, mas também como simbolicamente fluido e comunicacionalmente ressignificado”, aponta.

Moisés Sbardelotto, graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, mestre e doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, com estágio doutoral na Università di Roma “La Sapienza”, na Itália. Autor de *E o Verbo se fez bit: A comunicação e a experiência religiosas na internet* (São Paulo: Santuário, 2012).

Foi membro da Comissão Especial para o Diretório de Comunicação para a Igreja no Brasil, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB. Entre 2008 e 2012, trabalhou no Instituto Humanitas Unisinos - IHU.

No próximo dia 1º de setembro proferirá a conferência “**E o Verbo se fez rede**”: **religiosidades em reconstrução no ambiente digital**, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU, às 17h30min.

Saiba mais em ihu.unisinos.br/ eventos

Confira a entrevista.



Embora guardiã de uma tradição multissecular, a Igreja também conseguia falar as novas linguagens e ‘traduzir a tradição’.

IHU On-Line - Quais as diferenças nas experiências religiosas em ambiente digital na época de sua primeira pesquisa, “E o Verbo se fez bit: uma análise da experiência religiosa na internet”¹, e na sua recente pesquisa “E o Verbo se fez rede: uma análise da circulação do ‘católico’ em redes comunicacionais online”²?

Moisés Sbardelotto - A pesquisa “E o Verbo se fez bit”, foi realizada em um momento em que as chamadas “redes sociais digitais” ainda não tinham a dimensão que têm hoje. Na época, percebíamos que, com o desenvolvimento cada vez mais acelerado das mídias digitais, a internet passava a ser um ambiente para as mais diversas práticas religiosas. Inúmeros sites vinculados ao catolicismo ofereciam diversas possibilidades de experiência religiosa via internet, fora do âmbito tradicional do templo, mediante serviços e rituais religiosos disponibilizados nas chamadas “capelas virtuais”. Nesses ambientes, além de mera “informação” sobre a religião, também se promovia e se incentivava uma “relação pessoal” com o sagrado no contexto digital, em um novo ambiente de culto. Assim, tentamos compreender como se dá essa “encarnação em bits e pixels” da experiência do sagrado, analisando as interações comunicacionais em rituais online do ambiente digital católico brasi-

leiro, voltados à vivência, à prática e à experiência da fé.

Com o passar dos anos, passamos a perceber outros “sinais dos tempos” desse processo de midiática digital da religião, que apontavam para as diferenças mencionadas na pergunta. De um lado, o então Papa Bento XVI³, eleito em 2005, primeiro pontífice de uma era marcadamente digital, mostrava, em suas mensagens anuais para o Dia Mundial das Comunicações Sociais, estar disposto a configurar uma nova presença da Igreja Católica no contexto midiático digital. Os títulos de algumas dessas mensagens já nos dão uma ideia disso: “Novas tecnologias, novas relações. Promover uma cultura de respeito, de diálogo, de amizade” (2009); “O sacerdote e a pastoral no mundo digital: os novos *media* ao serviço da Palavra” (2010); “Verdade, anúncio e autenticidade de vida, na era digital” (2011); “Redes Sociais: portais de verdade e de fé; novos espaços de evangelização” (2013).

A conclusão do papa era, ao mesmo tempo, de uma *mudança cultural* e de uma *defasagem eclesial*. Dizia ele: “A profunda transformação operada no campo das comunicações guia o fluxo de grandes mudanças culturais e sociais” (2011), das quais os jovens são sinais e portadores ao habitarem “um mundo

digital que, entretanto, para nós, adultos [e também para a Igreja, portanto] muitas vezes parece estranho” (2009).

Reforma digital

Assim, com o avanço da midiática em suas especificidades digitais, vemos que a instituição Igreja se defronta com uma “Reforma digital”, como afirma a teóloga estadunidense Elisabeth Drescher⁴. Trata-se de um processo que envolve ações de acesso, criação, armazenamento, gestão, distribuição e consumo de informações sobre o sagrado voltadas à experiência religiosa, não mais realizadas apenas pelo clero e por peritos teológicos, mas também por fiéis comuns, comunicacionalmente autonomizados e conectados, que se apropriam das mídias digitais para ressignificar publicamente os mais diversos aspectos da vida de fé.

Diante dessa “Reforma digital” vivida no âmbito sociocultural, a Igreja, especialmente nas reflexões papais, se posicionou com o apelo a uma espécie de “Contrarreforma digital”. Alguns exemplos. Na mensagem de 2009, o papa fez um chamado direto aos “jovens católicos”, pedindo-lhes para se sentirem “comprometidos”: “A vocês, jovens, (...) compete de modo particular a tarefa da evangelização desse ‘continente digital’”. No ano seguinte, Bento XVI conclamou especificamente o clero: “Aos presbíteros é pedida a capacidade de estarem presentes no mundo digital”, especialmente diante das suas “perspectivas sempre novas e, pastoralmente, ilimitadas” para a missão da Igreja. Assim, o então pontífice católico reconhecia os desafios que a comunicação contemporânea levantava diante da Igreja e convocava seus “quadros” internos (o clero) e também as suas “bases” (os jovens) a um posicionamento e a uma resposta concreta.

1 A dissertação de mestrado está disponível em <http://bit.ly/2bz7oyW>. Com o mesmo título, o autor também publicou artigo no Cadernos IHU, número 35, disponível em <http://bit.ly/2bA4ewh> (Nota da IHU On-Line)

2 A tese de doutorado está disponível em <http://bit.ly/2bHxP7p>. (Nota da IHU On-Line)

3 **Bento XVI**, nascido **Joseph Aloisius Ratzinger** (1927): foi papa da Igreja Católica e bispo de Roma de 19 de abril de 2005 a 28 de fevereiro de 2013, quando oficializou sua abdicação. Desde sua renúncia é Bispo emérito da Diocese de Roma, foi eleito, no conclave de 2005, o 265º Papa, com a idade de 78 anos e três dias, sendo o sucessor de João Paulo II e sendo sucedido por Francisco. (Nota da IHU On-Line)

4 **Elisabeth Drescher**: PhD em religião, trabalha com a temática religião na vida cotidiana, professora no Departamento de Estudos Religiosos da Universidade de Santa Clara, nos Estados Unidos. (Nota da IHU On-Line)

Isso passou a se concretizar em práticas comunicacionais específicas, como em 2011, quando o Papa Bento XVI lançou mundialmente o portal *News.va*, uma iniciativa da Santa Sé para buscar uma maior inserção da Igreja nas plataformas sociodigitais, como Facebook e Twitter. No evento de lançamento, em uma Sala Paulo VI lotada, o pontífice sentou-se na frente de um táblete, tocou na sua tela e enviou o primeiro “tuíte papal” da história⁵, que, ao mesmo tempo, inaugurou o serviço *News.va*. O momento foi registrado em vídeo⁶, e, nas imagens registradas, fica clara a curiosidade papal diante da “novidade” da comunicação midiática digital, assim como a dificuldade de manuseio da tecnologia para o envio da mensagem - o seu dedo, quase trêmulo, ao pressionar a tela do táblete, não ativa o software na primeira tentativa.

O tuíte papal

Esse tuíte papal, marcado pelo ineditismo e contemporaneidade da modalidade comunicacional, detinha um relevante caráter histórico entre os principais gestos comunicacionais da Igreja Católica ao longo da história - talvez comparável à primeira imagem registrada em filme de um papa, Leão XIII⁷, em 1896; ou à primeira transmissão da voz papal no rádio, em 1931, quando foi fundada a Rádio Vaticano por Pio XI⁸; ou mesmo à primeira transmissão de imagens papais na televisão, em 1949,

5 Disponível em: <http://bit.ly/2b6fFdM>. (Nota do entrevistado)

6 Disponível em: <http://bit.ly/2bzalOe>. (Nota do entrevistado)

7 Leão XIII (1810-1903): nascido *Vincenzo Gioacchino Raffaele Luigi Pecci*. Foi Papa de 20 de fevereiro de 1878 até a data da sua morte. Notabilizou-se primeiramente como popular e bem sucedido Arcebispo de Perugia, o que conduziu a sua nomeação como Cardeal em 1853. Ficou famoso como o “papa das encíclicas”. A mais conhecida de todas, a *Rerum Novarum*, de 1891, sobre os direitos e deveres do capital e trabalho, introduziu a ideia da subsidiariedade no pensamento social católico. (Nota da IHU On-Line)

8 Papa Pio XI (1857-1939): nascido *Ambrogio Damiano Achille Ratti*, foi Papa entre 6 de fevereiro de 1922 e a data da sua morte. (Nota da IHU On-Line)

com Pio XII⁹; ou ainda ao primeiro e-mail enviado por um papa, João Paulo II¹⁰, com uma mensagem internet aos bispos da Oceania, em 1995.

A ideia parecia ser a de mostrar que, embora guardiã de uma tradição multissecular, a Igreja também conseguia falar as novas linguagens e “traduzir a tradição”, como afirma o teólogo italiano *Andrea Grillo*¹¹, nas modalidades comunicacionais contemporâneas. E assim chegamos a 2016, com a inauguração da primeira conta pontifícia no Instagram, @Franciscus, em que um pontífice adentra um ambiente cujo lema é construir “um mundo mais conectado através das fotos”. Essa missão “externa”, portanto, é assumida pelo pontífice nesse gesto comunicacional.

A forasteira

Contudo, em tais ambientes “seculares”, sem qualquer vínculo direto com o contexto religioso, isso significa, para a instituição e sua hierarquia, abrir mão do seu poder de controle sobre a construção de sentido sobre o papa e o catolicismo, pois, agora, é necessário obedecer a protocolos outros, indicados por instituições outras (as empresas Facebook, Twitter, Instagram) e pela complexidade da so-

9 Papa Pio XII (1876-1958): nascido *Eugenio Maria Giuseppe Giovanni Pacelli*, foi eleito Papa em 2 de março de 1939. Foi o primeiro Papa nascido na cidade de Roma desde 1724. (Nota da IHU On-Line)

10 Papa João Paulo II (1920-2005): Sumo Pontífice da Igreja Católica Apostólica Romana e soberano da Cidade do Vaticano de 16 de Outubro de 1978 até à sua morte. Teve o terceiro maior pontificado documentado da história, reinando por 26 anos, depois dos papas São Pedro, que reinou por cerca de 37 anos, e Pio IX, que reinou por 31 anos. Foi o único Papa eslavo e polaco até a sua morte, e o primeiro Papa não italiano desde o neerlandês Papa Adriano VI em 1522. Nota da IHU On-Line)

11 **Andrea Grillo**: é teólogo italiano, leigo, casado, especialista em liturgia e pastoral. Doutor em teologia pelo Instituto de Liturgia Pastoral, de Pádua, é professor do Pontifício Ateneu Santo Anselmo, de Roma, do Instituto Teológico Marchigiano, de Ancona, e do Instituto de Liturgia Pastoral da Abadia de Santa Giustina, de Pádua. Também é membro da Associação Teológica Italiana e da Associação dos Professores de Liturgia da Itália. (Nota da IHU On-Line)

cidade em conexão, em um processo em que as pessoas também vão moldando os protocolos de suas interações (como uma espécie de “etiqueta comunicacional” própria de cada plataforma). A Igreja Católica, portanto, adentra aos poucos, como “forasteira”, em um “território midiático” que não é mais o próprio, mas possui suas próprias regularidades, que, ao emergirem de modo complexo, vão além da possibilidade institucional eclesial de geri-las de acordo com seus interesses.

O sagrado em circulação

Nesse contexto, vão surgindo também inúmeras outras expressões públicas sobre o catolicismo nas plataformas sociodigitais, seja mediante tuítes, postagens, comentários e compartilhamentos; seja ainda pela criação de grupos e páginas públicas em tais plataformas dedicadas ao catolicismo, sem vinculação institucional, por parte de pessoas comuns, a partir dos mais variados pontos de vista, sem qualquer vinculação oficial com a instituição-Igreja. Assim, criam-se ambientes públicos de circulação de sentidos sobre o catolicismo (potencialmente sem limites de alcance social “massivo”), em que as pessoas “dizem” o catolicismo midiaticamente à sociedade, postando conteúdos diversos (textos, imagens, vídeos) vinculados à tradição e à doutrina da Igreja Católica, indo muito além da mediação tradicional da “grande mídia” (entendida como as corporações midiáticas) também da mediação eclesial tradicional voltada à comunicação. O “sagrado” passa a circular, fluir, deslocar-se nos meandros da internet por meio de uma ação não apenas do âmbito da “produção” eclesial nem só industrial-midiática, mas também mediante uma ação comunicacional dos inúmeros interagentes conectados.

Assim, o sentido do “ser religioso” e do “ser católico” em sociedade, mediante essas novas mediações sociais e comunicacionais, encontra “pontos de fuga”

no processo de circulação social, indo muito além (ou ficando muito aquém) dos interesses eclesiais. A instituição eclesial se defronta com uma construção social de sentidos emergentes, em que as pessoas, nos diversos âmbitos da rede, também podem reconstruir sentidos publicamente sobre o catolicismo em grande alcance e velocidade, em nível global, potencialmente. Nos mais diversos âmbitos da internet, portanto, a instituição eclesial e a sociedade em geral falam sobre o catolicismo, retrabalhando, ressignificando, ressemantizando a experiência, a identidade, o imaginário, as crenças, as práticas, a doutrina, a tradição religiosa, atualizando-os a novos interagentes sociais e a públicos ainda maiores, em uma trama complexa de sentidos.

O católico em rede

O catolicismo em rede, dessa forma, se manifesta mediante uma diversificada e difusa rede de relações entre símbolos, crenças e práticas vinculados à experiência religiosa católica, à tradição histórica do catolicismo ou à instituição Igreja Católica, aquilo que chamamos de “*católico*”. Como produto da interação e da comunicação entre os interagentes sobre o catolicismo, é o “*católico*” que possibilita tal processo de interação e comunicação em rede.

Ou seja, no contexto da nova pesquisa, foi possível perceber que o “*Verbo*”, além de se “*fazer bit*”, também flui, desloca-se, circula pelos meandros da internet mediante infundáveis ações de construção de sentido por parte de inúmeros interagentes em conexão. Portanto, para além do caráter privado da fé online analisada anteriormente nas chamadas “*capelas virtuais*”, desponta hoje, com mais força, o *aspecto público do fenômeno religioso* em circulação comunicacional na internet. Para além da experiência religiosa específica fomentada pelos sites católicos, manifesta-se agora a *experimentação religiosa* diversa e difusa nas mídias digitais. Para além de

uma prática ritual de fé, emergem *práticas comunicacionais midiáticas sobre a religião*, que produzem (micro)transformações no próprio catolicismo, cuja construção comum é reivindicada pelos diversos interagentes em rede.

IHU On-Line - Em que medida é possível afirmar que o velho, a tradição, em específico no caso da Igreja Católica, se atualiza através da perspectiva e da lógica de pensamentos e relações em rede? Como se dá esse processo?

Moisés Sbardelotto - Podemos ter uma ideia da dimensão dessa “atualização” resgatando alguns casos recentes desse processo de “*Contrarreforma digital*”. Desde Leão XIII¹², em 1896, com a primeira imagem filmada de um papa, passamos a contar com “*papas midiáticos*”, que encontraram o seu auge em João Paulo II. Em tais casos, a construção de sentido social sobre a *persona* pontifícia era agenciada pelas operações midiáticas do porta-voz papal, do jornal *L'Osservatore Romano*¹³, da Rádio Vaticano¹⁴, do Centro Televisivo Va-

12 Leão XIII (1810-1903): nascido *Vincenzo Gioacchino Raffaele Luigi Pecci*. Foi Papa de 20 de fevereiro de 1878 até a data da sua morte. Notabilizou-se primeiramente como popular e bem sucedido Arcebispo de Perugia, o que conduziu a sua nomeação como Cardeal em 1853. Ficou famoso como o “*papa das encíclicas*”. A mais conhecida de todas, a *Rerum Novarum*, de 1891, sobre os direitos e deveres do capital e trabalho, introduziu a ideia da subsidiariedade no pensamento social católico. (Nota da IHU On-Line)

13 **L'Osservatore Romano** (em português O Observador Romano): é o periódico semioficial da Santa Sé. Faz a cobertura de todas as atividades públicas do Papa, publica editoriais escritos por membros importantes do clero da Igreja Católica e imprime documentos oficiais depois de autorizados. Seus lemas são: *unicuique suum* (a cada um o seu) e *no praevalerunt* (“Os portões do Inferno” não prevalecerão) os quais estão impressos sob o título na primeira página. O endereço da página em português é osservatoreromano.va/pt. (Nota da IHU On-Line)

14 **Rádio Vaticano**: é a emissora de rádio da Santa Sé que tem por finalidade anunciar a mensagem cristã católica e proporcionar uma união do Vaticano com as demais comunidades cristãs espalhadas pelo mundo. O endereço da página em português é <http://br.radiovaticana.va/>. (Nota da IHU On-Line)

ticano¹⁵ ou do site Vatican.va, enfim, das mídias vaticanas.

Contudo, o avanço do processo de midiatização digital levou a uma grande complexificação desse fenômeno, que encontrou um dos seus marcos no ingresso de Bento XVI no Twitter, com uma conta pessoal própria. Ou seja, não se tratava da conta de um meio de comunicação vaticano (porta-voz, jornal, rádio, TV ou site), mas sim da *presença da própria instância máxima do catolicismo - o pontífice - no Twitter*. Emerge, assim, o primeiro “*papa-mídia*”: a conta @Pontifex aponta, ao mesmo tempo, para uma mídia personificada na pessoa de Bento XVI, e para um papa pessoalmente midiatizado em uma plataforma sociodigital. No Twitter, portanto, a mediação comunicacional Igreja-mundo não se dava mais apenas pelas mídias vaticanas ou externas. Agora, o próprio papa passava a ser *uma mídia em pessoa*, podendo “*criar e compartilhar ideias e informações instantaneamente, sem qualquer barreira*”, como promete a plataforma.

Outro caso extremamente rico, do ponto de vista comunicacional, é a reconstrução digital de um evento único na história da Igreja, como a renúncia do próprio Bento XVI. Se “*traduzir a tradição*” papal ao Twitter já foi uma tarefa árdua, imagine-se a complexidade de traduzir digitalmente uma novidade radical na tradição do papado. É bom lembrar que o mundo ficou sabendo da notícia de antemão via Twitter, porque a jornalista italiana Giovanna Chirri¹⁶, da agência Ansa,

15 **Centro Televisivo do Vaticano (sigla CTV)**: é um canal de televisão instituído em 1983 e que tornou-se, desde Novembro de 1996, num organismo ligado à Santa Sé. O objetivo principal do CTV é contribuir para dar a conhecer universalmente o Evangelho, documentando com imagens televisivas o ministério pastoral do Sumo Pontífice e as atividades da Santa Sé Apostólica (Estatuto de 1 de Junho de 1998). O endereço do sítio é ctv.va e o Canal em português no You Tube por ser acessado em <http://bit.ly/2b6t7vq>. (Nota da IHU On-Line)

16 **Giovanna Chirri**: correspondente do Vaticano da agência de notícias ANSA, é o jornalista que primeiro deu ao mundo a notícia da renúncia do Papa. A partir do escritório de imprensa do Vaticano, ouviu as palavras

acompanhando a transmissão do consistório daquele 11 de fevereiro de 2013 ao vivo e entendendo o que o papa estava lendo em latim, imediatamente disparou o tuíte que provocaria um abalo em todas as redações do mundo: “B16 renuncia. Deixa o pontificado a partir do dia 28 de fevereiro”¹⁷.

Com isso, o Twitter se tornou palco de um debate social de nível mundial sobre o acontecimento, em rede. Marcadores nas mais diversas línguas (como #elpapadimite, #pope, #dimissioniPapa, #Joseph Ratzinger, #Habemus Papam, #Pontificado), relacionados à renúncia, logo subiram aos primeiros lugares da lista dos tópicos mais comentados pelas pessoas no Twitter em todo o mundo, os chamados *Assuntos do Momento* (*Trending Topics*).

Sede Vacante digital e em rede

Depois da saída do papa, coube à Santa Sé reconstruir simbolicamente na plataforma Twitter a “sé vacante digital” do papa. Os tuítes de Bento XVI, então, foram deletados de todas as contas @Pontifex e repassados para um arquivo da página *News.va*, disponível ainda hoje¹⁸. Por sua vez, a Santa Sé modificou a interface da conta, alterando a foto do perfil (não mais uma foto de Bento XVI, mas o brasão da sé vacante) e também o nome do perfil (não mais “Bento XVI”, mas “Sede Vacante”). Assim, uma configuração interna da Igreja (a renúncia de um papa e o trono vazio) foi ressignificada no ambiente digital: a “sé digital” da Igreja também passava a estar vaga.

Contudo, mesmo com a renúncia do papa, a sociedade em geral, na

de Josef Ratzinger, enquanto seguia o Consistório dedicado aos mártires de Otranto a ser contado entre santos 12 de Maio. O sítio do IHU tem publicado alguns textos da jornalista. Entre eles “Bento XVI melhorou sensivelmente sua imagem”, publicada nas Notícias do Dia de 02-05-2012, disponível em <http://bit.ly/2b42jSh>. (Nota da IHU On-Line)

¹⁷ O tuíte original está disponível aqui: <http://bit.ly/2b6j2l8>. (Nota do entrevistado)

¹⁸ Disponível em <http://bit.ly/2bHD6vw>. (Nota do entrevistado).

circulação sociocomunicacional no Twitter, constantemente reatualizava a *imagem* de Bento XVI mediante os rastros de seus tuítes ainda em fluxo nas interações em rede e mediante referências dos diversos usuários à conta @Pontifex. Nos dias em que ficou desativada,

“

O sentido do ‘ser religioso’ e do ‘ser católico’ em sociedade, mediante essas novas mediações sociais e comunicacionais, encontra ‘pontos de fuga’ no processo de circulação social

a conta papal, paradoxalmente, permaneceu “ativa” e “ativada” pelos diversos usuários na circulação comunicacional, continuando a agregar seguidores e a congregar circuitos de produção de sentido. O papa não falaria mais no Twitter, mas as pessoas o faziam falar retomando seus tuítes. Assim, embora já “papa emérito”, retirado e aposentado, Bento XVI continuava sendo “@Pontifex”: não havia mais tuítes oficiais dessa conta, mas sim *a partir dessa conta e sobre ela*, em que os diversos usuários reconstruíam os sentidos já “arquivados” pela Igreja e reforçavam os processos circulatórios na comunicação digital.

Trata-se de apenas alguns casos de um processo muito mais complexo, que reforçam um fenômeno histórico do catolicismo, marcado por “mecanismos de fagocitose que parecem ser parte da identidade católica”, como aponta Pier-

re Sanchis¹⁹. No entanto, é preciso atentar aqui para o *propriamente comunicacional* na construção desses mecanismos no processo de mediação digital da religião. Mais do que perceber mudanças ou rupturas entre um “antes” e um “depois”, é mais produtivo atentar para o *processo comunicacional*, mediante mecanismos de “fagocitose da fagocitose” da identidade católica por parte da sociedade em rede.

Nesse processo, o “católico” só é enquanto está sendo, e só permanece porque muda: e essa tensão de uma “estabilidade dinâmica” ou de uma “dinâmica estável” é principalmente comunicacional. Isto é, na fluidez de símbolos, crenças e práticas católicas em rede, o “católico” se manifesta não apenas como ortodoxia (opinião elevada, direita, correta), mas também como heterodoxia (opinião heterogênea, diversa), como um “estar sendo” do catolicismo, sempre em circulação. Isso leva à própria reconstrução do “católico”, como invenção/produção de algo “novo” (construção) e também como experimentação/transformação de algo já existente (desconstrução).

IHU On-Line - Como se dá a interação entre Igreja e fiéis e entre fiéis e Igreja nos ambientes de redes sociais? Em que medida é possível se falar em abertura da Igreja a partir das experiências de interações em rede com os fiéis?

Moisés Sbardelotto - Para entender tais interações, é importante partir do horizonte reflexivo da própria Igreja. Ainda na mensagem ao Dia Mundial das Comunicações de 2013, Bento XVI reconhecia que as mídias digitais “tornam-se cada vez mais parte do próprio tecido

¹⁹ Pierre Sanchis: antropólogo francês, doutor em Sociologia pela Universidade de Paris, e especialista em antropologia da religião, é professor emérito da UFMG. Confirma no site do Instituto Humanitas Unisinos, a entrevista exclusiva concedida por Sanchis à IHU On-Line: “O campo religioso será ainda hoje o campo das religiões?”. Publicada em 01-12-2006, disponível em <http://bit.ly/kxQIxJ>. (Nota da IHU On-Line)

da sociedade” e percebia nelas “a aparição de uma nova ágora, de uma praça pública e aberta onde as pessoas partilham ideias, informações, opiniões e podem ainda ganhar vida novas relações e formas de comunidade”.

O problema desse processo, segundo o Papa Francisco, em sua mensagem de 2014, é “fechar-se em uma esfera de informações que correspondem apenas às nossas expectativas e às nossas ideias”. Por isso, em termos eclesiais, Bento XVI defendia em 2011 um esforço para dar a conhecer a verdade do Evangelho “na sua integridade” em vez de “torná-la aceitável, talvez ‘mitigando-a’”. Mas como a instituição eclesial pode promover essa “não mitigação da fé”, em meio às diversas e difusas interações comunicacionais em rede?

No seu site institucional²⁰, a Santa Sé encontrou uma saída a esse desafio ao não oferecer nenhuma modalidade de intercâmbio pessoal por parte dos visitantes do site, nem qualquer participação pública dos usuários nos conteúdos da página, como comentários ou outras formas de contato online. Nessas páginas, talvez justamente para conservar a sua “integridade”, só estão presentes as versões oficiais e autorizadas da tradição e da doutrina católicas, sem interferências externas. Na página oficial do Vaticano no YouTube²¹, a Igreja Católica também desativou o campo de comentários de cada vídeo. Tal postura também se repete nas páginas do *News.va*, que não oferece qualquer modalidade de participação pública dos leitores. No Twitter, desde o primeiro dia da presença pontifícia, continua havendo, mesmo com Francisco, somente oito “seguidos” por parte do papa, ou seja, outros usuários de quem o pontífice recebe as atualizações: apenas as oito demais *personas* linguísticas das próprias contas @Pontifex. Isto é, o papa só segue a ele mesmo.

²⁰ Disponível em: www.vatican.va. (Nota do entrevistado).

²¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/user/vatican>. (Nota do entrevistado)

Fechamento e excomunicação

De certa forma, isso leva àquilo que Alexander R. Galloway²², Eugene Thacker²³ e McKenzie Wark²⁴ chamaram de *excommunication*, ou seja, “excomunicação”: a comunicação de que outra comunicação deve cessar, ou não deveria nem existir, ou ainda de que outra comunicação é necessária. Isto é, as páginas institucionais católicas realizam uma “excomunicação” e se fecham a qualquer “perturba-

“

O ‘sagrado’ passa a circular, fluir, deslocar-se nos meandros da internet

ção” externa, impedindo outras comunicações em seu interior. Embora o Twitter sugira que a “verdadeira magia” da plataforma está em seguir outros usuários, ao seguirem apenas as suas demais versões idiomáticas, as contas @Pontifex também “excomunicam” outros possíveis “seguidos”, desviando-se dos usos propostos pela plataforma e consolidados pelos usuários.

²² **Alexander R. Galloway (1974)**: professor e associado do Departamento de Mídia, Cultura e Comunicação na Universidade de Nova York. É bacharel em cultura moderna e mídia pela Universidade Brown, Ph.D. em Literatura da Universidade de Duke. Galloway é conhecido por seus escritos sobre filosofia, teoria da mídia, arte contemporânea, cinema e jogos de vídeo. (Nota da **IHU On-Line**)

²³ **Eugene Thacker**: professor na The New School em Nova York. Seu trabalho é associado com a filosofia do niilismo e pessimismo. Ele recebeu seu diploma de bacharel da Universidade de Washington, e doutorado em Literatura Comparada da Universidade Rutgers. (Nota da **IHU On-Line**)

²⁴ **McKenzie Wark (1961)**: escritor, é conhecido por seus escritos sobre teoria da mídia, teoria crítica, novos meios de comunicação. Seus trabalhos mais conhecidos são o Manifesto Hacker e Teoria Gamer. Ele é professor de Mídia e Estudos Culturais na The New School em Nova York. (Nota da **IHU On-Line**)

Sem dúvida, para toda comunicação há uma excomunicação, e esta também pode se dar mediante uma “não comunicação”, como o silêncio. No caso católico, mesmo havendo a possibilidade de responderem a um tuíte e de participarem de uma conversa no Twitter, as contas @Pontifex nunca estabelecem tais diálogos com outros interagentes em rede, nem mesmo quando a reflexão papal é reconstruída socialmente mediante sentidos fortemente desviantes em relação àquilo que podia ser esperado pela Igreja. Faz-se valer o silêncio pontifício, a escolha imprevista e desviante em relação às práticas comunicacionais e socio-técnicas nesse ambiente online, a excomunicação.

Escapes ao silêncio eclesial

Entretanto, as pessoas também encontram “brechas” e “escapes” às excomunicações eclesiais. Em suas postagens, tuítes, comentários e retuítes, elas podem manifestar suas opiniões pessoais publicamente, muitas vezes com conteúdos desviantes ou até mesmo contrários àquilo que foi proposto pela própria instituição. O fluxo comunicacional da circulação, portanto, não se deixa deter ou delimitar por estruturas ou impedimentos quaisquer e, mesmo diante de obstáculos, encontra outros circuitos para a construção de sentido.

Em conexão, a sociedade se encontra cada vez mais exposta entre si, cada vez mais em relação, com maior frequência e maior intimidade, confrontando opções locais e colocando em debate pontos de vista específicos, mediante a pluralização de opções. Percebe-se aí uma tendência à *relativização*, em sentido comunicacional e eclesial. A visão de mundo do “outro” conectado a mim é mais facilmente reconhecida, para ser compartilhada ou rejeitada. Em sentido religioso, trata-se da reconstrução do “católico” não de forma “ab-soluta”, isto é, desvinculada, desconectada, mas *encarnada em relações*,

em rede e para além delas. Desse modo, o “católico” emerge como *relativo e relacional*, para além de qualquer “abertura” ou “fechamento” eclesial institucional.

IHU On-Line - Quais os pontos que mais lhe chamaram atenção na sua observação da ação de grupos católicos em redes sociais? Em que medida reproduzem e em que medida se afastam do comportamento de outros grupos atuantes em redes sociais?

Moisés Sbardelotto - Nossa pesquisa envolveu, dentre outras coisas, um estudo de casos múltiplos (a conta @Pontifex no Twitter; e as páginas *Rádio Vaticano - Programa Brasileiro*, *Jovens Conectados* e *Diversidade Católica* no Facebook), na busca das especificidades de cada caso e das transversalidades entre eles. Portanto, mais do que uma “comparação” entre os grupos católicos ou não em rede, podemos levantar aqui algumas inferências interpretativas que podem ser generalizadas teoricamente a outras situações, sempre levando-se em conta as particularidades próprias de cada contexto.

Dito isso, o que percebemos em nossas análises é que, nos processos midiáticos em rede, surge um novo posicionamento dos fiéis, dos “leigos”, não apenas como meros “ouvintes da Palavra”, mas também como possíveis “produtores de uma palavra” sobre a fé, que é comunicada em rede, deixando de ser “palavra pessoal” para ser “palavra social”, ao entrar no fluxo da circulação comunicacional midiática. Possibilita-se um maior acesso comunicacional à expertise religiosa e uma multiplicação das zonas de contato entre a instituição e a sociedade. A sociedade ressignifica as plataformas sociodigitais como um espaço alternativo para agentes sociorreligiosos ativos, criativos e inventivos, como as minorias e grupos periféricos na Igreja Católica, por exemplo.

Um dos casos analisados em nossa pesquisa, nesse sentido, foi, como dissemos, a página *Diversi-*

*dade Católica*²⁵ no Facebook. Ela se apresenta como “um grupo de leigos católicos que compreende ser possível viver duas identidades aparentemente antagônicas: ser católico e ser gay, numa ampla aceção deste termo, incluindo toda diversidade sexual (LGBT)”²⁶.

“
Para além da experiência religiosa específica fomentada pelos sites católicos, manifesta-se agora a experimentação religiosa diversa e difusa nas mídias digitais

Trata-se de um caso de autonomia e publicização midiáticas de um “sujeito socioeclesial” específico (o “gay assumidamente católico”), mediante um esforço comunicacional de explicitação pública da existência dessa “comunidade” (como indica a categoria da página no Facebook) de católicos gays brasileiros, superando o isolamento e a invisibilização socioeclesial.

A relevância da comunicabilidade do católico

Surge, aí, a possibilidade de passar “da conexão ao encontro, e do encontro à ação”, como aponta Jesús Martín-Barbero²⁷. Aí se mani-

festa a relevância da comunicabilidade do “católico” em rede: para que a diversidade sociocultural em suas múltiplas facetas possa ser eclesialmente levada em conta e assumida, é necessário que ela seja *reconhecida* por toda a Igreja (não no sentido de aceitar/aprovar/“canonizar”, mas de tomar contato/ver/perceber/saber que existe/ser considerado). Caso contrário, o risco seria o de uma “guetização” não apenas por parte das minorias periféricas do catolicismo, mas principalmente da própria Igreja institucional, na rede e fora dela.

Leigos-amadores

Emergem, assim, “leigos-amadores”, que exponenciam no ambiente digital seus vínculos e suas competências sociorreligiosas preexistentes (ou constituindo-os precisamente de modo online). O leigo-amador, portanto, é um interagente comunicacional não revestido pela oficialidade religiosa nem pela institucionalidade midiático-corporativa - ou, se investido de tais competências, é alguém que age em rede propositalmente desprovido de tais qualificações, sem a necessidade de ostentar publicamente o seu saber-fazer reconhecido pela autoridade. O “católico” em rede passa, assim, por uma “inovação ascendente”, proveniente não apenas da cúpula

tes na América Latina sobre a pós-moderna. Além de professor na Colômbia e no México, tem atuado como professor visitante nas Universidades Complutense de Madrid, Autônoma de Barcelona, da Universidade de Stanford, gratuito Berlim, Faculdade Londres do rei, Puerto Rico, Buenos Aires, São Paulo, Lima, entre outros. Em 1975 ele fundou a Escola de Comunicação da Universidad del Valle e em 2003 obteve a nacionalidade colombiana. Sua análise da cultura como mediações, o estudo da globalização a partir da semiótica, a relação da mídia com seu público e, especialmente, as formas deste jogo deles, que estudou especificamente para o caso de telenovelas na América Latina, são alguns de suas contribuições. Tem sido uma das figuras centrais da intelectualidade crítica contemporânea do continente com autores como Néstor García Canclini, Ángel Rama, Carlos Monsivais, Thomas Moulián ou Beatriz Sarlo. Uma das suas obras mais importantes é “Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia” (Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009). (Nota da **IHU On-Line**)

25 Disponível em: <http://bit.ly/2brthCP>. (Nota do entrevistado)

26 Disponível em: <http://bit.ly/2b59zY5>. (Nota do entrevistado)

27 **Jesús Martín-Barbero** (1937): vive em Colômbia desde 2002. Doutor em filosofia, estudos de antropologia e semiótica, é um especialista em cultura e meios de comunicação que produziu sínteses teóricas importan-

eclesial, nem somente da cúpula midiático-corporativa, mas sim de bases socioeclesiais conectadas, formadoras e reformadoras do catolicismo, que propagam suas invenções religiosas a redes mais amplas mediante gestos de cooperação comunicacional.

Isto é, no fenômeno da midiática digital, existe uma “produção comunicacional ubíqua”, que se faz notar não apenas pelas suas maneiras de empregar o que já está “produzido” midiaticamente, mas também pelas suas produções próprias, que circulam em rede. Assim, é possível dizer que, nas práticas religiosas em rede, a possibilidade de “dizer o católico” publicamente, nos ambientes digitais, por parte dos leigos-amadores, é também uma ação propriamente *teopolítica* de publicização, visibilização, reconhecimento e legitimação de minorias eclesiais ou de crenças e práticas católicas periféricas. E é teopolítica em dois níveis: primeiro, por inscrever a percepção social do “católico” em um espaço midiático mais amplo e público do que a prática religiosa ou a reflexão teológica formais, envolvendo a sociedade em geral; segundo, por possibilitar a construção de processos que ainda não estão plenamente estabelecidos nas relações entre sociedade e religião, nem são plenamente reconhecidos institucionalmente.

IHU On-Line - A partir dessas experiências de exercício da religiosidade midiaticizada, é possível se falar em nova forma de professar a fé? Por quê?

Moisés Sbardelotto - Tais práticas parecem estar gerando o desvio e a modificação das relações de sentido religioso, impulsionando a evolução do próprio catolicismo - o que não pressupõe necessariamente um salto de “qualidade” teológica, mas sim um processo de *transformação progressiva e gradual de sua percepção, experiência e expressão do catolicismo*, mediante a difusão e a ampliação dos saberes-fazeres a ele relacionados. A circulação do “católico”

em rede evidencia ainda mais que o catolicismo, como universo socio-simbólico, envolve uma longa “sabedoria” histórica em torno da gestão de antagonismos, negociação de divergências, estabilização de tensões, solução de conflitos, harmonização de diferenças, como aponta Brenda Carranza²⁸. E isso tem implicações relevantes para pontos-chave do catolicismo, que vão além do âmbito digital, como identidade, comunidade, autoridade, ritualidade, que, em um contexto de midiática digital, são tensionadas por um trabalho sociocomunicacional inventivo e criativo.

O que a análise da circulação do “católico” em rede permite afirmar é que a irrupção do *novum* católico ocorre em condições socioeclesiais específicas, como algo, muitas vezes, marginal, clandestino, desviante, pequeno, modesto, invisível, disperso. Mas a sua transformação, mediante ações comunicacionais de reinvenção e experimentação religiosas, por sua vez, potencialmente, pode também transformar essas mesmas condições socioeclesiais. Por ser um processo em rede, o que acontece aqui e agora pode desencadear outros processos, indetermináveis, em outros “aquis” e “agoras”.

Reforma digital: revolução sociocultural

Em suma, se a Reforma Protestante foi uma revolução religiosa

28 Brenda Carranza: nascida na Guatemala, residente no Brasil desde 1990, formada Teologia/PUC-Campinas e em Ciências Sociais/ UNICAMP, mestre em sociologia e doutora Ciências Sociais/UNICAMP. É professora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. A IHU On-Line já publicou algumas entrevistas com Brenda. Entre elas “Papa Francisco: continuidades essenciais e rupturas simbólicas”, publicada na revista IHU On-Line, número 465, de 18-05-2015, disponível em <http://bit.ly/2bfBEOt>; “A incompatibilidade entre felicidade material e espiritual”, publicada na revista IHU On-Line número 404, de 05-10-2012, disponível em <http://bit.ly/2bwHsXc>; e “A fraternidade cristã diante do abismo da desigualdade social”, publicada na revista IHU On-Line número 366, de 26-06-2011, disponível em <http://bit.ly/2bpRjw9>. (Nota da IHU On-Line)

que desencadeou uma revolução sociocultural, como explicou Leonardo Boff²⁹, podemos dizer que a “Reforma digital” se manifesta como *uma revolução sociocultural que está desencadeando uma revolução religiosa*. Não estaríamos simplesmente diante de um período entre a extinção de um modelo “oficial” de catolicismo, mas estaríamos perante o “nascimento de uma nova forma social da religião” católica, nas palavras de Thomas Luckmann³⁰, com o surgimento de novas formas de percepção, experiência e expressão contemporâneas do religioso católico - um “novo” catolicismo marcadamente midiaticizado.

IHU On-Line - No que as experiências anteriores da Igreja com as mídias, como o rádio, a TV, os veículos impressos, se assemelham e distinguem desse momento de “reconstrução da religiosidade em ambiente digital”, com base nas experiências em rede?

Moisés Sbardelotto - A Igreja sempre despontou, historicamente, como um meio comunicacional complexo, e a aposta e os investimentos feitos naquele que hoje é o seu gigantesco aparato comunicacional são uma prova disso.

29 Leonardo Boff (1938): teólogo brasileiro, autor de mais de 60 livros nas áreas de teologia, espiritualidade, filosofia, antropologia e mística. Boff escreveu um depoimento sobre as razões que ainda lhe motivam a ser cristão, publicado na edição especial de Natal da IHU On-Line, número 209, de 18-12-2006, disponível em <http://bit.ly/iBjvZq>, e concedeu uma entrevista sobre a Teologia da Libertação na IHU On-Line número 214, de 02-04-2007, disponível em <http://bit.ly/kaibZx>. Na edição 238, de 01-10-2007, intitulada *Francisco. O santo*, concedeu a entrevista *A ecologia exterior e a ecologia interior. Francisco, uma síntese feliz*, disponível em <http://bit.ly/km44R2>. Sua entrevista mais recente à IHU On-Line intitula-se *Ecologia integral. A grande novidade da Laudato Si'*. “Nem a ONU produziu um texto desta natureza” e está disponível em <http://bit.ly/1lk6J6U> (Nota da IHU On-Line)

30 Thomas Luckmann (1927-2016): foi um professor de Sociologia na Universidade de Constança na Alemanha. Desde 1994 era professor emérito. Luckmann tornou-se conhecido por seus livros *A construção social da realidade*, editado em 1966 com Peter L. Berger, *A religião invisível* (1967) e *Estruturas do mundo da vida* (1982, junto com Alfred Schütz). (Nota da IHU On-Line)

Porém, o avanço da midiáticação revela que o período histórico da “cristandade”, que desautorizava e desvalorizava - “excomunicava” - o diferente, falando sempre o mesmo para os mesmos, vai aos poucos perdendo espaço cultural. Diante da expansão das opções de escolha inerentes à midiáticação, a sociedade passa a não se contentar mais com sentidos absolutos: tenta-se continuamente ressignificá-los a partir das culturas locais. Não uma única “aldeia global católica”, parafraseando Marshall McLuhan³¹, mas sim diversas e difusas “aldeias globais católicas”, hoje conectadas.

Nesse processo, o “católico” vai se constituindo não apenas como aquilo que é “enunciado” pela Igreja-instituição e seus representantes autorizados, mas principalmente por aquilo que é “anunciado” pela Igreja em geral, em seus diversos níveis, em suas variadas interações sociais, sendo, portanto, diversa e difusamente posto em circulação, reconhecido e reconstruído. O catolicismo, na era digital, continua se manifestando como historicamente enraizado e institucionalmente estruturado, mas também como simbolicamente fluido e comunicacionalmente ressignificado.

Assim, atualmente, quando os sentidos católicos são cada vez mais reconstruídos e postos em circulação em redes comunicacionais online por uma ação dos diversos fiéis e interagentes que ali interagem, podemos retomar um conceito muito relevante na tradição da Igreja que voltou à tona recentemente com um documento da Comissão Teológica Internacional, intitulado “O *sensus fidei* na vida da Igreja” (2014). Isto é, com o avanço da midiáticação digital, podemos questionar se o catolicismo não pode

³¹ Marshall McLuhan (1911-1980) professor canadense que declarou, no final dos anos 60, que o meio é a mensagem e que todos vivemos em uma aldeia global. A IHU On-Line publicou uma edição sobre a obra do autor, intitulada “100 anos de McLuhan: um teórico de vanguarda”, edição 357, de 11-04-2011, disponível em <http://bit.ly/2bwISkE> (Nota do IHU On-Line)

estar diante da emergência de um “*sensus fidelium digitalis*”, mediante gestos comunicacionais em rede. Segundo o texto vaticano, o *sensus fidei fidelium* é justamente uma “realidade comunitária e eclesial” para “discernir a verdade da fé” (n. 2-3), é a “sabedoria católica do

“
O ‘católico’ só é enquanto está sendo, e só permanece porque muda: e essa tensão de uma ‘estabilidade dinâmica’ ou de uma ‘dinâmica estável’ é principalmente comunicacional

povo” (n. 108) que, precisamente pelo fato de os fiéis estarem “sempre em relação uns com os outros” (n. 65), se constitui como processo comunicacional. Se, hoje, a “relação” se dá também e principalmente em rede, é possível inferir que, embora ínfimos, “microbianos”, os gestos comunicacionais em rede não se restringem a um nível “simbólico” etéreo sobre o catolicismo, pois trazem consigo repercussões e desdobramentos nos mais diversos níveis da vida eclesial, a começar pela própria prática religiosa em rede, para além de uma divisão clara entre “conteúdo” e “forma”, instituição e indivíduo, fiel e não fiel.

O comum entre hierarquia eclesiástica e leigos-amadores

Por isso, o “*sensus fidelium digitalis*” não significaria apenas uma possibilidade a mais para “consul-

tar os fiéis, em alguns casos, no sentido de perguntar a opinião ou julgamento deles” (n. 121), como uma condescendência da hierarquia em relação aos fiéis. Como o documento vaticano deixa entrever, na própria história da Igreja, “muitas vezes não foi a maioria, mas uma minoria que realmente viveu a fé e a testemunhou [...] Por isso, é particularmente importante *discernir e escutar as vozes dos ‘pequeninos que creem’*” (n. 118). E, como vimos, há diversos “pequeninos” que vão se autonomizando mediante práticas comunicacionais digitais, gerando outras formas de expandir a sua voz no contexto eclesial e também social mais amplo.

Nessas novas formas de constituição e organização do “católico” como *sensus fidelium digitalis*, emergiria um saber-fazer e um poder-fazer simbólico-religioso compartilhado em redes comunicacionais online, mediante experimentação e reinvenção religiosas. Tais processos deslocariam o papel central não apenas das instituições midiáticas corporativas na construção social de sentido, mas também das próprias instituições eclesiais na promoção de experiências, no estabelecimento de crenças e na configuração de práticas religiosas nas sociedades contemporâneas. A própria teologia, nesse sentido, poderia ser vista não como “razão pura” sobre a fé, mas como “teologia colaborativa”, explorativa, aberta, uma “*atividade comunitária* que se desenvolve dinamicamente dentro de contextos históricos precisos”, como aponta Antonio Spadaro³². Nessa ação, que também é comunicacional, hierarquia eclesiástica e leigos-amadores compartilham um “senso comum”

³² Antonio Spadaro (1966): é um padre jesuíta, escritor e teólogo, italiano, editor da revista it: La Civiltà Cattolica. O sítio do IHU tem uma série de textos publicados de Spadaro, os quais destacamos A misericórdia como centro da geopolítica de Francisco. Entrevista com Antonio Spadaro, disponível em <http://bit.ly/1VBwT1>; A Igreja na era das mídias digitais, disponível em <http://bit.ly/24mpaas> e Antonio Spadaro e a inteligência da fé no tempo da Rede, disponível em <http://bit.ly/1UANEdp>. (Nota do IHU On-Line)

católico que possibilita uma “ação comum” em um “lugar comum” como a internet - na profundidade daquilo que esses conceitos de “comum” tentam expressar.

Diante disso, o desafio, perante a Igreja, mas também diante de toda a sociedade, é assumir um *pensamento conexial*, que saiba *conectar e reconectar* aquilo que se encontra separado e desconectado. Um pensamento que permita à Igreja “incluir e integrar em si mesma [...] tudo o que de autenticamente humano oferecem as demais fontes de sentido, presentes na atual sociedade pluralista”, como aponta o teólogo Mario de França Miranda³³. Assim, o catolicismo pode ser per-

33 **Mário de França Miranda (1936)**: jesuíta, doutor em Teologia formado pela Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma. Atualmente é professor da PUC-Rio. No número 71 do Cadernos de Teologia Pública o IHU publica artigo de Miranda, intitulado “Rumo a uma nova configuração eclesial”, disponível em <http://bit.ly/2bbEpmF>. O IHU tem publicado diversas entrevistas com o autor. Entre elas “A Igreja será sinal pelo que falar e pelo modo de viver”. Entrevista especial com Mário França Miranda, publicada nas Notícias do Dia de 06-10-2012, disponível em <http://bit.ly/2bbyIUh>, e “Karl Rahner e os desafios do cristianismo na época modern”, entrevista com Mário de França Miranda, publicada na revista IHU On-Line, número 446, de 16-06-2014, disponível em <http://bit.ly/2bA9lfl>. (Nota da IHU On-Line)

cebido como um universo de sentidos que muda e permanece *em comunicação*, ou seja, na “organização radical do comum”, segundo Muniz Sodré³⁴, em meio à circulação das mais variadas diversidades religiosas.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Moisés Sbardelotto - Gostaria apenas de destacar que, com o avanço da midiaticização, as mídias e as religiões - dois grandes sistemas sociais simbólicos - passam a encontrar novos desdobramentos, como vimos. Por serem meios de expressão social, mídias e religiões, ao existirem em um ambiente social marcado por novos processos midiáticos, passam a fazer um “trabalho” cultural diferente do que vinham fazendo historicamente. Poderíamos dizer que a própria ruptura de uma distinção clara e evidente entre “mídias” e “religiões” seria, justamente, um dos efeitos da midiaticização. Ou seja, a lógica midiática não se sobreporia à religiosa, ou vice-versa:

34 **Muniz Sodré de Araújo Cabral (1942)**: é um jornalista, sociólogo e tradutor brasileiro, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, na Escola de Comunicação. (Nota da IHU On-Line)

desse encontro, surgiriam - mediante ajustes, conflitos, negociações - lógicas conjuntas e plurais entre mídia e religião, que não são especificamente de “propriedade” de nenhum dos polos. Nessas inter-relações, o midiático não é acessório nem indispensável, e o religioso também não é mero epifenômeno: ambos se articulam de modo complexo.

Nesse sentido, o “religioso”, de modo geral, seria a manifestação inferencial de que a existência social das religiões hoje, no ambiente digital, é ainda mais fortemente o resultado da interação comunicacional. Entrevê-se, na multiplicidade e na imprevisibilidade dos interagentes e de suas interações, a construção e a reconstrução de um universo simbólico estável, mas não estático nem monolítico, a partir das diversidades religiosas. A articulação entre práticas sociais sobre a religião e plataformas tecnológicas de acesso público e alcance ubíquo, desencadeia um processo de liberação de uma grande energia social de reconstrução comunicacional dos sentidos (também religiosos), que, em termos eclesiais, é um dos principais “sinais dos tempos” a ser discernido hoje. ■

LEIA MAIS...

- “O ‘virtual’ é real”. *Cultura digital e evangelização*. Entrevista com Moisés Sbardelotto, publicada nas **Notícias do Dia** de 07-08-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2bz6p0d>.
- *Igreja e internet: uma relação de amor e ódio*. Entrevista com Moisés Sbardelotto, publicada nas **Notícias do Dia** de 26-06-2011, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2bD25y2>.
- *Deus digital, religiosidade online, fiel conectado: Estudos sobre religião e internet*, artigo de Moisés Sbardelotto, publicado em **Cadernos Teologia Pública**, número 70, disponível em <http://bit.ly/2bllxl0>.
- *A comunicação do Papa Francisco e a “cultura do encontro”: das palavras aos gestos*. artigo de Moisés Sbardelotto, publicado nas **Notícias do Dia** de 10-11-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/2bAaST3>.
- *@Franciscus, o papa no Instagram. Uma breve análise comunicacional*. Artigo de Moisés Sbardelotto, publicado na revista **IHU On-Line** número 482, de 04-04-2016, disponível em <http://bit.ly/2bbHGCG>.

Comunicação cidadã: de fonte à mídia

Cybeli Moraes entende que é preciso conhecer os veículos de comunicação tradicionais para então subvertê-los à lógica da comunicação cidadã

Por João Vitor Santos

Há quem acredite que o primeiro passo para se resolver um problema, um desafio, é encará-lo de frente. Somente quando se sabe exatamente o tamanho, as artimanhas e as potencialidades da fera é que se é capaz de levá-la à lona. É mais ou menos nessa perspectiva que a doutora em Comunicação Social Cybeli Moraes tece sua reflexão acerca da comunicação para cidadania. Para ela, os veículos tradicionais de comunicação, a dita mídia hegemônica, podem ser postos a serviço do comum, e não apenas servir as lógicas do mercado da informação. “É por meio do profundo conhecimento de como os veículos de comunicação hegemônicos costumam fazer comunicação, que é possível detectar como não queremos nos comunicar”, aponta. “Essa percepção acaba levando a uma atitude concreta: passar para o patamar de fonte a mídia, com a liberdade de construir veículos de comunicação os mais variados e plurais possíveis”, completa.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Cybeli ainda reflete sobre o papel da tecnologia nessa inserção social no mundo da comunicação e informação. “A tecnologia, felizmente, está apressando processos de reconhecimento e de força da comuni-

cação na construção de uma cidadania plena”. Ou seja, se antes era preciso muito tempo e conhecimento de processos midiáticos para colocar uma informação em circulação, hoje isso se dá de forma muito mais rápida através do que ela chama de “redes sociais digitais”. “Tendo a crer que certos usos da tecnologia vêm empoderando pessoas e coletivos que antes não se enxergavam e não eram vistos. É o que é próprio da tecnologia atual”, formula.

Cybeli Moraes é jornalista, mestra e doutora em Comunicação Social pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, professora de assessoria de comunicação e de imprensa no curso de Jornalismo da mesma instituição. Ainda ministra atividades de produção de produtos para a comunicação digital. Há 13 anos, atua como assessora de imprensa, com passagem por órgãos da iniciativa pública e privada na área cultural.

Na terça-feira, 30 de agosto, Cybeli ministra a oficina **Linguagens de Comunicação para a Cidadania**, a partir das 14h30min, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU. Saiba mais em <http://bit.ly/2biqf1l>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como pensar a comunicação numa perspectiva para a formação cidadã?

Cybeli Moraes - Mais do que um instrumento que pode ser usado para a formação, a comunicação precisa ser pensada como o próprio espaço, ainda que virtual, onde se dá a cidadania. Sou cidadão quando tenho acesso e também porque posso fazer circular informações que percebo relevantes a uma determinada comunidade. Então, pensar uma comunicação a serviço da cidadania é possibilitar maneiras de apropriação e adaptação de veículos, de formatos, de códigos úteis para que se possa empoderar ideias a fim de realizá-las de alguma maneira.

IHU On-Line - Qual o papel de Organizações Não Governamentais - ONGs, associações e grupos de formação na construção de uma ideia de comunicação para cidadania?

Cybeli Moraes - Um destes papéis a ser desempenhados é o de ampliar o espectro comunicativo que possuímos hoje, das ONGs, associações e grupos se colocarem como fontes relevantes e primárias, capazes de traduzir e mediar com competência sobre temas que ela conhece com propriedade e entende serem relevantes socialmente. Mais do que saber se comunicar para ocupar um lugar de fonte oficial, o desafio está em ser a fonte emissora de informações que qualquer cidadão pode e vai

buscar quando quer compreender determinados assuntos.

IHU On-Line - Como, ao trabalhar com grupos, associações e ONGs, incentivar iniciativas que de fato articulem a comunicação como instância de formação, não apenas repetindo modelos e padrões estabelecidos por veículos de comunicação hegemônicos?

Cybeli Moraes - Os veículos ditos hegemônicos têm um papel crucial em nossa sociedade: mais do que nos informar sobre aquilo que consideram relevante, nos ensinam a determinar o próprio senso de relevância, muitas vezes pelo tratamento dado a certa notícia - o espaço que ela ocupa, o formato,

as vozes aptas a falar, os elementos ilustrativos utilizados... Todos estes detalhes nos dizem e nos ensinam, de certa forma, o que é ou não é importante, e como deve ser tratado um tema menos ou mais relevante. Se as organizações - as fontes - perceberem este *modus operandi* e se comprometerem em criar estratégias para alterá-lo, ainda que em pequenas doses, no sentido de gerar tensões e estranhamentos entre tradicionais e novos padrões, acredito que esta é uma forma de mudar o que não nos serve mais.

Ou seja, é por meio do profundo conhecimento de como os veículos de comunicação hegemônicos costumam fazer comunicação, que é possível detectar como não queremos nos comunicar. Essa percepção acaba levando a uma atitude concreta: passar para o patamar de fonte a mídia, com a liberdade de construir veículos de comunicação os mais variados e plurais possíveis, com o auxílio de toda a tecnologia que está aí hoje.

IHU On-Line - Qual é o papel da comunicação na intermediação da relação entre o poder público estatal e a população? Como fazer a informação circular dos gabinetes para as ruas e das ruas para os gabinetes?

Cybeli Moraes - Uma conhecida pesquisa citada nas obras do professor Jorge Duarte¹ revela que as pessoas não acessam políticas públicas pelo simples fato de não saberem que elas existem. Essa falta de conhecimento tem sim um componente de desinteresse e descrédito da população por todo nosso sistema político atual. No entanto, ocorre principalmente pela falta de desejo e reconhecimento da força da comunicação como vetor de mudanças.

¹ **Jorge Antonio Menna Duarte**: possui graduação em Jornalismo e em Relações Públicas pela Universidade Católica de Pelotas, mestrado em Comunicação Social e doutorado em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo. É coordenador de Comunicação em Ciência e Tecnologia da Embrapa, professor de pós-graduação do Instituto de Ensino Superior de Brasília - Iesb, do Centro Universitário de Brasília e da Escola Nacional de Administração Pública - Enap. (Nota da **IHU On-Line**)

Há uma série de ferramentas que podem ser utilizadas, desde publicações customizadas até agentes multiplicadores, passando pelas redes sociais digitais - instrumentos não faltam para fazer circular a informação. O que falta é usá-los a partir de uma estratégia delimitada, que precisa ser revista periodicamente. Por exemplo, uma ouvidoria: ela surge para ser um canal de melhoria, por onde se dão processos de inovação, mas os públicos internos e externos a entendem, muitas vezes, como um balcão de reclamações. No começo é natural que ocorra essa confusão, mas é necessário paciência e tutoramento para fazer o processo funcionar da maneira que foi desenhado - e esse desenho também precisa ser calibrado de tempos em tempos.

IHU On-Line - Como traduzir os resultados de pesquisas sobre determinados públicos para os próprios públicos?

Cybeli Moraes - Compreendendo o repertório, os interesses, os códigos e os sentimentos do público para o qual se quer falar. É o que faz, por exemplo, ser mais eficaz transformar resultados de pesquisas em um post do BuzzFeed², ou em um jogo de palavras cruzadas, do que propriamente conquistar duas páginas inteiras de matéria em um jornal de grande circulação. É preciso deixar para trás certos preconceitos em relação às traduções: ao traduzir, sempre se perde algo, mas o objetivo é nobríssimo - fazer chegar o que realmente interessa, atualizar mensagens perenes para diferentes públicos.

² **BuzzFeed**: é uma empresa norte-americana de mídia de notícias. Foi fundada em 2006 na cidade de Nova Iorque, como um laboratório viral por Jonah Peretti, a empresa cresceu mundialmente. A empresa cobria uma variedade de tópicos, incluindo a política, DIY, animais e negócios. No final de 2011, o jornalista Ben Smith, do jornal Politico, foi contratado como editor chefe, visando expandir o site, passando do jornalismo sério, com reportagens longas, com linguagens e conteúdos mais leves, como na forma de listas, seguindo a forma de produção de conteúdo de entretenimento e diversão para internet. No Brasil, o site foi inaugurado em português no dia 18 de outubro de 2013. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line - Como compreender o papel da tecnologia dentro dessa perspectiva de comunicação para a cidadania?

Cybeli Moraes - A tecnologia, felizmente, está apressando processos de reconhecimento e de força da comunicação na construção de uma cidadania plena. As redes sociais digitais são barulhentas, aparentemente desconexas, os aplicativos são muito úteis, mas ainda são realidades distantes de muitas populações. O entendimento de uma economia da colaboração é crescente, embora ainda visto com certo ceticismo por setores mais conservadores. Mas, tendo a crer que certos usos da tecnologia vêm empoderando pessoas e coletivos que antes não se enxergavam e não eram vistos. E o que é próprio da tecnologia atual: este processo é muito mais veloz hoje. O reconhecimento da diferença, com todo o ruído que tal processo acarreta, já me parece um ganho social inestimável que precisa ser potencializado por cada cidadão.

IHU On-Line - Em que medida as redes sociais podem ser um dos caminhos para estreitar os laços entre os aparelhos estatais e a população? Como elas se constituem enquanto caminho de mão dupla?

Cybeli Moraes - As redes sociais digitais encurtaram, de certa forma, o processo de circulação de uma mensagem e ampliaram a lupa que é colocada sobre uma informação. Se antes um cidadão tinha que ter acesso a um programa de rádio muito ouvido para denunciar algo que daí chegaria ao governo, passando pelas traduções do jornalista, do veículo, e das assessorias de imprensa, agora ele publica uma foto e um depoimento e, dependendo de sua rede e do termômetro social do dia, o assunto pode ser compartilhado de forma local e global. Mas é preciso salientar: tal processo não garante, por si só, uma real mão dupla. Volta-se ao exemplo da ouvidoria: se não existir o entendimento de que as pessoas precisam ser ouvidas e de que suas considerações interessam para alterar processos, não estamos usando estas ferramentas para o fim criado. ■

A Governança global do poder realmente existente

Por Bruno Lima Rocha

“Muito poucos são o que têm capacidade de interpretação efetiva dos processos de captura das instituições públicas, das realizações incompletas de promessas da democracia em sua forma liberal e capitalista. Para piorar, estes que podem compreender a captura dos recursos coletivos por instituições privadas e seus grupos de pressão, ou estão em posição inferior de poder, ou então são cúmplices desta mesma captura”, escreve Bruno Lima Rocha.

Bruno Lima Rocha tem doutorado e mestrado em ciência política pela UFRGS, possui graduação em jornalismo pela UFRJ e é professor de relações internacionais da Unisinos.

Confira o artigo.

76

Avaliar a crise brasileira e o golpe semiparlamentarista em andamento só é possível se pensarmos o nível doméstico - nacional - conectado e também subordinado, às esferas de poder de fato. A concentração de recursos, compromissos e obrigações contratuais transferindo renda e poder para o controle de pouquíssimos agentes financeiros é uma realidade global. Não é nova esta interpretação, embora seja marginal e paralela sua disseminação, mesmo no ensino superior. No Brasil, as análises relacionando a escala nacional com o Sistema Internacional, especificamente as produzidas pelos professores da PUC-SP, Reginaldo Nasser e Ladislau Dowbor, já trazem conteúdo suficiente para uma crise de paradigma. O problema de fundo, além da pouca difusão destes excelentes analistas e pesquisadores, é a sua difusão limitada e de pequeno alcance.

O fenômeno se repete em escala mundial. Muito poucos são o que têm capacidade de interpretação efetiva dos processos de captura das instituições públicas, das realizações incompletas de promessas da democracia em sua forma liberal e capitalista. Para piorar, estes que podem compreender a captura dos recursos coletivos por instituições privadas e seus grupos de pressão, ou estão em posição inferior de poder, ou então são cúmplices desta mesma captura. Bastaria uma descrição pormenorizada dos lobbies profissionais de empresas e oligopólios dentro do Congresso dos EUA e do Parlamento Europeu (antes do Brexit) para, apenas com a narrativa, gerar uma indignação coletiva tão

séria como o ceticismo hoje vivido pelas maiorias nas sociedades “ocidentais”.

Para exemplificar a contundência destas informações e a evidente censura corporativa pelo poder dos anunciantes, no projeto Corporate Research Project (corp-research.org), na seção Dossiês ([corporaterap-sheets](http://corporaterap-sheets.org)), há resumos de supostos crimes corporativos cometidos por conglomerados econômicos divididos em setores de atuação. Assim, dentro da indústria da comida e do agronegócio, vemos supostos crimes de Cargill, Coca-Cola Company, ConAgra, Darden Restaurants, McDonald's, Monsanto, Nestlé e Yum Brands. Na seção de crimes financeiros, as instituições acusadas são: Bank of America, Barclays, Citigroup, Credit Suisse, Deutsche Bank, Goldman Sachs, HSBC, JPMorgan Chase, Morgan Stanley, Royal Bank of Scotland, UBS e Wells Fargo. Já a lista de supostos crimes da indústria automobilística é composta por: Daimler, Ford, General Motors, Honda, Nissan, Toyota e Volkswagen. Na indústria farmacêutica, as empresas gigantes da alopatia e da saúde supostamente acusadas são: Aetna, Anthem (formerly WellPoint), AstraZeneca, Eli Lilly, GlaxoSmithKline, Humana, Johnson & Johnson, Merck, Novartis, Pfizer e United Health Group. Temos, ainda, supostas acusações com dossiês resumidos contra as líderes do setor da mineração; contratos militares e aeroespaciais; serviços de fornecimento e logística; petróleo, óleo e gás; tabaco e fumo; grandes atacadistas; conglomerados mistos; e mídia e entretenimento.



O faturamento dos gigantes do capital fictício é proporcional ao tamanho da dívida pública mundial

Tais acusações de supostos crimes e a relação desigual entre eleitores e representantes ocorrem em países de capitalismo desenvolvido e democracia institucionalizada, como EUA, Canadá e União Europeia. Entende-se que se tais corporações são capazes de operar como força decisiva em sua política “doméstica”, as mesmas podem exercer através destes Estados líderes e instituições multilaterais internacionais, tanto de tipo direito público como de regulação e fomento, sua vontade e determinação estratégica praticamente sem freios. Logo, a instância tomadora de decisões, as instâncias legítimas - ou legitimadas - no jogo liberal e democrático representativo, ficam secundarizadas pelo poder da tomada de decisões de conselhos de administração e mesa diretora composta de presidentes, vice-presidentes corporativos e diretores mundiais de empresas transnacionais.

Como a base do faturamento e acumulação privada dos conglomerados é sua relação de acessos desiguais, criando leis ou passando por cima da legislação existente, as posições de privilégio dentro do aparelho de Estado e dos governos supranacionais é evidente. Se levarmos em conta o modus operandi dos 28 maiores conglomerados financeiros do planeta, vamos encontrar uma evidência. O faturamento dos gigantes do capital fictício é proporcional ao tamanho da dívida pública mundial. Assim, em último caso, a capacidade de gerar legislação de expansão do endividamento público, e a complementar necessidade - por parte de bancos e instituições afins - de pregar o “austericídio” e a autorregulação do capital é um discurso emitido de forma sistemática. Nas escolas de ciências econômicas e sociais, esta fala é como um mantra, se não de forma totalitária, ao menos e perigosamente de forma he-

gemônica. Na mídia especializada, há o complemento desta versão, visto que a crítica da economia política é pauta excluída ou secundária das publicações especializadas em “economia”. Por fim, como o tema aborda o poder de fato, os governos de turno, mesmo em democracias ditas consolidadas - como as europeias - evitam ao máximo o conflito com as instituições financeiras privadas.

Através desta cumplicidade e complementaridade observamos o óbvio. Há uma política permanente de portas giratórias, quando o presidente de um banco com presença em importantes países pode vir a ser ministro de Estado em pasta afim, e na sequência ocupar cargo de diretoria no FMI ou Banco Mundial. Há o caminho inverso, quando servidores de carreira no Estado, após ocuparem cargos importantes com dotação orçamentária, “migram” para postos semelhantes dentro de empresas privadas, desde conglomerados econômicos líderes de oligopólios em escala continental ou mundial, passando por bancos de “investimentos”. Como medida do tamanho desta enorme “porta giratória”, podemos observar a trajetória de Henry Paulson em 2008. Este deixou de ser o diretor-presidente mundial da Goldman Sachs para assumir a crise que ele próprio ajudara a criar, sendo indicado para secretário do Tesouro dos EUA. O mesmo se dera na Europa, assim como no Brasil.

O funcionamento dos lobbies, instituições dirigidas por elites dirigentes em constante revezamento e o discurso oficial que torna invisível as falas opositoras, ocultam da maior parte dos cidadãos os verdadeiros processos decisórios. Esta é a captura das instituições públicas sob controle estatal e a democracia subordinada ao poder realmente existente. ■

Programação de Eventos

IHU-2016

Disponível em
ihu.unisinos.br

Um olhar infantil sobre o diferente

Diana Corso observa como as crianças apreendem a ideia de diferente, em uma perspectiva que não exclui e que busca um crescimento emocional e cultural para absorver a “variabilidade de modos de ser, viver e pensar”

Por João Vitor Santos

“Quando nos associamos para brincar ou criar, as diferenças entre nós são úteis, interessantes, diversificam o que estamos fazendo. Já quando somos passivos, como os alunos de uma escola tradicional, ou só ficamos brincando sozinhos e observando os outros, tornamo-nos competitivos e não suportamos as diferenças”. A elaboração é da psicanalista Diana Lichtenstein Corso acerca da relação tolerância/intolerância sobre o diferente, o que não é igual a mim. Ela observa essa relação a partir das experiências infantis. “As crianças não notam diferenças de forma estereotipada, elas observam o que a cultura as treina para ver”, aponta. Assim, a ideia do diferente para os pequenos é algo muito volátil em meio ao seu mundo de descobertas e transformações. “As diferenças que estereotipamos em nossa sociedade, de gênero, cor da pele, status social, são variáveis mínimas em relação a essa polissemia da infância”, explica Diana, ao lembrar que as crianças se atêm tanto a essas diferenças quanto às de tamanho, de altura, por exemplo.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, a psicanalista analisa como a criança pode ser tomada como uma terra sem formas, por-

tanto aceitando qualquer moldura para ver o outro. Para Diana, muito mais interessante é oferecer para crianças o acesso a um crescimento emocional através do contato com os diferentes. Isso permitirá que ela desenvolva um verdadeiro olhar sobre o outro para além dos preconceitos forjados nos estereótipos e convenções sociais.

Diana Lichtenstein Corso é psicanalista membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre - APPOA. Formada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, é colunista do jornal Zero Hora e da Revista Vida Simples. Publicou o livro *Fadas no Divã: psicanálise nas histórias infantis* (Porto Alegre: Artmed, 2009) e *Psicanálise na Terra do Nunca: ensaios sobre a fantasia* (Porto Alegre: Artmed, 2011), escritos em parceria com seu marido Mário Corso, finalistas do Prêmio Jabuti. Recentemente, em 2014, publicou *Tomo conta do mundo: conficções de uma psicanalista* (Porto Alegre: Arquipélago, 2014), composto de crônicas e ensaios, vencedor dos prêmios de Livro do Ano e Crônica de 2015 da Associação Gaúcha de Escritores - AGES e do prêmio Açorianos na categoria Crônica de 2015.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Em que medida a intolerância é inerente ao ser humano e em que medida surge na relação com o meio em que se vive?

Diana Lichtenstein Corso - Vamos situar o aparecimento da agressividade entre os bebês, aqueles um pouco maiorzinhos,

que conseguem brincar perto uns dos outros. Veja bem, não estou me referindo a crianças que brincam juntas, mas apenas por perto, reparando no que o outro faz e por vezes trocando, oferecendo e disputando objetos. São criaturinhas ainda em fase de construção da sua capacidade de representa-

ção simbólica, já conseguem “papar” [alimentar-se] e dormir de brincadeira, esconder-se do olhar do outro e reaparecer com júbilo, por exemplo, mas não bolar em conjunto com outra criança uma trama para partilhar, criar uma fantasia em conjunto, contracenar com personagens, ou mesmo seguir



Crianças, como povos, quanto mais acesso tiverem a um crescimento emocional e cultural, menos simplórios serão seus raciocínios

regras grupais de uma brincadeira. Estamos falando, então, de rudimentos de sociabilidade.

Nesse contexto, surgem as maiores disputas, por brinquedos, pela atenção dos adultos, por entrar em certo lugar. Onde o outro está, o que a outra criança estiver fazendo, torna-se objeto de cobiça. Quanto menores, mais as crianças funcionam em espelho, pois ainda estão definindo seus próprios contornos, como se houvesse um só lugar, aquele que acabam de descobrir observando o outro e ali querem estar.

Bom, conto essa história de bebês porque a agressividade, a intolerância em nossa sociedade tem justamente a ver com a solidez da imagem que cada um tem de si. Por exemplo, se alguém vale somente por ter um smartphone, por ter um carro, uma roupa com etiqueta tal, não vai suportar que todo mundo possa ter. É preciso dividir o mundo entre os que, para usar o código das crianças pequenas, estão no balanço e os outros que ficam olhando de fora. É diferente quando numa sociedade consegue-se trocas mais simbólicas, que passem pela palavra, por um olhar capaz de perceber a beleza ou de despertar a curiosidade de forma mais complexa do que códigos rudimentares de ter ou não ter um número restrito de objetos que vão dizer quem é alguém - está no balanço - e quem não - ficará olhando.

Essa possibilidade de associar-se para criar, que é a brincadeira infantil propriamente dita, está no coração de tudo o que fazemos de criativo, desde a arte propriamente dita, até uma equipe científica

ou que desempenha determinada tarefa prática conjuntamente de modo eficiente e colaborativo. Quando nos associamos para brincar ou criar, as diferenças entre nós são úteis, interessantes, diversificam o que estamos fazendo. Já quando somos passivos, como os alunos de uma escola tradicional, ou só ficamos brincando sozinhos e observando os outros, tornamo-nos competitivos e não suportamos as diferenças, pois precisamos do outro como espelho e contraponto.

IHU On-Line - Como o sentimento de intolerância aparece na infância? Como é elaborado pelos pequenos e como perceber a necessidade de intervenção? De que forma as crianças veem o diferente? O quanto podem ter essa perspectiva alterada pela ação dos adultos que a cercam?

Diana Lichtenstein Corso - As crianças não notam diferenças de forma estereotipada, elas observam o que a cultura as treina para ver. Até é interessante ressaltar que a infância é muito variada em termos de formatos, tamanhos e capacidades. O ritmo de crescimento é muito, muito variado. Há crianças de três a dez anos de todo tipo de tamanho, há os que têm complexão física mais encorpada e os quebradiços, os que crescem como pipoca estourando e os que demoram muito, passam a infância inteira estilo mignon, os atléticos, os capazes de concentrar-se, os líderes, os tímidos, eles são variados entre si e também em relação a si próprios. É comum o amiguinho voltar das férias todo diferente, cresceu ou mudou de jeito.

Nesse sentido, as diferenças que estereotipamos em nossa sociedade, de gênero, cor da pele, status social, são variáveis mínimas em relação a essa polissemia da infância. Se não for instruída para isso, uma criança não observará a cor da pele do amigo, mas sim sua altura, seu jeito de falar ou de calar, enfim, ela escolherá os critérios do que é mais importante para ela. Ater-se aos nossos padrões de preconceito adulto é para as crianças um treinamento recebido dos adultos.

Associações e exclusões: sofrimentos normais

Situações radicais de exclusão e bullying na infância ocorrerão principalmente se elas se organizarem em grupos passivos, com padrões restritos e pouco colaborativos. Aí vale a lógica dos pequenos, dos que têm poucos recursos simbólicos. Por outro lado, entre as crianças temos alguns dramas de associação: as panelinhas, os grupos de três, organizados para deixar um de fora, os clichês que organizam uma turma de colégio entre populares, nerds, gays, e tantas outras categorias. Esses são recursos de trocas amorosas, em geral do homoerotismo básico que aparece muito forte na pré-puberdade, quando as questões de quem vale o que para ser desejado ou admirado pelos outros tornam-se muito importantes.

São sofrimentos normais, que, se o "sucesso social" não for uma obsessão para a família, serão encarados com mais leveza e até um certo humor pelas crianças. Porém, se a criança estiver inserida em um contexto em que o prestígio no grupo e a capacidade de liderança, que tomam como prova do potencial para o exercício do poder, forem um grande valor, acima dos de solidariedade, tolerância e companheirismo, esses jogos grupais serão fonte de grandes dramas e péssimos para a construção de uma identidade mais definida. A criança tenderá a diluir-se na massa, obedecendo às regras mais

rudimentares de comportamento e formas de ser, estabelecidas por um senso comum que nunca deixa de ser pobre de espírito.

IHU On-Line - Há um limite entre a intolerância e a violência? Quando a intolerância se perfaz em força e violência, essencialmente na infância?

Diana Lichtenstein Corso - A intolerância será tanto mais forte e, portanto, violenta, quanto mais restritas forem as possibilidades de criar, cooperar e dialogar. Quanto maior a pobreza de espírito de um grupo social, tanto menores seus recursos simbólicos, portanto, vai ter que utilizar-se de uma gramática binária para se descrever: eu, bom, não eu, ruim.

IHU On-Line - Qual o papel das fábulas e dos clássicos infantis no desenvolvimento das crianças? Em que medida essas histórias solidificam convenções sociais e fecham perspectivas e em que medida abrem um horizonte para o novo e aceitação para o diferente?

Diana Lichtenstein Corso - As histórias que a infância de cada época adota para si não cria o modo de ser das crianças, é esse modo que edita a ficção de cada época. Por isso, em nossos livros escritos sobre o assunto, com o Mário Corso¹, tomamos as histórias como reveladoras de um modo de ser, de estar no mundo, dos gêneros se definirem, das famílias se organizarem, dos valores, enfim do tecido social que nos organiza.

Os contos ditos tradicionais, ou seja, que vêm acompanhando

várias gerações, guardam apenas um núcleo da trama idêntico uma geração após outra. Alguns, como é o caso da Rapunzel após Enrolados², da Bela Adormecida após Malévola³, da Branca de Neve após Branca de Neve e o Caçador⁴, ou mesmo João e Maria caçadores de bruxas⁵, estão tão recheadas de novas referências de gênero que estão se tornando muito diversos de suas versões mais consagradas no passado. Mas, se formos olhar, essas mesmas versões que tomamos como clássicos já são radicalmente modificadas das suas fontes da tradição oral, que por sua vez passaram por várias modificações antes de chegar às crianças, como as versões picarescas ou cheias de maneirismos volta-

2 Tangled (Enrolados, no título brasileiro): é um longa-metragem de animação produzido pela Walt Disney Animation Studios. O filme é a 50ª animação do estúdio, e é baseado no conto de fadas alemão *Rapunzel*, dos Irmãos Grimm. Estreou nos cinemas e em cinemas 3D americanos em 24 de novembro de 2010. É um dos filmes de animação mais caro da história, com um orçamento de 260 milhões de dólares. (Nota da **IHU On-Line**)

3 Maleficent (Malévola, no título brasileiro): é um filme de aventura e fantasia de 2014, dirigido por Robert Stromberg e produzido pela Walt Disney Pictures, com roteiro de Linda Woolverton. Estrelado por Angelina Jolie como a personagem vilã da Disney de mesmo nome, o filme é uma releitura, espécie de re-imaginado, do clássico da Walt Disney Pictures, *A Bela Adormecida* de 1959. A ideia é recontar a história a partir da perspectiva da antagonista, Malévola. (Nota da **IHU On-Line**)

4 Snow White and the Huntsman (no Brasil, Branca de Neve e o Caçador): é um filme de fantasia e ação estadunidense de 2012 dirigido por Rupert Sanders e escrito por Evan Daugherty, Martin Solibakke, John Lee Hancock, e Hossein Amini. É uma releitura do conto de fadas alemão "Branca de Neve", compilado pelos Irmãos Grimm. Estrelado por Charlize Theron, Kristen Stewart, Chris Hemsworth, Sam Claflin, e Bob Hoskins (em seu último papel antes de se aposentar da atuação). O filme é o primeiro longa-metragem de uma planejada trilogia. (Nota da **IHU On-Line**)

5 Hansel and Gretel: Witch Hunters (no Brasil: João e Maria: Caçadores de Bruxas): é um filme de ação e fantasia, misturando terror durante o longa-metragem, lançado em 25 de janeiro de 2013 nos Estados Unidos. Entre os dias 26 e 27 de janeiro o filme arrecadou cerca de 8,5 milhões de Reais. Baseado no clássico conto de fadas dos Irmãos Grimm *Hänsel und Gretel (João e Maria* na versão brasileira), o filme é dirigido por Tommy Wirkola e estrelado por Jeremy Renner e Gemma Arterton. (Nota da **IHU On-Line**)

das ao público adulto impressas, recompiladas e recontadas por vários autores. A ficção, quanto mais atrás pudermos encontrar alguns traços de constância em determinada história, mais ela irá contando das nossas transformações históricas.

Histórias são verdadeiros documentos de história social, reveladoras da subjetividade dos habitantes de cada tempo e lugar e do que eles partilhavam de comum naquelas coordenadas específicas. Essas questões da multiplicidade de identidades possíveis, principalmente no que diz respeito a gênero, onde masculinidade e feminilidade, antes drasticamente diferenciadas agora se embaralham, assim como da diluição das hierarquias familiares, que tendem à horizontalidade, estão fortemente representadas na ficção infantil. O cinema é o modo de expressão artística que mais rapidamente absorve e difunde essas novidades, ele visa grandes públicos, então tenta traduzir-lhe os desejos. Não podemos dizer que ele cria uma tendência cultural, ele é criado por ela e, por sua vez, ajuda a consolidá-la.

IHU On-Line - Hoje, é comum perceber que crianças não têm mais medo e aceitam criaturas como bruxas, lobos e monstros não como manifestações do mal. Ao mesmo tempo, veem-se princesas, príncipes, reis e rainhas não mais como figuras tão candidas e bondosas. Como observa esses movimentos? Quais as questões de fundo que suscitam?

Diana Lichtenstein Corso - O medo é importante na infância, ele ajuda a delimitar os lugares e as pessoas seguras: se meu quarto não é a floresta, o papai não é o lobo mau e a mamãe não é a bruxa, portanto, posso dormir em paz. Só que para que haja todas essas exclusões, a floresta, o lobo e a bruxa têm que estar rondando do lado de fora, para garantir o aconchego do interior.

Além disso, como todos temos dentro de nós fantasias que são

1 Mário Corso: é psicanalista, formado em psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Corso foi entrevistado da seção IHU Repórter da revista **IHU On-Line** 333, de 14-06-2010, disponível em <http://bit.ly/2alvnD5>. Ele também concedeu outras entrevistas à **IHU On-Line**, entre elas *Geração Y e as novas formas de lidar com o saber*, publicada na edição 361, de 16-05-2011, disponível em <http://bit.ly/2aYf256>; e *O flerte dos adolescentes e jovens com a morte*, publicada na edição 312, de 26-10-2009, disponível em <http://bit.ly/2axr5DX>. (Nota da **IHU On-Line**)

representadas pela maldade e pelos perigos desses cenários e personagens aterrorizantes, deixá-los de fora, mas de certa forma acessíveis, garante que nossas coisas ruins e pensamentos assustadores fiquem depositados neles. Outrossim, outros temores, de um mundo mais mágico, pelas credices e pela religião rivalizavam com a ficção. Hoje, isso empalideceu e por isso, embora as crianças e adolescentes não “acreditem” na veracidade dessas histórias, eles morrem de medo igual, ou seja, mantêm esse hábito de outorgar seus medos e fantasias a personagens que os encarnem e ajudem a dar conta deles.

A arte dá conta dos nossos conteúdos mais difíceis de elaborar, e isso vale igual para o que é oferecido às crianças, pela literatura, televisão, quadrinhos, cinema, teatro, games. Nesse sentido, como dizia antes, agora as personagens não são tão estereotipadas: gêneros, padrões de beleza e comportamento, vêm se modificando. De-

pois do Shrek⁶, de Valente⁷, Frozen⁸

6 Shrek: filme estadunidense de 2001 de animação computadorizada dos gêneros fantasia e comédia produzido pela PDI/DreamWorks, lançado pela DreamWorks Pictures e dirigido por Andrew Adamson e Vicky Jensen. É livremente inspirado pelo livro *Shrek!*, escrito por William Steig e lançado em 1990, e de alguma forma também serve como uma paródia, alvejando outros filmes baseados em fantasias infantis, grande parte da Disney. Na trama, um ogro se apaixonada por uma princesa que, mais tarde, se revela vítima de uma maldição que a transforma também em ogro. Ambos têm de lutar contra a ganância de um príncipe e sua mãe, uma fada madrinha. (Nota da **IHU On-Line**)

7 Brave (no Brasil, *Valente*): é um filme estadunidense de 2012 dirigido por Mark Andrews e Brenda Chapman e produzido pela Pixar Animation Studios. Conta com roteiro de Brenda Chapman, e é caracterizado por ser a primeira animação da Pixar protagonizada por uma mulher, Merida. Na trama, uma jovem princesa medieval quer lutar como os procos da corte e se tornar uma guerreira, tendo sua própria mãe como principal opositora desse desejo. (Nota da **IHU On-Line**)

8 Frozen (*Frozen – Uma Aventura Congelante*, com título no Brasil): filme de animação musical estadunidense, produzido pela Walt Disney Animation Studios e distribuído pela Walt Disney Pictures. Inspirado pelo conto de fadas *A Rainha da Neve*, de Hans Christian Andersen, narra as desventuras das irmãs reais de Arendelle. A mais jovem,

e tantas recriações dos contos de fadas, temos claro que as crianças maiorzinhas não querem ser tratadas como bobas com personagens simplórios. Ainda gostam de um final feliz, mas adoram as nuances, como a transformação da princesa do Shrek em ogra, o oposto da tradição.

Já os bem pequenos ainda precisam lidar com menos variáveis, por isso gostam de personagens um pouco mais planas, mas apreciam que elas tenham seus perrengues e suas inquietudes. Crianças, como povos, quanto mais acesso tiverem a um crescimento emocional e cultural, menos simplórios serão seus raciocínios e, portanto, melhor poderão absorver nossa maravilhosa variabilidade de modos de ser, viver e pensar. ■

princesa Anna, parte em uma jornada com um homem da montanha, sua leal rena de estimação e um boneco de neve que sonha em experimentar o verão, para encontrar sua irmã a Rainha Elsa, cujos poderes congelantes transformaram o reino onde vive em um inverno eterno. (Nota da **IHU On-Line**)



IHU NOTÍCIAS

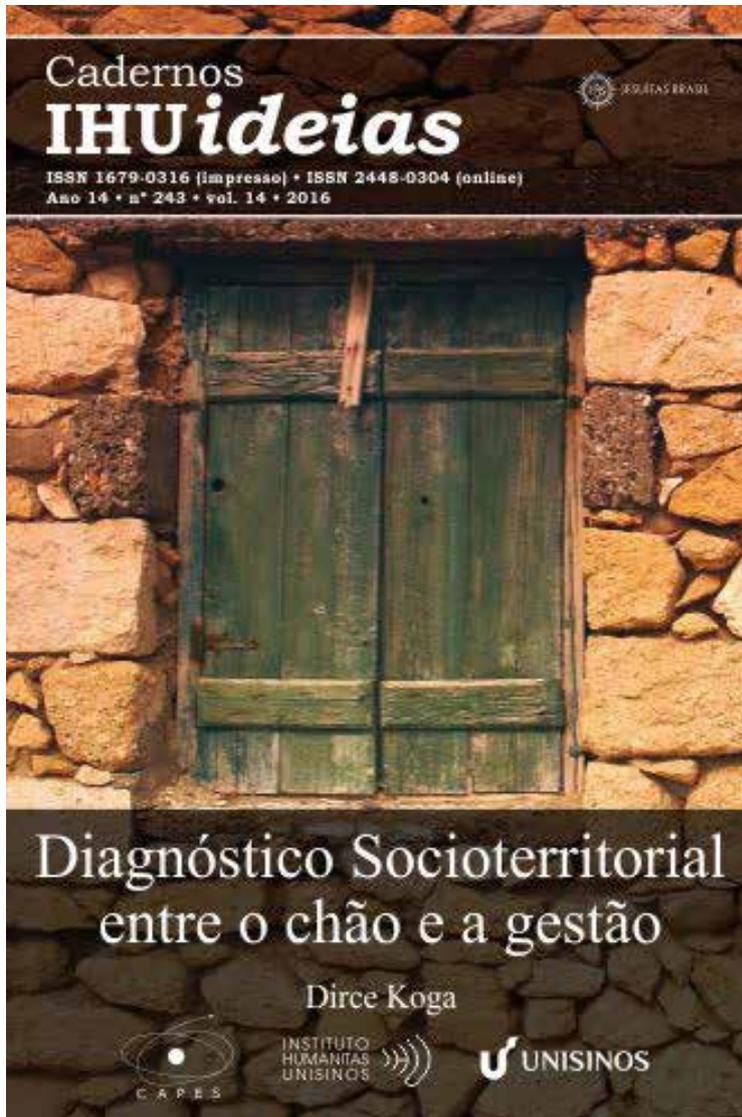
Acompanhe notícias, artigos e entrevistas veiculadas na mídia do Brasil e do mundo, em uma seleção preparada pela equipe do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU.**



ihu.unisinos.br/noticias

PUBLICAÇÕES

Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão



Cadernos IHU ideias, em seu número 243, publica o artigo de Dirce Koga, graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, realizou mestrado e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP. Atualmente é pesquisadora e professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social.

A autora parte do dilema evidenciado na gestão das políticas sociais brasileiras na forma de descompassos entre planejamento, execução e avaliação da qualidade dos seus serviços, programas e benefícios. Tomando como foco de análise a política de assistência social, cuja trajetória histórica é envolvida pelas tramas societárias brasileiras, marcadas pela hierarquização das relações sociais, forte conservadorismo e frágil democracia, coloca-se em debate o modo de operar os tradicionais instrumentos de gestão. Neste contexto, corre-se o risco de reproduzir, mais do que descompassos no interior do ciclo da gestão, distanciamentos em rela-

ção à dinâmica da realidade vivenciada pelos cidadãos. É nessa direção que se debate o lugar do território na gestão e da perspectiva territorial na composição do diagnóstico social.

O artigo completo em PDF está disponível em <http://bit.ly/2bi0yOr>

Esta e outras edições dos Cadernos IHU ideias podem ser adquiridas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos - IHU, no campus São Leopoldo da Unisinos (Av. Unisinos, 950), ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br

Informações pelo telefone 55 (51) 3590-8213

Retrovisor

Releia algumas das edições já publicadas da IHU On-Line.

Sistema Único de Saúde. Uma conquista brasileira

Edição 376 - Ano XI - 17.10.2011

Disponível em <http://bit.ly/1LD3d1u>

Criado na Constituição Federal de 1988, o Sistema Único de Saúde - SUS há mais de 20 anos consegue atender praticamente 90% de todos aqueles que o procuram. Mesmo assim, ainda enfrenta muitos desafios, sendo que os principais são de ordem financeira, política e de gestão. Para refletir sobre os rumos do SUS, a IHU On-Line convidou alguns pesquisadores e especialistas no tema, que contribuem com suas ideias sobre o que é o SUS, quais seus avanços e desafios.



SUS: 20 anos de curas e batalhas

Edição 260 - Ano VIII - 02.06.2008

Disponível em <http://bit.ly/2bvLzzy>

Em 2008, a IHU On-Line lembrava os 20 anos da implantação no Brasil do Sistema Único de Saúde (SUS), oferecendo a todos os brasileiros e brasileiras, sem exceção, o acesso integral à saúde em todos os seus âmbitos, tendo como princípios básicos a universalidade, a integralidade, a equidade, a participação da comunidade, a descentralização político-administrativa e a hierarquização e regionalização. Passadas duas décadas de funcionamento, muitos ainda não se dão conta da importância do SUS e do quanto seus serviços estão inseridos no cotidiano da população, não apenas por meio dos tratamentos e consultas. Para discutir a situação atual do SUS à época, a IHU On-Line conversou com alguns especialistas e profissionais da área da saúde.

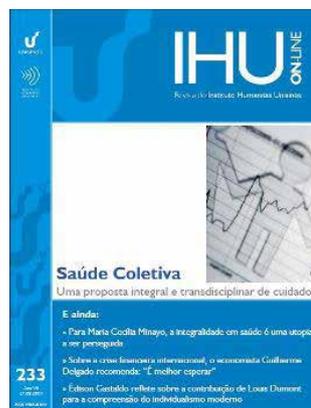


Saúde Coletiva. Uma proposta integral e transdisciplinar de cuidado

Edição 233 - Ano VII - 27.08.2007

Disponível em <http://bit.ly/2b1NFoD>

“‘Ter saúde’, de fato, não tem a ver com ‘não adoecer’, mas com as nossas condições de enfrentamento do próprio adoecimento, se e quando ele ocorrer”, afirma Victor Valla, na entrevista publicada nesta edição da IHU On-Line. O número busca entender melhor a Saúde Coletiva como proposta integral e transdisciplinar de cuidado. O tema foi proposto precisamente no momento em que hospitais do País, especialmente no Nordeste, vivem semanas de caos. Cenas que se repetem até os dias de hoje.



Evento

O Ensino Social da Igreja à luz do pontificado do Papa Francisco

Conferência ministrada pelo **Prof. Dr. Gaël Giraud**

jesuíta economista e pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS – França

12 de setembro (segunda-feira) 14h30min às 17h

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU
Campus da Unisinos de São Leopoldo (RS)

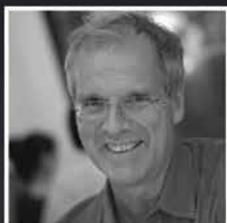
O Prof. Dr. Gaël Giraud também estará no IV Colóquio Internacional IHU. Políticas Públicas, Financeirização e Crise Sistêmica, que acontecerá nos dias 13 e 14 de setembro de 2016.

Informações e inscrições:
ihu.unisinos.br



IV Colóquio Internacional IHU

Políticas Públicas, Financeirização e Crise Sistêmica



Prof. Dr. Yann Moulier Boutang

Université de Technologie de Compiègne – UTC – França

13 de setembro de 2016

ihu.unisinos.br

ME
TRÓ
POLES

4º CICLO DE ESTUDOS
POLÍTICAS PÚBLICAS E
TECNOLOGIAS DE
GOVERNO
TERRITÓRIOS,
GOVERNAMENTO DA VIDA
E O COMUM

**26 DE SETEMBRO A
23 DE NOVEMBRO DE 2016**



ihu.unisinos.br



bit.ly/ihuon



twitter.com/_ihu



youtube.com/ihucomunica



medium.com/@_ihu